



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 03/2022

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2022

INICIADA ÀS 14 HORAS E 55 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS e 20 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>07</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>53</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>103</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>104</b>

ATA N.º 03/2022ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1** - *Aprovação de Ata*
- 1.2** - *Expediente*
- 1.3** - *Intervenções*

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - *Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município; (Apreciação)*
- 2.2** - *Prestação de Contas Consolidadas 2021; (Apreciação e votação)*
- 2.3** - *Alteração Modificativa Orçamental; (Aprovação)*
- 2.4** - *Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa - Despesas de gestão e funcionamento do refeitório da EB/JI Peraboa - Ano Letivo 2021/2022; (Retificação)*
- 2.5** - *Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo – Refeições; (Aprovação)*
- 2.6** - *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Paul – Obras de calcetamento no Santuário de Nossa Senhora das Dores; (Aprovação)*
- 2.7** - *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Centro Interpretativo do Azeite; (Aprovação)*
- 2.8** - *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Centro Interpretativo do Brulhão; (Aprovação)*
- 2.9** - *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto – Aquisição de Trator; (Aprovação)*
- 2.10** - *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo – Intervenções a realizar nas instalações da Piscina do Teixoso; (Aprovação)*

- 2.11 - Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo – Construção de Parque Infantil; (Aprovação)*
- 2.12 - Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo – Aquisição de Imóvel; (Aprovação)*
- 2.13 - Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Orjais – Reabilitação da Sede da Junta de Freguesia; (Aprovação)*
- 2.14 - Constituição do Conselho Municipal de Educação; (Nomeação)*
- 2.15 - Regulamento do Conselho Municipal de Saúde da Covilhã – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia; (Aprovação e Eleição)*
- 2.16 - Regulamento do Conselho Municipal de Cultura da Covilhã - Eleição de um Membro da Assembleia Municipal; (Aprovação e Eleição)*
- 2.17 - Relatório de Avaliação do grau de observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição; (Discussão)*
- 2.18 - Plano de Urbanização da Grande Covilhã – Correção Material. (Conhecimento)*

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas em substituição do Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino em substituição do Senhor Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição da Senhora Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição do Senhor José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), Patrick Bizarro Matos em substituição do Senhor António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).**

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição do Senhor Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia, e a Coordenadora Técnica, Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, relativamente à Ordem de Trabalhos, propôs as seguintes alterações: -----

- a correção do título do ponto “2.2 – Prestação de Contas Consolidadas 2021 (Aprovação)” para “2.2 – Prestação de Contas Consolidadas 2021 (Apreciação e votação)”; -----
- a eliminação do assunto “2.17 – Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Covilhã (Aprovação)”, alterando o título desse mesmo ponto para “Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição” (Discussão). -----

- O Membro Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** solicitou o uso da palavra para registar que, relativamente à retirada do assunto “2.17 – Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Covilhã”, “os investidores que querem investir na Covilhã, para além da celeridade, aquilo que eles precisam é segurança e isto é a evidência de que as pessoas não podem ter confiança na Câmara para aqui investirem porque, de facto, falham logo à primeira. Isso é muito grave.” -----

Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação com as alterações propostas pela Mesa da Assembleia Municipal, **foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do Membro Municipal Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.** -----

## 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS

--- Submetida a **ata n.º 01/2022 de 25 de fevereiro de 2022**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

**Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas, Lino Fernandes Torgal, Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Patrick Bizarro Matos (Teixoso e Sarzedo).** -----

- O Membro Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, relativamente às “futuras atas”, sugeriu o seguinte: -----

- “Nas Ordens de Trabalho deve estar “votação” e não “aprovação”, porque assim a ordem de trabalhos pressupõe que vai ser aprovada, ou não, e a votação pode não gerar numa aprovação e depois isso reflete-se nas atas, o que é um «erro administrativo» não grave”;
- Retirar das atas os títulos académicos “e dizer simplesmente o *membro* ou *deputado*, como preferirem.” -----

### 1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, um conjunto de propostas que apresentou no âmbito da discussão na especialidade à Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª do Orçamento de Estado para 2022; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, requerimento para audição, com carácter de urgência, da Ministra da Coesão Territorial sobre a transferência de competências para as Autarquias; -----
- Carta dos Familiares de Manuel Macedo Campos Costa a agradecer o Voto de Pesar e o minuto de silêncio. Lançam o repto para que o nome do Senhor Maestro Manuel Macedo Campos Costa seja associado à toponímia da Cidade; -----

- Email do Presidente da Assembleia de Freguesia de Teixoso e Sarzedo a remeter a Recomendação aprovada por unanimidade “Reparação e asfaltamento da Estrada Pinho Manso – Terlamonte Caminho Municipal 1014”. -----

- O Membro Municipal **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)** questionou o Senhor Presidente da Câmara “relativamente a alguns requerimentos que o PSD e o CDS apresentaram nas últimas assembleias:

- Um que tem a ver com a questão das empresas municipais, sobretudo e na última assembleia municipal apresentámos um requerimento para a apresentação de relatório-contas e plano de atividades das empresas municipais. Não tivemos ainda nenhum documento ou nenhuma informação sobre essa matéria;” -----
- Em maio, fizemos uma apresentação relativa a um requerimento sobre o aeroporto e a informação chegou ao de leve pelas palavras do Senhor Presidente, mas, entretanto, informação escrita ainda não a tivemos; -----
- O mesmo aconteceu com o Data Center; -----
- E, relativamente à questão da Comunidade Intermunicipal, ficou clarificado na conversa prévia que tivemos nesta assembleia municipal.” -----

- O Membro Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que, “no seguimento das questões levantadas pelo CDS, relembrar mais uma vez que o CPA dá um prazo de 10 dias para resposta aos requerimentos e estamos a falar de um apresentado em janeiro e de dois apresentados na última assembleia que carecem de resposta. Um foi informalmente respondido aqui, mas não por escrito tal como é obrigado. -----

Para terminar, relembrar o n.º 2 do artigo 42.º da Lei 50/2012 sobre as contas consolidadas não serem os relatórios trimestrais de contas as quais as empresas municipais estão obrigadas a enviar ao órgão deliberativo do município, portanto à Assembleia Municipal e que, segundo este número, a violação deste *dever de informação ... implica a dissolução dos respetivos órgãos da empresa local, constituindo-se os seus titulares, na medida da culpa, na obrigação de indemnizar as entidades públicas participantes pelos prejuízos causados ...*”. -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que o Senhor Presidente tomou a devida nota. -----



### 1.3 - INTERVENÇÕES

#### LÍDERES / REPRESENTANTES DE BANCADA

--- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.01 - adaptado)** -----

*“Digmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã -----  
Ilustres Membros desta Assembleia -----  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e respetiva Vereação -----  
Minhas senhoras e meus senhores -----*

*É esta a segunda assembleia municipal em que participo. Da primeira, no final de 2021, não guardo boas recordações. Primeiro, porque passámos uma longa tarde a discutir assuntos que não estavam na ordem de trabalhos, dos quais alguns, pouco mais fizeram que não fosse transformar, esta assembleia, no palco de autênticos comícios político-partidários. Segundo, porque, quando finalmente entrámos na ordem de trabalhos, a assembleia já tinha pouco quórum e limitou-se a votar, sem discussão, os pontos que constavam da ordem do dia. -----*

*Seguramente, estou no percentil etário mais elevado desta assembleia, em contraponto com a experiência que os ilustres restantes membros, por certo, têm. Mas penso que, talvez por essa inexperiência, me consiga pôr, com mais facilidade, no lugar das dezenas de milhares de eleitores que aqui nos colocaram. E esses munícipes, seguramente, não é isto que querem. Não querem que para aqui se venha a discutir se o partido “A”, é melhor a governar o país, do que o partido “B”. Querem saber sim, dos problemas do município da Covilhã! Nós estamos em S. Maria Maior, não estamos em S. Bento! Por muitas aspirações que possa haver de algumas pessoas em lá chegar. –*

*Se não mudarmos esta atitude, serão cada vez mais os que não acreditam no papel que desempenhamos. E o cepticismo já se apoderou de mais de 40%, daqueles que podem votar. -----*

*Esta assembleia não se reúne para denegrir a gestão camarária. Mas também não se pode assumir, mesmo que parcialmente, como uma extensão do executivo, perfilando-se a seu lado, como se dele fizesse parte integrante. -----*

*Estamos a falar de dois órgãos distintos, ainda que possam ter uma base eleitoral comum. -----*

*A esta assembleia compete apreciar e fiscalizar, tal como a lei determina. -----*

*Naquela assembleia de final de Dezembro (que já referi), o senhor Presidente da Câmara disse, por outras palavras, que assume a gestão da câmara e do município como muito bem entende, porque, para isso, tem uma expressão eleitoral maioritária. Claro que sim! Eu não podia estar mais de acordo! Contudo, isso não o desobriga de apresentar, a esta assembleia, a informação que a lei determina. E essa (informação), não se pode limitar a um pequeno mapa que remata um extenso relatório com 17 páginas, sobre as actividades que a Câmara promoveu e sobre os processos de licenciamento. -----*

*Há pouco mais de 40 anos atrás, iniciei funções como analista financeiro, na sede de um dos grandes bancos da época. De então até hoje – deixem-me que lhes diga -, nunca vi uma informação*

*financeira tão incompleta e tão insuficiente. A informação, no mínimo, deverá respeitar o que a lei determina (artigo 7.º da lei 73/2013) e tenho a certeza de que a Câmara tem técnicos capazes de fazerem muito melhor. Assim como estou seguro que, o Senhor Presidente da Câmara, não irá truncar a informação, mais completa, que lhe for presente para remeter a esta assembleia. -----*

*Como referem Joaquim Freitas da Rocha e Hugo Flores da Silva, no seu trabalho “Os deveres de prestação de contas por parte dos entes locais no ordenamento português”, “um ordenamento que se queira qualificar como **Estado de Direito e Democrático** não se pode bastar com formalismos legais e eleitorais, devendo assumir-se como um referencial de transparência e de prestação de contas”. -----*

*Admito que a falta de informação seja um resultado da falta de tempo dos serviços, para a prepararem. Acredito mesmo que andem ocupados com as alterações orçamentais, constantes e sistemáticas. Recordo que já vamos na 7.ª, em seis meses. Estranhamente, a numeração não respeita a ordem cronológica, o que terá que ser explicado. Mas, a meu ver, de tantas modificações, só se pode retirar uma conclusão: O orçamento que esta Assembleia aprovou, estava mal feito e, todos os meses, tem que ser rectificado, porque os serviços ainda não foram capazes de fazer uma correcção em condições. Lembro que o Ponto 2.3 da Ordem do Dia – Alteração Modificativa Orçamental, é o único ponto da Ordem que – apesar de ser acompanhado por um elevado e ininteligível conjunto de mapas, não tem uma proposta que o suporte. Ou seja, em lado nenhum diz de que alteração se trata. O que, naturalmente, só pode acolher o meu voto contra. –*

*Fechando esta análise da situação passada, quero deixar nota de uma preocupação quanto a um problema enorme que afecta a nossa população e acaba por ser o reflexo do estado da nação, nesta matéria. Trata-se da elevada taxa de inoperacionalidade da VMER (Viatura Médica de Emergência e Reanimação), ainda por cima, coincidente com a inoperacionalidade das suas congéneres mais próximas. Sabendo que a inter-acção institucional, entre as unidades hospitalares, nem sempre é fácil, acredito que a Câmara deva ter um papel determinante para colmatar esta falha. -----*

*Deixadas estas notas, quero agora abordar, de forma breve, alguns temas que afectam as nossas populações e que acredito devam ser preocupação da Câmara. Estou certo que até já tiveram a atenção do senhor Presidente da Câmara. -----*

*Assiste-se hoje a uma renovada discussão sobre a descentralização que, de alguma forma, se cruza com o papel das comunidades intermunicipais. Penso que é importante sabermos qual a posição que a Câmara defende sobre esta matéria, bem como as contrapartidas que será possível obter para a Covilhã, caso o processo venha a avançar. -----*

*Esta questão também se cruza com uma outra, antiga, que é a construção de um novo aeródromo. Contando com o surpreendente mutismo da comunicação social, tal como o heliporto, que foi tão propalado em época pré-eleitoral, também o aeródromo deixou de ser preocupação, transformando-se numa incógnita para os munícipes. No caso de não avançar, será, seguramente, um duplo prejuízo. Teremos deixado de ter aeródromo, mas também não ficamos com os centros de dados (Data Centers), no seu espaço, uma vez que, afinal, não temos influência para impedir*

que vão para Sines. E a Covilhã acaba a utilizar, para fins habitacionais, uma zona infra-estruturada para serviços daquela natureza. -----

Esta e outra expansão habitacional a que se assiste na cidade – e oxalá, isso traduza atracção de residentes de fora do concelho – levanta um problema que muito tem sido referido pelo governo. Ainda recentemente, numa entrevista televisiva, a ministra da agricultura enfatizou a necessidade de aumentarmos a capacidade de armazenamento de água. -----

Ora, se temos, por um lado, um maior número de consumidores e, por outro lado, problemas estruturais e ambientais, que perspectivam menor disponibilidade de água, será muito tranquilizador saber que existe já um plano de acção, para fazer face a eventuais constrangimentos que possam surgir no concelho. aguardo que a Câmara da Covilhã, em breve, nos dê novidades sobre a eventual construção de uma nova barragem, ou, em alternativa, demonstre que é um investimento absolutamente desnecessário. Caso contrário, corre o risco de vir a ser acusada de inacção e negligência, ao fim de três mandatos. -----

A água é um bem estratégico e as recentes secas bem o comprovam. Nós temos água, só precisamos que os políticos – sejam eles quem forem – adoptem medidas capazes de nos salvaguardar o futuro. -----

Ainda em termos ambientais, não podemos esquecer o tema do lítio. Acreditamos que não se deva ficar a aguardar, passivamente, os resultados do estudo do impacto ambiental da sua extracção, antes tomando posições mais pró-activas. Não se pode deixar passar em claro as notícias recentes, de instalação de mega unidades de fabricação de baterias, no sul de Espanha (Andaluzia e Extremadura), bem como os rumores de selecção do parque industrial do Fundão, para instalar uma grande unidade deste sector. Tudo isto, como exigências de contrapartidas pelos danos ambientais que os respetivos territórios possam vir a sofrer. Estando o concelho da Covilhã inserido na rota das previstas explorações mineiras de lítio, pensamos que deveríamos estar já a reivindicar investimentos, desta natureza, no nosso concelho. -----

E, com isto, senhor Presidente, tenho dito.” -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.02)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Vivemos hoje, num mundo complexo, num mundo que a todos deve preocupar ao nível da sua sustentabilidade e sobrevivência humana. -----

Face ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, o grande capital não encontra outra resposta que não a da intensificação da exploração, do ataque aos direitos, da crescente concentração e centralização do capital e da riqueza, da violenta imposição do seu domínio

*económico e político. -----*

*Em resultado da investida do imperialismo, a situação internacional é marcada por um sério e perigoso agravamento, uma grande instabilidade e incerteza e rápidos desenvolvimentos. -----*

*Uma política patente nas recentes iniciativas da Administração norte-americana na região Ásia-Pacífico, que visam alinhar os países desta região com a estratégia de confronto, isolamento e crescente provocação contra a China, incluindo com a instrumentalização de Taiwan e a criação da AUKUS (integrada pelos EUA, Reino Unido e Austrália) ou do QUAD (Diálogo de Segurança Quadrilateral, integrado pelos EUA, Austrália, Japão e Índia). -----*

*Uma política contra países e povos do Médio Oriente, de que são exemplo a ilegal ocupação de territórios e a opressão sobre o povo palestino por parte de Israel; na guerra, ocupação e bloqueio económico que são impostos pelos EUA e seus aliados à Síria; na desestabilização e presença militar dos EUA no Iraque; na ingerência e guerra no Iémen; na interferência no Líbano; ou nas sanções e manobras de provocação contra o Irão. -----*

*Na ingerência e desestabilização contra países da América Latina, de que são exemplo o bloqueio, as sanções e as medidas discriminatórias impostas pelos EUA contra Cuba, a Venezuela e a Nicarágua, como sucede com o impedimento da participação destes países na Cimeira das Américas. -----*

*Na ocupação do Sahara Ocidental por parte do Reino de Marrocos e na promoção da ingerência, desestabilização, golpes de Estado e conflitos armados em países do continente africano, como no Mali ou na Etiópia. -----*

*O PCP condena a intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da NATO e da UE. -----*

*O PCP está do lado da paz e da defesa de uma solução política para os conflitos. -----*

*O PCP condena a escalada de guerra e o militarismo, contrários aos interesses dos trabalhadores e dos povos, e alerta para os sérios perigos que tais escaladas comportam para o mundo. -----*

*O PCP solidariza-se com os povos, vítimas da guerra e das sanções. -----*

*Com todos os povos. -----*

*Em coerência com os seus princípios o PCP participou, ao lado de milhares de Portugueses, na manifestação pela PAZ que teve lugar em Lisboa no passado Sábado, dia 25 de Junho, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação. -----*

*Em coerência, na defesa dos trabalhadores e dos povos, irá estar na manifestação pela PAZ que terá lugar na próxima Quarta-Feira, dia 29 de Junho, no Porto, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação. -----*

*Submetendo-se à estratégia dos EUA, a UE sacrifica os interesses dos trabalhadores e dos povos que, sob o impacto brutal do aumento do custo de vida, vêem degradar-se significativamente as suas condições de vida e serem atacados os seus direitos laborais e sociais, ao mesmo tempo que aceita os inegáveis impactos económicos que se farão sentir na Europa, muito superiores aos dos EUA. -----*

*O agravamento do custo de vida, com a especulação e uma generalizada subida dos preços dos bens e serviços essenciais, que se verificou a partir do segundo semestre de 2021 e que se acentua ao longo de 2022, tem vindo a traduzir-se na erosão do valor real dos salários, das reformas e pensões, e no disparar dos lucros da generalidade dos grupos económicos que dominam a economia nacional.* -----

*É neste contraste, entre o empobrecimento da larga maioria da população e o aumento da riqueza acumulada por uma ínfima minoria, que vive o nosso País.* -----

*A distribuição de dividendos aos accionistas dos grupos económicos, para lá dos lucros alcançados em 2021 – como se verificou no Santander/Totta, na Galp ou na EDP -, prática que se tem tornado recorrente, traduz não apenas o agravamento da exploração, mas também o papel predador de recursos nacionais que o capital monopolista assume.* -----

*O grande capital, tendo sido altamente favorecido, não só reclama mais apoios directos, benefícios fiscais, fundos comunitários, entre outros, como tem vindo a acentuar a sua actuação revanchista, exige o agravamento da legislação laboral, a captura de novas áreas de negócio – na saúde, na educação, no sistema de pensões, na água e resíduos, etc – e o ataque a direitos e liberdades.* ----

*Alertamos para a natureza retrógrada e reacionária de projectos que estão em curso e que comportam, entre outros elementos, a difusão e imposição de um pensamento único sobre os conflitos armados, com especial evidência e consequências negativas no plano mediático e da comunicação social; o aproveitamento da propaganda de guerra como veículo para a importação de concepções e práticas anti-democráticas, a promoção da xenofobia, a estigmatização de comunidades imigrantes e a aceitação da suspeita como critério de decisão política do Estado.* ----

*Disse.”* -----

--- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.03)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;* -----

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;* -----

*Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;* -----

*Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;* -----

*Exmos. Senhores Jornalistas;* -----

*Caras e caros concidadãos* -----

*Estamos no final de mais um ano escolar...* -----

*Gostaria de estar nesta Assembleia a constatar os sucessos e as preocupações de mais um ano de gestão camarária da educação... enfim de apreciar o balanço que esta câmara deve fazer sobre esta importante matéria, por forma a preparar atempada e convenientemente o próximo ano letivo... Mas mais uma vez teremos de esperar por setembro.* -----

*Mas a nossa verdadeira preocupação, numa altura em que a nível nacional são várias as vozes de todos os quadrantes políticos que alertam para aquilo que, desde setembro de 2018 que a oposição*

tem alertado a maioria Socialista na Covilhã ou seja a evidente insuficiência do “envelope financeiro” associado a este processo. -----

Do norte, houve até uma saída da Associação Nacional de Municípios e o pedido expresso para não haver promulgação do orçamento, por as verbas correspondentes à transferência de competências na educação não terem sido revistas e incorporadas no documento. -----

É manifesta a grande preocupação pelo facto de a transferência de recursos para os municípios ser manifestamente insuficiente... O que é, a todos os níveis inaceitável! -----

De facto, em face da atual conjuntura nem o “esforço” do Governo para aumentar estes valores em cerca de 10%, chegam.... -----

Na verdade, depois dos Agrupamentos de Escolas, terem sido manietados aos duodécimos orçamentais que a que estiveram amarrados até este mês, a verdade é que o orçamento de estado aprovado e recentemente promulgado, não veio resolver a questão do financiamento cada vez mais insuficiente para o normal funcionamento escolar, quanto mais para fazer face aos aumentos dos combustíveis e eletricidade, que têm hoje um peso muito mais significativo nos custos fixos destas estruturas do nosso concelho e do nosso País. -----

**Na Covilhã o silêncio dos nossos responsáveis municipais nesta matéria é ensurdecedor!!** -----

E temos de perguntar: -----

Somos o único município do país onde as verbas para a educação são suficientes? -----

Ou existe uma mordaza socialista que vos impede de falar? -----

Qual é o valor que a Covilhã vai receber para suportar as despesas com educação? -----

Qual é o custo efetivo que o município vai suportar? -----

Entendemos que deve V. Exa, Sr Presidente de Câmara, tornar pública a sua posição acerca desta nossa e que achamos deve também ser sua preocupação junto do governo de maioria do seu partido para que reveja urgentemente os orçamentos atribuídos, desde 2020, quando este Município assumiu estas competências, na área da Educação, por forma a assegurar e tranquilizar a comunidade educativa, direções escolares, professores, funcionários, famílias, estudantes em relação ao seu futuro nos próximos anos letivos.” -----

--- Mandatado pelo líder da Bancada do **PPD/PSD**, o Membro Municipal **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.04)**: -----

“Exmos: -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Sr. Presidente da Câmara, -----

Sra e Srs Vereadores, -----

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal, -----

Presidentes de Junta de Freguesia, -----

Comunicação Social, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

*Sendo esta a primeira AM que se realiza após a aprovação do Orçamento de Estado para 2022, não podíamos deixar de abordar o tema, face ao conjunto de medidas que foram aprovadas ou rejeitadas e que nos afetam de uma forma direta ou que afetam as instituições sediadas no Concelho, afetando-nos de forma indireta. -----*

*Não passaram 6 meses sobre a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 30/01/2022 e as promessas eleitorais por parte dos candidatos do Partido Socialista no distrito de Castelo Branco, aliás vertidas num documento apresentado com pompa e circunstância denominado “Manifesto A Força do Interior” já foram colocadas no fundo de uma gaveta. -----*

*E não precisamos fazer um trabalho de pesquisa apurado para encontrar a primeira delas. -----*

*Vejam os: -----*

*No enquadramento do referido Manifesto, logo no ponto 2 encontramos a referência aos incentivos à mobilidade de pessoas para o interior e redução dos custos de contexto e de seguida nas medidas propostas, mencionando e bem as assimetrias territoriais, passa a ser explicado como se faz. -----*

*O 5º paragrafo diz e passo a citar: “Continuar a reduzir custos de contexto que penalizam empresas e famílias do Interior, como é o caso das portagens nas Ex-Scut”. Fim de citação. -----*

*No dia 25 de Maio p.p., por proposta do PSD, a Assembleia da República votou uma alteração ao Orçamento de Estado de 2022. Propunha-se então uma redução das portagens de 50% e 75%, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo PSD na última legislatura, que culminou com a aprovação da primeira redução das portagens na A23. O resultado da votação é já sobejamente conhecido, tendo a proposta sido rejeitada com os votos contra do PS, incluindo obviamente os 3 deputados Socialistas eleitos pelo nosso distrito e do PCP. -----*

*De igual modo a proposta apresentada pelo PSD que tinha como objetivo a revisão da fórmula de cálculo do financiamento do ensino superior, sendo que a atual penaliza de sobremaneira a UBI, foi rejeitada. -----*

*A este propósito, sabendo que a Srª ministra da Ciência e Ensino Superior (Elvira Fortunato) ia encomendar mais um estudo sobre a necessidade de rever esta fórmula de financiamento pudemos escutar o Sr. Reitor manifestar o seu desagrado considerando que esta é apenas uma tentativa de adiar a resolução de um problema identificado há muito. -----*

*Recorde-se ainda que a Srª ministra da coesão veio ao aniversário da UBI assumir-se como uma defensora da instituição para combater o seu subfinanciamento e não fez nada enquanto governante. Passado 1 mês, a proposta do PSD é rejeitada. -----*

*O certo e sabido é que a penalização do Interior continua a ser um facto e que os Manifestos e as intenções não passam de mera propaganda e que o silêncio em torno deste assunto é confrangedor para quem as agitou como bandeira. -----*

*Numa perspetiva mais local, não podemos deixar de chamar a atenção para o estado lastimável em que se encontra a EM 511, estrada que liga o Ourondo às Pedras Lavradas, cuja intervenção deve ser considerada prioritária evitando uma ainda maior degradação no próximo inverno. -----*

*Recorde-se, a propósito, que esta é a única estrada que liga as duas aldeias da União de Freguesias de Casegas e Ourondo. -----*

*Sabemos que nos mandatos anteriores o Sr. Presidente prometeu arranjar esta via e, efetivamente, foi alcatroado o troço Sobral-Pedras Lavradas. Mas Sr Presidente não seria prioritário arranjar aquela via em direção à sede de concelho, em vez de alcatroar para o concelho vizinho? -----*

*Já anunciou publicamente, por diversas vezes, que é a prioridade do mandato. Não o era também no mandato anterior? Quantos mais anos os habitantes do sul do concelho vão ter de esperar para terem uma estrada digna em vez de um caminho cheio de crateras? -----*

*Aproveitando o tema, deixamos as seguintes sugestões: -----*

*No TCT, junto à Quinta das Rosas, o estrangulamento de trânsito originado pela entrada e saída da urbanização, que será acrescido pela construção de mais 2 blocos de 10 apartamentos cada, justificariam a construção de uma rotunda junto ao Citeve (que se sabe será sujeito a alterações em breve) que facilitaria a acesso ao bairro. -----*

*Dentro da mesma urbanização a preocupação dos moradores vai para zonas que são espaço público e que necessitam de intervenção urgente, pela quantidade de cobras e ratos aí existentes.*

*No bairro da Biquinha, voltar a plantar árvores que possam substituir as que foram arrancadas recentemente. -----*

*Por fim, ao longo da N18, cuja responsabilidade de manutenção é agora da CMC, há zonas descuidadas e com mato a necessitar de intervenção que poderia culminar com o embelezamento da rotunda grande da saída Norte da A23. -----*

*Disse.” -----*

**--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando “os parabéns a uma das mais notáveis e importantes instituições do nosso concelho: a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. -----

Os Bombeiros Voluntários da Covilhã celebraram, neste fim de semana, 147 anos da sua fundação e trata-se de uma das mais prestigiadas, respeitadas e importantes instituições da nossa comunidade. -----

É composta por um valoroso conjunto de homens e mulheres que, de uma forma voluntária, abnegada e generosa, se dedicam a garantir que todos nós, nas horas de maior aflição, temos alguém que nos acolhe e socorre. -----

Desejando que nunca deles necessitemos, conforta-nos saber que temos ao nosso dispor e ao nosso serviço homens e mulheres que todos os dias se dedicam em socorrer o próximo, a salvar vidas e bens, muitas vezes sem pensarem no risco em que colocam as suas próprias vidas. -----



A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, através do seu corpo de bombeiros e dos seus dirigentes, é exemplo de dedicação à causa pública, ao bem comum e merecem não apenas todo o apoio que lhe possamos prestar, como esta singela referência e homenagem na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Na anterior Assembleia Municipal, lembrei aqui o infortúnio da oposição que anda, há meses, a dizer que a Covilhã e Portugal eram malgovernados pelos executivos do Partido Socialista, quando depois, a realidade, os Portugueses e os resultados eleitorais os desmentem. -----

Hoje, depois de observar que mantêm a mesma estratégia e a mesma retórica, escutem-se os argumentos e apreciações que têm sido feitas sobre o Orçamento de Estado no caso do País e sobre a Prestação de Contas no caso municipal, percebe-se que o registo não mudou. Como diria Passos Coelho *bradava aos sete ventos que vem aí o Diabo*. -----

O problema deles, para bem de Portugal e dos Covilhanenses, é que o Diabo não chega e a realidade teima em desmentir a oposição. -----

Permita-me, Senhor Presidente, que aqui elenque resumidamente três aspetos da vida local que persistem em demonstrar que a nossa oposição vive noutra mundo e que felizmente para os Covilhanenses estão completamente desfasados da realidade municipal. -----

A cidade parada, nas palavras da oposição, foi recentemente distinguida, num estudo nacional Portugal City Brands, como a melhor cidade da região para viver, fazer negócio e visitar. Posicionada no 42.º lugar no ranking nacional, subiu 4 lugares comparado com 2021. Considerando apenas a região centro, a Covilhã posiciona-se em 7.º lugar, subindo 3 lugares face a 2021 e é o concelho melhor posicionado no interior do país. -----

Para grande tristeza da oposição, a Covilhã é, na opinião dos especialistas que estudam estas matérias a nível nacional, reconhecidamente um bom destino para viver, investir e visitar. -----

A cidade abandonada, nas palavras da oposição, recebeu recentemente o reconhecimento da APOM – Associação Portuguesa da Museologia – que atribuiu ao Museu da Covilhã o prémio de Melhor Museu Português do Ano de 2022, sucedendo à prestigiada Casa Museu Fernando Pessoa, que venceu em 2021. -----

Vale a pena lembrar que, quando o Partido Socialista chegou à Câmara em 2013, aqueles que hoje apoucam a todo o tempo o nosso concelho deixaram como legado, naquele local, o espaço de cultura num edifício que tinha sido intervencionado há poucos anos e que teve que ser encerrado por problemas de infiltrações e inundações. -----

Foi a maioria do Partido Socialista que desde então, com a sua visão estratégica e planeamento, tomou a decisão de encerrar aquele espaço por manifesta incapacidade de funcionamento, imaginar o seu destino, reunir uma equipa capaz de levar a cabo, encontrar apoios financeiros para o pagar e concluir uma obra que hoje orgulha a todos os Covilhanenses. -----

O Museu da Covilhã, aberto há quase um ano, é hoje uma das jóias da coroa da cidade e um espaço de visita obrigatória para residentes e visitantes. -----

Contando de inovadora e acessível a história do nosso território, desde a idade do ferro há mais de 2500 anos até aos nossos dias, percorrendo todas as vilas e aldeias do nosso Concelho e dali o

visitante pode sair com um roteiro turístico na mão para calcorrear todo o nosso vasto e rico território. -----

Quero, por isso, em nome da bancada do Partido Socialista, felicitar todas e todos aqueles que pensaram, desenharam, construíram e dinamizaram este projeto que é hoje um orgulho para a Covilhã e um foco de atração de visitantes para toda a região. -----

Mas a cidade estagnada que a oposição nos quer convencer, viu na passada semana o seu tecido empresarial ser distinguido com três prestigiados prémios às nossas empresas, os Prémios *Empresa Gazela* da CCDRC, o que demonstra bem que a Covilhã continua a ser um concelho dinâmico e a capital empresarial da região. -----

O conceito *Empresa Gazela*, assumido internacionalmente, corresponde a empresas jovens com elevados ritmos de crescimento e sustentados ao longo do tempo. São organizações inovadoras, capazes de se posicionarem de forma diferenciada nos mercados onde afirmam a sua competitividade e constroem com sucesso a um ritmo acelerado, contribuindo fortemente para a criação de emprego. -----

Estas empresas representam uma pequena percentagem do universo empresarial, mas cada uma delas têm uma importância fulcral nas dinâmicas de emprego e de riqueza que geram na região. São empresas com ritmos de crescimento muito elevados (acima de 20% ao ano) e com uma criação de postos de trabalho muito significativos mesmo num contexto económico adverso em mercado por estagnação durante alguns anos. -----

Na Covilhã, foram distinguidas três empresas com essa distinção: a WD Retail, a HPRD - Health Products Research and Development (do Grupo Labfit) e a Mepisurfaces. -----

Estas três empresas empregam entre si centenas de trabalhadores e são hoje um exemplo da pujança empresarial na capacidade de inovação e no crescimento que acrescentam ano após ano e uma inspiração para os jovens e para os novos empresários que regularmente, por grande desgosto dos *velhos do Restelo*, continuam a escolher a Covilhã para investir. -----

Estas empresas vêm demonstrar que a Covilhã é um concelho com capacidade de atração de investimento, amigo do investidor, com condições ideais e necessárias para desenvolver e fazer crescer os seus negócios e daqui exportar para o mundo. -----

Parabéns a estas três empresas, aos seus empresários e aos seus trabalhadores. -----

A realidade dos factos teima em desmentir a oposição e a reconhecer a dinâmica da Covilhã com que os Executivos do Partido Socialista nos têm governado.” -----

#### INTERVENÇÕES/ VOTOS DE PESAR / LOUVOR /CONGRATULAÇÃO/MOÇÃO

--- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)**, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.05)** -----

*“Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----  
Presidente e vereadores da Câmara Municipal -----*

Presidentes de Junta de Freguesia -----

Membros da Assembleia -----

Covilhanenses -----

A viatura médica do centro hospitalar cova da beira tem estado consecutivamente parada durante alguns dos últimos dias! Inoperacional! -----

Já todos percebemos que a falta de médicos e/ou enfermeiros tem motivado essa paragem! -----

Para agravar essa situação também a viatura médica do hospital da Guarda tem tido igual inoperacionalidade o que coloca a VMER de Castelo Branco como o único meio capaz para executar suporte avançado de vida... E PASME-SE.....a 60 km de distância da Covilhã, e com a possibilidade de estar a prestar socorro na área de atuação da mesma o que tornará impossível o seu auxílio a uma vítima do concelho da Covilhã. -----

Outros meios de emergência pré-hospitalar do ministério da saúde tem estado com igual défice de prontidão, causa, falta de TEPH com que o INEM se debate. -----

Não fosse a resposta dada pelos meios dos bombeiros da Covilhã e estariam os habitantes da cidade e do Concelho privados do seu socorro. -----

Quando o único meio a poder executar o SAV no pré-hospitalar não é opção, torna difícil e condiciona a possibilidade de sobrevivência de um cidadão que seja acometido de um AVC ou um EAM. -----

Quando o quarto elo da cadeia de sobrevivência só será efetuado no hospital devido a falta do referido meio diferenciado, esse facto coloca um habitante de S. Jorge da Beira ou de Casegas a uma distância do tempo que os meios possam efetuar na ida e na volta, tempo esse que será sempre superior aquele que caso esta situação não ocorresse seria metade do mesmo. -----

Perante este cenário de quase Guerra, permita-me a expressão, mas gravidade a isso obriga, questiono o SR. Presidente da Câmara: -----

- Que medidas foram tomadas para que o que aqui descrevemos não ocorra? -----
- O ministério da saúde já foi questionado sobre esta falta de meios? -----

E o CHCB que medidas, em conjunto com a Câmara poderá tomar para que esta falta de profissionais seja erradicada e torne possível o socorro de quem precisa? -----

E por falar em condições no CHUCB, questiono ainda quando se dá cumprimento à deliberação de 200.000€ para a unidade de hemodinâmica? -----

O relatório de contas 2020 do centro hospitalar ([https://www.chcbeira.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/31/2021/08/RC\\_2020.pdf](https://www.chcbeira.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/31/2021/08/RC_2020.pdf) - pag10), o Sr. Presidente do CA, refere que: ----

.....

Ainda neste âmbito, o CHUCB continuou empenhado na negociação e demonstração da sustentabilidade de projetos considerados fundamentais para o Hospital e para a região, assim também já reconhecidos pela Tutela e por várias outras entidades (ordem dos médicos, colégios de especialidade, associações empresarias, municípios, comunidades intermunicipais, etc.) tais como a criação da **Unidade de Cardiologia de Intervenção** da Beira Interior e a Criação da **Unidade de Medicina Nuclear** da Beira Interior, ambas em instalações do CHUCB, sendo que esta última conta com um investimento suportado integralmente, em termos de obra e equipamento, por uma autarquia da área de influência do CHUCB.

No relatório de contas de 2021 ([https://www.chcbeira.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/31/2022/05/RC\\_2021.pdf](https://www.chcbeira.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/31/2022/05/RC_2021.pdf)), relativamente à medicina nuclear e unidade de hemodinâmica consta que: -----

em diversas especialidades, nomeadamente Infeciologia, Estomatologia e na Procriação Medicamente Assistida. No caso da especialidade de Pedopsiquiatria, o CHUCB, EPE recebe doentes de toda a região da Beira Interior, embora seja referência para as populações da área de influência do CHUCB, EPE e da ULS Castelo Branco, EPE.

Nos casos das especialidades de Oncologia Médica, **Medicina Nuclear** e Cardiologia de Intervenção, apesar de estarem previstas nas redes de referênciação como especialidades que deveriam fazer parte da carteira de serviços do CHUCB, o Ministério da Saúde ainda não procedeu à dotação necessária de recursos humanos e materiais especializados neste centro hospitalar.

➤ **Unidade de Medicina Nuclear da Beira Interior**

O desenvolvimento da Unidade de Medicina Nuclear da Beira Interior (UMNBI) continua a ser uma prioridade para o CHUCB. Este projeto tem na sua génese o acesso mais efetivo e atempado ao diagnóstico e à intervenção, nomeadamente, ao nível de patologias osteoarticulares, cardiopulmonares, nefro-urológicas, endocrinológicas, oncológicas, do tundo digestivo, das vias biliares, e do sistema nervoso central, bem como a promoção de investigação nesta área.

A UMNBI será instalada numa das Unidades do CHUCB, promovendo a rentabilização da capacidade instalada, garantindo-se a diferenciação da oferta desta unidade.

Dado o seu potencial para fins de investigação por parte da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, decidiu-se pela seleção de equipamento de tipo Spect-CT para este fim o que constitui também uma premissa base para o modelo de negócio a adotar.

Com a instalação deste equipamento os ganhos imediatos em termos de equidade e de redução de custos unitários por doente examinado são evidentes. Acresce ainda o valor estratégico desta instalação, reconhecido pelo próprio Ministério da Saúde na Rede de Referência Hospitalar de Medicina Nuclear (RRMN), aprovada em fevereiro 2016.

Dada a centralidade do CHUCB na área geográfica que se pretende abranger, assumimos que, nesta fase, a Unidade de Medicina Nuclear da Beira Interior servirá a área de influência da ULS da Guarda, da ULS de Castelo Branco, bem como do Norte Alentejano, que deveria ser servido pelo Hospital Espírito Santo – Évora, mas que ainda também não viu ser instalada uma Unidade de Medicina Nuclear. Assim, o

CHUCB não coloca em causa a arquitetura da rede, antes pelo contrário, assume que este é um primeiro passo para a criação desta rede.

Investimento estimado: 1.000.000€

Investimento aprovado à CMF para a obra: 460 563,14 €

Execução Física da Obra: 90%

Este projeto não consta no quadro dos projetos em execução uma vez que o investimento será suportado na íntegra (obra + equipamento) pela Câmara Municipal do Fundão.

*Se a unidade de medicina nuclear é, como é de conhecimento público, integralmente suportado pela Câmara do Fundão e já está 90% executada, do que é que estão à espera na Covilhã para fazer o mesmo com a Unidade de Cardiologia de Intervenção? De que nos servem os lucros da câmara se não são investidos???* -----

**Recordamos que ainda está por cumprir a deliberação tomada em REUNIÃO DE Câmara de 12/12/2016 e até ao momento não concretizada!** -----

ATA DA REUNIÃO DE 12/12/2016

## 5. DEPARTAMENTOS

### 5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

#### a) Orçamento para 2017 – inclusão de rubrica

Presente Proposta do Senhor Presidente, datada de 05/12/2016, na qual propõe que seja introduzido um novo projeto no Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovado em reunião de Câmara Municipal de 27/10/2016, designado por “Unidade de Hemodinâmica do Centro Hospitalar da Cova da Beira”, com um valor de 200.000,00€ em dotação não definida (50.000,00€ – 07010307 – Aquisição de bens de capital – Investimentos - Edifícios – Outros; 150.000,00€ – 07011002 – Aquisição de bens de capital – Investimentos – Equipamento básico – Outro) e 200.000,00€ para o ano de 2018, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas das alíneas g) do n.º 1 do artigo 23.º e r) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador José Pinto solicitou um esclarecimento adicional sobre este assunto, designadamente a nível político.

O Senhor Presidente respondeu que “este documento tem a ver politicamente com o seguinte: nós não queremos dar pretexto a este Governo nem a qualquer outro, que não colocam cá as valências, as capitações que nós entendemos que são indispensáveis às nossas Unidades Hospitalares, por razões de natureza financeira. Eu e o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão fizemos uma idêntica proposta para podermos dizer ao Senhor Ministro da Saúde que coloque cá a Medicina Nuclear, a Unidade Hemodinâmica que nós, através dos Fundos Comunitários, responderemos ao solicitado.”

O Senhor Vereador Nuno Reis questionou se, com a inclusão desta rubrica no Orçamento, há a garantia de que é criada na Covilhã esta nova valência.

O Senhor Presidente respondeu que não há qualquer garantia, apenas lhe dizem que “está previsto”, pelo que se terá de acreditar que com esta iniciativa se consiga esse feito.

A Câmara, de acordo com a análise e discussão da proposta apresentada, deliberou aceitar a inclusão do novo projeto no Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovado em reunião de Câmara Municipal de 27/10/2016, designado por “Unidade de Hemodinâmica do Centro Hospitalar da Cova da

--- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que se tinha inscrito para “colocar um assunto muito concreto e tentar sensibilizar a Câmara Municipal da Covilhã para a resolução do mesmo. -----

Na passada sexta-feira, três trabalhadores da Freguesia da Boidobra andaram o dia inteiro a remover aquilo que são os chamados *monos* ou *monstros* (objetos volumosos fora de uso). -----

Existem quatro entidades aqui – a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, a AdC e a *Resiestrela* – e acho que todos devemos conversar acerca desta matéria porque isto está cada vez pior e os

colegas das juntas de freguesia que digam. Pelo menos na parte urbana, o que noto é que isto está cada vez pior. -----

Tive o cuidado de enviar essas imagens para a AdC e de pedir maior regularidade, uma vez que a competência neste momento já nem é nossa, mas vemos a freguesia de uma maneira que tivemos que fazer alguma coisa. -----

A questão é: o facto de o Regulamento de Resíduos Urbanos, Higiene e Limpeza Pública que data de 2011 e que está mais ou menos bem organizado relativamente às disposições, ao tipo de resíduos, ao sistema, etc., depois falha naquilo que diz respeito aquilo que são as penalidades, as coimas, a fiscalidade, ... Por exemplo, na questão do horário do ecocentro, como é que as pessoas podem depositar os resíduos verdes, os *monos*, os *monstros*, o sofá, o frigorífico que têm em casa e que se querem desfazer dele se os ecocentros funcionam em horário laboral quando as pessoas também estão a trabalhar? -----

Aquilo que se passa hoje na Covilhã e na Freguesia da Boidobra é de um país absolutamente subdesenvolvido. Portanto, temos que nos sentar à mesa, temos que conversar e temos que arranjar soluções para isto. O facto de a AdC dizer que *a máquina de lavar, o sofá, o frigorífico que os deixem à quarta-feira à noite que vamos recolher à quinta-feira* (é segundo as indicações e o Regulamento), a questão é que a outra pessoa que não telefona para a AdC vê que é possível lá depositar coisas e, se não leu o Regulamento, vai lá e deposita também o sofá; e depois a outra deixa lá o saco do lixo; e depois vêm lá os animais; ... -----

Temos que arranjar uma solução. Temos que tirar estas dúvidas: se há papel e cartão que não foi colocado no respetivo recipiente e é colocado ao lado, e a Junta de Freguesia vai fazer a limpeza urbana, tem que tratar daquele papel ou não tem que tratar daquele papel? É isto que estas entidades todas têm que esclarecer e a Câmara Municipal, como coordenadora deste sistema e deste Regulamento Municipal, tem que se sentar à mesma mesa destas entidades todas, definir procedimentos e colocar como objetivo *vamos todos melhorar* e, por exemplo, contratar e colocar fiscais na rua (o que se passa com os dejetos dos animais é também terrível). -----

Vamos tratar deste problema. É um apelo que faço. Não estou a apontar culpas ou responsabilidades. Estou a colocar um problema que deve ser tratado e desde já a nossa disponibilidade para a solução do mesmo.” -----

--- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência do Município, da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal. -----

Apresentámos ao Município proposta para integrar a ARU os bairros do Rodrigo, dos Penedos Altos, da Biquinha, do Bairro Municipal e o Bairro de Santo António. São muitos os proprietários que pretendem requalificar os seus imóveis. Também eles pretendem ter acesso a benefícios fiscais. -----

Para quando é que a Câmara Municipal aprova e remete a esta Assembleia esta pretensão? -----

Nos últimos anos, o Município lançou e realizou empreitadas no parque escolar, mas infelizmente em muitos casos os problemas estruturais não foram resolvidos. Existem pisos degradados, janelas partidas, portas que não fecham, estores avariados, infiltrações, humidades, falta de sombra e problemas de coberturas. -----

Na Escola Básica do Canhoso, o 1.º ano tem utilizado, neste ano letivo, um contentor para terem aulas. Não dignifica a escola pública. Para quando o projeto e as obras de ampliação do edifício escolar com novas salas e um refeitório? -----

Depois de muitos anos de reivindicação por parte da Junta de Freguesia, finalmente a Câmara Municipal adjudicou o projeto para a criação de uma creche no Parque Industrial do Canhoso. Atempadamente sugerimos que o ideal seria colocá-lo nas instalações do Jardim de Infância ou, em alternativa, nas instalações da Freguesia no Canhoso. Mais uma vez, não fomos ouvidos. -----

Temos cumprido com as competências delegadas por parte da Câmara Municipal na realização das pequenas reparações das escolas e das zonas envolventes. Dizem os coordenadores das escolas que somos céleres. Gostaríamos também que a Câmara Municipal fosse mais eficiente em algumas respostas. Não vamos esperar mais por uma resposta relativamente à abertura de uma saída de emergência na Escola de Santo António. Nós próprios, muito brevemente, iremos fazê-lo. Não vamos esperar mais! -----

Mais uma vez apelamos à Câmara que é urgente uma revolução nos passeios da nossa cidade e da nossa freguesia. Os passeios estão sujos, degradados e são inseguros. -----

Os parques infantis da responsabilidade do Município continuam sem condições para todas as crianças. Nalguns casos, já nem sequer existem equipamentos. -----

Para quando uma intervenção no Parque Industrial do Canhoso? Passeios, falta de iluminação, arruamentos – continuam a precisar de intervenção. -----

Hoje, nesta Assembleia, será aprovada uma série de protocolos com juntas de freguesia. Acho muito bem. Pergunto: para quando a celebração de protocolos com a maior Freguesia da Covilhã? Dou apenas um exemplo: a reabilitação do edifício da Freguesia no edifício do Canhoso. Não é necessário fazer protocolos com a Junta de Freguesia da Covilhã e Canhoso. Queremos é que façam o que a gente solicita. -----

Sugeria o seguinte: é necessário que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e os Senhores Vereadores se reúnam mais vezes com as juntas de freguesia. Há muitos assuntos para serem tratados e alguns deles tem de ser com o Senhor Presidente da Câmara porque, às vezes, falamos com o Senhor Vereador e o Senhor Vereador ouve-nos e diz-nos que quem resolve é o Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.06)**

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----*

*Senhor Presidente da Câmara Municipal -----*

*Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----*

*Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia -----*

*Caros colaboradores do Município -----*



*Minhas Senhoras e Meus Senhores -----*

*Acredito por certo que uma das coisas que todas as bancadas municipais aqui presentes partilham, é o reconhecimento que todos damos à riqueza e diversidade que o movimento associativo tem na cidade da Covilhã. -----*

*Um movimento constituído por dezenas de associações, onde centenas de homens e mulheres dedicam o seu esforço voluntário numa participação cívica em torno de causas comuns, num contributo ímpar e de um valor incalculável para a nossa comunidade e concelho nas mais diferentes áreas, da cultural à recreativa, da desportiva à social. -----*

*Os factos falam por si, e a verdade é que desde 2013 até à data, sob a governação do Partido Socialista, o executivo camarário tem demonstrado na sua ação governativa uma inequívoca valorização deste património imaterial que aos covilhanenses pertence e que às associações cabe definir a sua liberdade de ação. -----*

*A criação de instrumentos e infraestruturas materiais e imateriais que hoje as nossas associações têm acesso, nomeadamente através: -----*

*Plataforma do Associativismo -----*

*Regulamento de Apoio ao Associativismo -----*

*Condomínio Associativo da Covilhã -----*

*Gabinete de Apoio ao Associativismo -----*

*Academia de Formação Associativismo -----*

*Revelam a estratégia que hoje as associações no concelho da Covilhã integram, onde a liberdade de ação, transparência de financiamento e a qualidade de serviço prestado à população são linhas de ação que ultrapassam ideias em papel para uma realidade que tem impacto direto nas atividades desenvolvidas pelas associações na nossa rua, no nosso bairro, no nosso concelho. -----*

*Esta realidade, foi no passado dia 4 de Junho, Dia Nacional das Coletividades, reconhecida fora da Covilhã pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, através da distinção do Município da Covilhã com o prémio “Parceiro do Ano 2022”, pelo papel determinante que assume no apoio ao movimento associativo local. Este reconhecimento torna o Município da Covilhã um exemplo de boas práticas, de uma ação governativa para as associações, para os covilhanenses. -----*

*Se hoje o município da Covilhã é reconhecido fora de portas, não pode esta assembleia nem a Covilhã, esquecer a forma casuística, pouco transparente e muitas vezes gerido com base no velho ditado “estás comigo, ou estás contra mim” que o movimento associativo foi tratado durante anos, num passado não muito distante em que os atores se perpetuam. -----*

*Dois dos exemplos de ações de valor inestimável promovido pelo movimento associativo, que hoje a Covilhã vive e tem para si com o contributo e apoio do Município da Covilhã, são as Marchas Populares e o WOOL. -----*

*Dois exemplos que a diversidade, qualidade e sentido de pertença da Covilhã aos covilhanenses que o movimento associativo nos dá, e que infelizmente comungam o esquecimento e falta de apoio outrora vivido. -----*

*No caso das Marchas Populares, é por demais evidente a forma agregadora que um evento pode trazer à comunidade covilhanense. Das coletividades às freguesias que nas marchas participam, onde novos e menos novos trabalham durante meses para que num par de horas possam honrar a sua associação e a sua freguesia perante milhares de pessoas, onde dão à cidade não só cor e festa, mas acima de tudo um sentimento de orgulho nas nossas gentes que todos une. -----*

*Um evento retomado em 2017, depois de 10 anos de ausência e suspenso nos últimos dois anos pelas restrições pandémicas que atravessámos, onde a vontade de manter esta tradição se manteve, sendo claro e evidente o reconhecimento que todos dão ao parceiro fundamental que é o Município da Covilhã no retomar deste evento, numa organização promovida pelo Grupo Desportivo da Mata. -----*

*O WOOL, que teve a sua primeira edição em 2011, foi obrigado nos anos 2012 e 2013 a interromper a sua ação na Covilhã por falta de apoios, sendo que em 2017 e segundo os promotores “viu finalmente consolidar-se com um projeto estruturante e identitário para a cidade... que conta hoje com o apoio do Município da Covilhã” depois do regresso às ruas da Covilhã em 2014. -----*

*É exemplo de como as novas gerações querem aportar valor ao nosso concelho de forma inovadora e contemporânea, tendo como matriz a nossa identidade e o nosso passado enquanto cidade fábrica, numa profunda ligação com a história e vida das nossas gentes através da arte urbana numa valorização e reabilitação urbana que ultrapassa a oportunidade turística que hoje oferece, mas que acima de tudo recorda memórias, aproxima gerações criando um sentido de comunidade através da arte. -----*

*São exemplos como estes, e outros tantos que poderia dar que fazem figura central de uma realidade tão única que temos a felicidade de viver promovido pelo movimento associativo covilhanense e que com grande sentido de governação vemos o município covilhanense apoiar e incentivar, assumindo-se como um verdadeiro parceiro de um dos maiores patrimónios que a Covilhã tem. -----*

*São exemplos como estes, e outros tantos que poderia dar, que em nome do grupo municipal do Partido Socialista agradecemos todos aqueles que diariamente contribuem para o movimento associativo da Covilhã, e que reforçamos o incondicional reconhecimento que o Partido Socialista da Covilhã tem para a importância e apoio que todas as associações e coletividades do concelho promovem.” -----*

**--- Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.07)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----*

*Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores, -----*

*Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----*

*Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----*

*Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

*Paula Rego morreu. A artista, a mulher que pintou as mulheres nas sombras das suas vidas. Aquelas vidas, por detrás dos biombos, onde há sangue e lágrimas, desespero e sofrimento, dor e desilusão, violência e resistência. Obras maravilhosas. Que nos orgulham, como portugueses e, a mim, particularmente, como mulher. Dos temas que pintou, ... como se fossem gritos, ... o aborto foi o mais reconhecido. -----*

*O aborto, ... ou melhor, a discussão sobre este assunto, sempre esteve cercada de intolerâncias, falsas questões e irracionalidade. Todos nos lembraremos das discussões, por vezes violentas, que no nosso país tivemos, aquando dos referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez. Por isso, este assunto faz subir à tona da discussão, ideias e princípios próprios de outros tempos e de outras eras. O arcaico toma a palavra e domina as emoções. -----*

*Daí que não seja fácil compreender as causas, as causas profundas, que permitem o regresso das leis restritivas, em relação ao aborto, que paulatinamente, Estado a Estado, nos Estados Unidos da América, estão a acontecer. É esperado que 20 Estados decidam proibir, totalmente, o aborto, ou a partir das 6 semanas de gestação. 10 Estados já avançaram nesse sentido. É verdade que os EUA têm uma realidade sociopolítica paradoxal e difusa. E esta realidade talvez possa explicar como é que num país que serve de modelo ao mundo, colocado sempre no topo, nos primeiros lugares dos rankings democráticos, feitos por cientistas políticos, como o V-dem, concordemos, ou não, com os indicadores desses rankings, mas, decididamente, não explica tudo! A decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos é a prova cabal de que nenhum direito está garantido, nem tão pouco, definitivamente conquistado! Ao que parece, sobretudo, nos EUA. -----*

*E, claro, não nos deixemos enganar... nós não vivemos num mundo ideal, onde as mulheres não precisam de abortar, ou não sejam obrigadas a usar ... burka, ou a ser mutiladas genitalmente, ou... não sejam mortas apenas por serem mulheres que desafiam, ainda que, modestamente, o poder masculino, numa relação. -----*

*17 é o número dessas mortes. 17 mulheres portuguesas já morreram este ano, e ainda estamos a meio de 2022, vítimas de violência doméstica. A esmagadora maioria sinalizada, já com denúncias e ocorrências junto das forças policiais. Que país é este que deixa as suas mulheres morrerem assim? Que país é este que deixa que matem mães, só porque não se resignam a ser, também, escravas ou marionetas em mãos alheias? -----*

*Que país é este que continua a permitir que os meninos e as meninas, como a Jéssica, desta vida, morram ou tenham vidas, completamente marginais, por não possuírem as condições sociais, escolares, médicas e económicas a que têm direito? -----*

*Tanto, ... mesmo tanto que temos para resolver... As violências sobre as mulheres e sobre as crianças não são questões longínquas, nem de minorias, nem são assuntos em fase de desaparecimento. São realidades nossas! São problemas nossos e globais. São da nossa casa e do mundo! -----*

*Paula Rego morreu. Mas ficou o "Anjo". E entre a espada e ... a esponja, ... aqui continuaremos a resistir, intervindo ... aqui estaremos a lutar por um mundo melhor! Sem violências!" -----*

--- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes e relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, referiu que o Membro Municipal Eng.º Hélio Fazendeiro tinha vindo aqui dizer que “a oposição vinha para aqui dizer que a Câmara estava mal e que as coisas funcionavam bem. Afinal, não é só a oposição! -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.08)** -----

*“Em Portugal, a gestão de resíduos assenta nas seguintes soluções: -----*

- *Recolha seletiva de resíduos de embalagem, papel e outros fluxos de resíduos valorizáveis (porta-a-porta, ecopontos, ecocentros); -----*
- *Recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis; -----*
- *Recolha indiferenciada de resíduos urbanos para envio para Tratamento Mecânico e Biológico; -----*
- *Recolha indiferenciada de resíduos urbanos para envio para valorização energética; -----*
- *Deposição de resíduos em aterro. -----*

*Cada português produz diariamente 1,4 kg de resíduos urbanos, 513 kg anuais. Este valor de 2021 aumentou 50% em relação ao que era produzido nos anos 90. -----*

*No recente relatório do Pordata, que faz a radiografia do estado do Ambiente, é referido que “Em 2020, em Portugal, os resíduos urbanos tratados tiveram como principal destino o aterro (54%), ao passo que na UE27 correspondeu a 23%. Assim, na UE27 o principal destino do lixo é já a reciclagem (30%), valor que em Portugal atinge apenas 13%. -----*

*Em 2020, no município da Covilhã, foram recolhidos seletivamente 2.690 toneladas de lixo, ao passo que a recolha indiferenciada foi de 16.649 toneladas, 13,9% de recolha seletiva. -----*

*O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) visa contribuir para o aumento da prevenção, reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos, com a conseqüente redução de consumo de matérias-primas naturais de recurso limitado. -----*

*Ter uma política ambientalmente sustentável está cada vez mais na ordem do dia e os municípios são vistos como verdadeiros aliados na promoção de práticas sustentáveis que promovam o bem-estar dos cidadãos. -----*

*Existem já diversas iniciativas e programas, e várias autarquias que deram o arranque para o cumprimento dos objetivos traçados para 2030. -----*

*O Green City Accord, que exige o compromisso dos municípios aderentes em cinco áreas chave: qualidade do ar, qualidade da água, conservação da natureza e biodiversidade, economia circular e gestão de resíduos, poluição sonora, e em Portugal envolve já mais de 30 autarquias, onde os municípios têm de definir, para estas cinco áreas, uma caracterização com metas “ambiciosas” que ultrapassem os requisitos mínimos estipulados pelas leis comunitárias. -----*

*O sistema PAYT – Pay-As-You-Throw, constitui um claro incentivo para os cidadãos, por via financeira, para promover a separação na origem e aumentar as taxas de recolha seletiva. É um -----*

*método justo que promove a redução da fração indiferenciada produzida por cada cidadão e o aumento da separação dos resíduos valorizáveis. -----*

*Existem, portanto, bons exemplos que são seguidos por vários municípios em Portugal, liderando esta corrida para cumprimento dos objetivos previstos no PERSU 2030. -----*

*Dada a importância destes temas e a urgência do cumprimento de metas, questionamos o Sr. Presidente da Câmara sobre quais são as políticas ativas seguidas pela nossa autarquia para promoção e consciencialização da população na redução e separação dos resíduos produzidos? ---*

*Quais são os objetivos e metas a atingir? -----*

*Quer a Covilhã estar na linha da frente das cidades a alcançar ou superar os objetivos previstos no PERSU para 2030?" -----*

**--- Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: (doc.09)**

*"Exmos: -----*

*Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----*

*Sr. Presidente da Câmara, -----*

*Sras e Srs Vereadores, -----*

*Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal, -----*

*Presidentes de Junta de Freguesia, -----*

*Comunicação Social, -----*

*Estimadas e Estimados concidadãos, -----*

*Minhas senhoras e meus senhores, -----*

*O contrato de concessão para o sistema de mobilidade da Covilhã, diz na Cláusula 5.ª, número 5.1 alínea b) e passo a citar "Período de Exploração: inicia-se no dia 1 de agosto de 2020, exceto nas situações previstas no número 5.2), e vigora durante 10 anos, devendo respeitar os termos previstos na Cláusula 7.ª" fim de citação. -----*

*Passados praticamente dois anos temos este contrato no Tribunal de Contas à espera de luz verde, no valor de 9.170.000,00 €, quer isto dizer, que após esta luz verde se acender os Municípios Covilhanenses vão pagar cerca de 76.416,00 € por mês para beneficiarem do sistema de mobilidade na grande Covilhã. -----*

*Enquanto há ou não há luz verde, anda este Executivo a lançar concursos e a pagar à Transdev 735.000,00 € de 6 em 6 meses o que perfaz um valor mensal de 122.500,00 € ou seja os Municípios Covilhanenses estão a pagar 60% a mais além do valor do contrato que está no Tribunal de Contas, e já vamos a caminho do seis do concurso e não se vislumbra o último. Além de se pagar 60% a mais, o serviço prestado pela Transdev, fica muito aquém do razoável, não apresenta autocarros com dimensões adequadas às ruas e artérias da Covilhã, nem ao volume de passageiros transportados, não houve melhoria nos horários e para ajudar à festa não contempla o funcionamento dos elevadores e funiculares, mas levam mais de 60%, ou será que estes 60% contemplavam o funcionamento dos elevadores e funiculares mas tal não era exequível atendendo ao desleixo que este executivo deixou chegar estas instalações? Ou as reparações atempadas não foram executadas por dívidas às empresas de manutenção? -----*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara, poderá argumentar que cobram mais de 60% porque não têm as receitas dos parques de estacionamento, mas também não têm as despesas daí inerentes, entretanto os covilhanenses podem estar certos que a borla dos parques vai acabar segundo notícia publicada no Jornal do Fundão. -----*

*Segundo a mesma fonte “Jornal do Fundão” o Senhor Presidente de Câmara está preocupado e bem no nosso entender, com o apoio às famílias e empresas, mantendo assim a gratuidade dos parques de estacionamento da cidade, mas também sabemos que esta gratuidade se deve a não haver luz verde pelo Tribunal de Contas em relação a este contrato de Mobilidade. -----*

*Na atual conjuntura económica com os combustíveis a preços altíssimos e a inflação descontrolada, não entende também V. Exa que já se devia de pedalar a todo o lítio nas ciclovias da cidade que tantos euros custaram aos Municípios Covilhanenses, ou vamos ter umas ciclovias fantasma? -----*

*Já agora e em jeito de recomendação, não se esqueça que as bicicletas elétricas já adquiridas pelo Município ainda antes das eleições de 2021, têm baterias e estas não são eternas, por este andar terá de adquirir baterias novas quando houver a tal luz verde do Tribunal de Contas, porque a luz das baterias já será vermelha. -----*

*Disse.” -----*

**--- Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.10)** -----

*“Senhor Presidente da AM Covilhã, -----*

*Senhor Presidente da CM Covilhã, -----*

*Senhoras e Senhores Vereadores, -----*

*Estimados colegas Deputados Municipais, -----*

*Minhas Senhoras e Senhores, -----*

*Na formação desportiva, além do ensino da modalidade, é fundamental transmitir um conjunto de ferramentas e valores que contribuam para o desenvolvimento das crianças enquanto indivíduos, algo que os nossos clubes e associações têm sabido fazer com distinção ao longo dos anos. Não é pois com surpresa que olhamos os resultados dos processos de certificação de Entidades Formadoras, tanto em futebol como em futsal, anunciados na passada semana pela Federação Portuguesa de Futebol. Em ambas as modalidades, na vertente masculina, equipas da Covilhã lideram o ranking entre as formações da Beira Interior. Há que parabenizar o Sporting Clube da Covilhã, o Grupo Desportivo da Mata/AAUBI e todos aqueles que nestes clubes contribuíram para este notável resultado que deve orgulhar qualquer covilhanense. Salientar também a excelente classificação da Associação Desportiva da Estação, certificada como Entidade Formadora de 3 estrelas no futebol, bem como o Águias do Dominguiço e o Núcleo de Desporto da Filarmónica da Erada que receberam certificado de Escola e Centro Básico no futsal, respetivamente. -----*

*Claro que também nos seniores há motivos para celebrar, com o Sporting da Covilhã a garantir a 15.ª presença consecutiva na 2.ª Liga de futebol. Em ano de centenário, e num panorama*

*futebolístico cada vez mais “litoralizado”, o Sporting Clube da Covilhã irá novamente representar toda a nossa região da Beira Interior nos campeonatos profissionais. -----*

*Foi igualmente no final de maio que se voltaram a ouvir os motores na Covilhã, com o regresso da mítica Rampa da Serra da Estrela. Mais de meia centena de participantes, nas diversas categorias, enfrentaram as curvas e os 454 metros de desnível desta que é a rainha das provas de montanha do nosso país. Um evento exemplarmente organizado pela CAMI Motorsport e pela Câmara Municipal da Covilhã, que investiu na segurança e nas infraestruturas de apoio à prova, nomeadamente no parque de assistência localizado no Bairro da Biquinha, tornando-o mais funcional. No fundo, investiu-se no melhoramento das condições de quem trabalha a rampa e do público que novamente preencheu a encosta da serra, fazendo deste acontecimento uma verdadeira festa do desporto automóvel. -----*

*Mas este não foi o único grande evento motorizado que a Covilhã acolheu no último mês. No dia 11 de Junho, o Lés-a-Lés trouxe 2400 pessoas em passeio mototurístico pelas ruas do nosso concelho, em mais uma prova da vivacidade e capacidade organizativa do Moto Clube da Covilhã Lobos da Neve. Esta iniciativa teve, claro está, um enorme impacto na economia local em vários setores, com a hotelaria e a restauração à cabeça, sendo mais uma prova da aposta séria da Câmara da Covilhã na promoção da vertente turística da nossa terra. -----*

*Contamos que o município siga com esta estratégia de trazer grandes eventos nacionais até ao nosso concelho, cujo sucesso é inquestionável.” -----*

--- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que, “no passado dia 13 de maio, decorreram as eleições para os órgãos distritais da Associação Nacional de Freguesias e, se já era motivo de orgulho termos presidentes de junta nos órgãos nacionais, não podemos deixar de manifestar e eu, enquanto Presidente de Junta, não posso deixar de manifestar o orgulho que é ter um presidente de junta do nosso concelho, nomeadamente o Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Rui Amaro –, à frente dos órgãos distritais e congratular-me também que, pela primeira vez, a sede distrital da ANAFRE de Castelo Branco está numa freguesia do nosso concelho – está em Vales do Rio. Muitos parabéns, Rui Amaro.” -----

--- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, deu “uma pequena nota: para grande tristeza da oposição, o Deputado Hélio Fazendeiro não ouve as nossas intervenções. Fazer uma intervenção e tentar adivinhar o que vimos dizer, às vezes, pode correr mal – que é o caso. Tome atenção aos votos de louvor que vamos apresentar, nomeadamente ao Museu e ao WOOL. -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.11)** -----

*“Na última Assembleia Municipal uma das intervenções da bancada do PSD foi a questão do encerramento, por falta de médicos, da maternidade do CHUCB. A consciência que o problema era muito grave levou-nos, à data, a recorrer aos nossos eleitos na Assembleia da República (é para isso que lá estão, pelo menos os nossos), para que a ministra da saúde fosse confrontada e questionada, sobre a questão. -----*

*Entretanto nas últimas duas semanas, os meios de Comunicação Social foram inundados com notícias que davam conta do encerramento de diversos serviços de Ginecologia-obstetrícia por falta de médicos por todo o país. -----*

*A alegada falta de médicos em Portugal tem sido o argumento usado para esconder o real problema do SNS: a falta de planeamento e gestão deste serviço público. -----*

*Marta Temido tentou em cima da hora soluções pontuais para problemas antigos que se agravaram e muito nos últimos 6 anos. -----*

*SIM! Foi o PS no período da Geringonça que lançou o SNS no caos e lamentável estado de degradação em que se encontra hoje. Por extremismos e obsessão ideológica as PPP's na saúde foram liquidadas uma a uma. O exemplo mais flagrante do resultado dramático desta decisão: O Hospital de Braga que passou de um exemplo de Gestão para uma situação, actual, de falência técnica. -----*

*A cegueira ideológica ditou o fim das PPP's em detrimento da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos portugueses. -----*

*Marta Temido tenta agora oferecer medidas pontuais porque uma solução global e mais abrangente está numa política em que ela não acredita e que este Governo ideologicamente não se revê. -----*

*Mas não só das PPP's, da falta de médicos no SNS e da pouca atratividade das remunerações oferecidas que esta triste história é feita: a implementação das condições de igualdade com os privados das 40 horas de trabalho semanal agravou os problemas de funcionamento e ditou mais uma subida de custos no sistema. A falta de condições de trabalho, a inflexibilidade, a desumanização do sistema são outros exemplos que se juntam à lista. -----*

*Entretanto é público o mais recente relatório do Observatório Português dos sistemas de saúde que alerta: O SNS poderá entrar em estado terminal uma vez que as soluções do governo não vão ser capazes de salvar a rede de assistência pública. Contratar mais profissionais, aumentar as remunerações são os tais pensos rápidos que só vão adormecer os problemas. Os 30 mil novos profissionais de saúde que o sistema ganhou desde 2016, não conseguiram aumentar a produtividade quanto mais mantê-la, aumentaram sim e somente a Despesa. -----*

*Por outro lado, a Ordem dos Médicos do Centro alerta que os concursos para os médicos de família não dão resposta aos problemas da região. 200 mil utentes vão ficar sem médico de família a juntar aos 160 mil que já não o têm. As vagas abertas só traduzem falta de planeamento e desconhecimento da realidade. -----*

*A Covilhã é só mais um concelho onde tudo isto se traduz numa terrível realidade e num mais terrível futuro. -----*

*O Concurso de recrutamento tem 28 vagas para CHUCB, vamos ver quantas ficam preenchidas e quantos concursos vão ficar desertos. -----*

*Se somarmos o concurso dos médicos de família, a ficar, também ela, aquém das necessidades, a situação vai ficar dramática. -----*



*Mas a realidade ainda é mais dura. A questão da VMER. A Covilhã junta-se à Guarda e a Castelo Branco neste drama. Desde 2014 que não se registava uma inoperacionalidade desta ordem: na Beira Interior a taxa de inatividade ronda os 28,34%. Só a Covilhã tem uma taxa de 11,46%. Taxa justificada com a falta de médicos nas urgências. -----*

*E no meio disto tudo, ou seja: -----*

*- na falta de médicos nas urgências e nas especialidades -----*

*- na falta de médicos de família -----*

*- na falta de uma VMER a funcionar em pleno -----*

*- na falta de uma maternidade a funcionar em pleno -----*

*- nos concursos escassos e com uma grande probabilidade de ficarem desertos -----*

*No meio disto tudo tínhamos uma boa notícia e digo tínhamos porque na realidade já não temos. Tivemos a promessa da criação de uma Unidade de Saúde Familiar na Covilhã, que se formalizou faz agora um ano, com a assinatura por parte do município de um contrato de arrendamento com a Anil para que no antigo acondicionamento funcionasse esta nova estrutura de saúde local. -----*

*O contrato de arrendamento por 25 anos defendia um ano de carência no pagamento mensal de 4.000€, supostamente para fazer as obras de adaptação. -----*

*Passou um ano, as obras não se realizaram e o serviço ainda não foi implementado. -----*

*Passou um ano, vamos começar a pagar renda e o serviço ainda não foi implementado. -----*

*Passou um ano e agora o que vai dizer Sr. Presidente aos seus munícipes? Agora que mais do que nunca esta seria uma grande almofada que amortecia todos estes problemas. -----*

*Sr. Presidente há um ano dizia e passo a cita “A saúde dos Covilhanenses está no topo das nossas prioridades e este acordo vai permitir instalar uma espécie de brigada de intervenção rápida que vai servir mais de 12 mil pessoas..” fim de citação. -----*

*E hoje Sr. Presidente quais são afinal as suas prioridades.... -----*

*Disse” -----*

*--- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV), após cumprimentar todos os presentes, apresentou a Moção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.12)** -----*

*“MOÇÃO -----*

***O IC6 e IC7 – ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) – uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral. -----***

*A ligação da Beira Litoral à Beira Interior, à Cova da Beira e zona da Raia, é uma justa pretensão das populações do Interior, com mais de 75 anos, que a EN 230 e atuais traçados da A25 e A23 não resolveram. -----*

É inadmissível lançar para 2024 o início das obras do troço Tábua – nó da Folhadosa e é incompreensível a ausência de qualquer trabalho previsto para a ligação do nó da Folhadosa – A23 (Tortosendo), o nosso IC6. -----

Uma ligação reivindicada há centenas de anos pelas populações que transitam entre a Cova da Beira, Coimbra, Figueira da Foz e as populações da vertente oeste da Serra da Estrela (Concelhos de Arganil, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Oliveira do Hospital), ligação entre o Norte dos distritos de Castelo Branco, com o Norte do Distrito de Coimbra e com a zona sul do Distrito da Guarda), tarda a concretizar-se. -----

A coesão territorial também se faz com a implantação de infraestruturas de mobilidade que façam a ligação das populações do interior com os centros urbanos e o litoral para acesso aos serviços de saúde, educação e reduzir custos na circulação de bens e mercadorias. -----

É tempo do governo dar resposta às necessidades das populações, sem desculpas, e deixar de estar à espera da “primeira oportunidade”. -----

**Já em Setembro de 2009** o Secretário de Estado Paulo Campos anunciava a concessão rodoviária da Serra da Estrela e indicava o primeiro trimestre de 2010 para o lançamento da obra, que integrava o IC6, entre Tábua e a Covilhã. -----

**Em Março de 2017**, o governo anunciou que iria avançar com a construção do troço em falta do IC6. O planeamento desta construção prevê a divisão do troço final em dois troços: Um entre Tábua e o nó da Folhadosa, junto a Oliveira do Hospital, e outro entre este mesmo nó e a A23 (autoestrada), junto à cidade da Covilhã, atravessando parte da Serra da Estrela. -----

Apesar dos esforços e propostas da maioria dos eleitos locais e das populações **só em Setembro de 2021** são anunciadas as obras para o troço de Tábua ao nó da Folhadosa, mas, de acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2021 de 3 de Maio de 2021, as obras para este troço só têm cobertura financeira a partir de 2024 até 2026, num total de 38 milhões de Euros, com a afetação de verbas nacionais, resultantes do Leilão do 5G e do Portugal 2030. -----

E quanto ao troço nó da Folhadosa – Covilhã? -----

Prometido há já bastantes anos e reivindicado pelas pessoas da Serra há outros tantos, o prolongamento do IC 6 até à [Covilhã](#) continua com data indefinida. -----

Afirmava o Ministro Pedro Nunes dos Santos em 2021 que “não existe previsão da sua continuação” mas que “à primeira oportunidade” avançará. -----

O IC6 não consta dos investimentos previstos no âmbito do PRR; -----

O IC6 não consta em qualquer financiamento nacional resultante de qualquer leilão ou do Portugal 2030. -----

**A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 27 de Junho de 2022** -----

- 1 - Reafirma a necessidade e importância da implementação do IC6 (Nó da Folhadosa – A23 – Tortosendo – Covilhã) para as populações da Cova da Beira e seu acesso aos serviços de saúde, educação e reduzir custos na circulação de pessoas, bens e mercadorias; -----

2 - *Recomenda à Câmara Municipal que exija do governo a construção do IC6 (Nó da Folhadosa – Tortosendo – A23), em ação conjunta com os municípios da Cova da Beira (Fundão, Belmonte, Penamacor).* -----

3 - *Caso seja aprovada esta moção, deverá a mesma ser enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Obras Públicas* -----

3.1. *Ao Senhor Presidente da Assembleia da República* -----

3.2. *Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República* -----

3.3. *Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais do Fundão, Belmonte e Penamacor* ---

3.4. *Aos Senhores Presidentes de Mesa das Assembleias Municipais do Fundão, Belmonte e Penamacor para divulgação e convite para a aprovação da presente moção ou de moções similares e seu envio a suas excelências referidas no ponto 3.”* -----

--- Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, relativamente à intervenção da Senhora Deputada, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, que abordou o tema da saúde na presente e na anterior sessão da Assembleia Municipal, referiu que, “desta vez, fez um artifício ou um contorcionismo percebendo bem a necessidade porque, na última Assembleia, a Senhora Deputada veio dizer que o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira estava à beira da rotura, que era uma coisa estranha no Serviço Nacional de Saúde e diferente daquilo que era os outros hospitais e depois a verdade é que temos tido infelizmente nos últimos tempos várias notícias sobre a criticidade dos serviços de saúde em todos os hospitais no país à exceção do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. E, hoje, a Senhora Deputada veio tentar o exercício do contorcionismo e vir dizer que afinal a saúde está mal – não é no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, é o Sistema Nacional de Saúde, é o Serviço Nacional de Saúde todo em Portugal. -----

Quero dar-lhe três notas: -----

1 - O Serviço Nacional de Saúde que hoje temos, a ele devemos a forma exemplar e boa como passamos a pandemia. Não devemos esquecer isso e devemos continuar a agradecer e a enaltecer o trabalho que os profissionais de saúde fizeram nestes dois anos. O Sistema de Saúde que hoje vocês criticam, foi aquele que até hoje nos salvaram a nossa vida, das nossas famílias e da nossa população; -----

2 - Em 2021, o Serviço Nacional de Saúde contava com 148 mil profissionais – mais 28.454 efetivos do que contava em 2015 quando o seu partido governava o Serviço Nacional de Saúde; conta hoje com mais 800 médicos de família do que contava em 2015 quando o PSD governava o Serviço Nacional de Saúde; conta hoje com mais 12 mil enfermeiros do que aqueles que o SNS tinha em 2015; e, realizou em 2021 mais 129 mil cirurgias face a 2020 e mais 54.862 do que em 2015; em 2021, o Serviço Nacional de Saúde tinha mais meio milhão de utentes (10 milhões e meio de utentes) do que tinha em 2015 (10 milhões de utentes).

Conseguiu tudo isto simultaneamente como cuidou de nós na nossa pandemia da Covid-19; -----

- 3 - Temos hoje uma certeza: apesar de todas as insuficiências e incapacidades do nosso SNS, o Serviço Nacional de Saúde está hoje melhor do que estava em 2015 e substancialmente melhor do que está às vossas mãos da vossa governação, cujo único projeto é o de privatizar. O Serviço Nacional de Saúde, contra todo o preconceito ideológico da Direita e do PSD, do desinvestimento e das tentativas de desmantelamento dos seus governos, sobreviveu e está hoje com condições de investimento como nunca tinha tido com os governos do Partido Socialista a tratar da saúde dos portugueses, afirmando-se como um do mais robusto serviço nacional de saúde do mundo que a todos deve orgulhar, a começar pelo nosso Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. -----

Esta é a realidade. A realidade é que, contra a vossa vontade, o Serviço Nacional de Saúde hoje continua público, a prestar saúde e cuidados de saúde aos nossos concidadãos. -----

Deixar uma nota ao Senhor Deputado Luís Rodrigues sobre as questões da mobilidade. Acho que o senhor Deputado fez aqui uma intervenção tensa sobre as questões da mobilidade, mas valerá a pena não misturarmos as coisas. Aquilo que hoje temos em vigor é uma prestação de serviços em que a Câmara contrata a uma empresa privada os serviços de mobilidade, em que fica com a receita. Não é certo, correto ou honesto intelectualmente compararmos o custo que vai ter a concessão da mobilidade no futuro que, como bem disse, está a aguardar o visto do Tribunal de Contas, em que há uma compensação que o Município paga e a empresa fica com a receita da bilhética e comparar com aquilo que é hoje uma prestação de serviços em que a bilhética fica do lado do Município. -----

Para esse exercício que o Senhor Deputado fez ter alguma veracidade, deveria conhecer e saber aquilo que são as receitas em função daquilo que são as despesas que o Município teve. Veio apenas dizer qual foi o custo que o Município tem com esse custo e não é de toda verdade que assim seja porque as receitas da bilhética estão do lado da Câmara Municipal. -----

Continuamos, com tanta ansiedade ou mais que o Senhor Deputado, a aguardar que o visto do Tribunal de Contas se conclua, que o Sistema de Mobilidade, que tem sido elogiado por todos, entre rapidamente em funcionamento porque acreditamos ser um sistema inovador, diferenciador e a bem dos nossos concidadãos.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, “em defesa da honra, para dizer que o que acabou de dizer é completamente uma mentira. -----

A minha intervenção na Assembleia Municipal anterior foi baseada concretamente no caso do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, tal era a gravidade do que estava a acontecer no fim de semana anterior. -----

Esta minha intervenção atual: comecei por uma abordagem nacional para acabar numa abordagem regional e local. -----

Relativamente a tudo quanto disse, acho que esta Assembleia está estupefacta porque todas as notícias que temos vindo diariamente a assistir, de todas as várias vertentes políticas

inclusivamente do seu partido, não descrevem o SNS do país das maravilhas que o Senhor acabou de descrever.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)** respondeu que “muito me admira o Senhor Deputado Hélio vir fazer a defesa da honra em substituição do Senhor Presidente da Câmara. -----

Mas, já agora, para dizer que os 60% que a Transdev leva a mais - sei que não tem a concessão toda e não tem obrigação do resto do serviço (elevadores, ciclovias, ...) - como não tem a receita também não se justifica 60%. Está a levar mais 60% e não está a prestar o serviço todo da concessão (simplesmente o transporte urbano, mais nada).” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** esclareceu que não tinha feito “defesa da honra do Executivo Municipal, nem do Senhor Presidente da Câmara. Estou a representar o Partido Socialista e apenas me limitei a reproduzir a informação que nesta Assembleia já foi tornada pública por diversas vezes em relação ao Sistema de Mobilidade e lamento, Senhor Deputado, que não lhe tenha chegado ou não tenha ouvido essa informação, mas tive a oportunidade de lhe replicar novamente essa informação.” -----

--- **Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel)**, após cumprimentar todos os presentes, deixou a seguinte nota: “Registei que o Partido Social Democrata tenha sido contra a repavimentação do troço Pedras Lavradas/Sobral de São Miguel. Preferiam ter começado pelo Ourondo. -----

Também registei que os Deputados do Partido Social Democrata conhecem pouco aquelas vias porque, se a conhecem, saberiam que havia troços, da distância que vai das Pedras Lavradas até Sobral de São Miguel, que estariam tão mal ou pior do que hoje está o troço Casegas/Ourondo.” –

--- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “em defesa da honra, a Senhora Deputada Vanda referiu que esta Assembleia estava estupefacta pelo estado em que chegou o SNS e é para dizer que o PCP não está estupefacto. Estes argumentos foram dados para não aprovação do Orçamento do Estado porque dizíamos, na altura, que não dava respostas imediatas àquilo que o SNS precisava.” -----

--- Após a conclusão das intervenções e feito o levantamento de todas as propostas de Votos de Pesar, de Louvor e de Congratulação, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura dos mesmos e colocou-os à respetiva votação: -----

- Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Manuel Barqueiro Lanzinha, subscrito também pela bancada da CDU-PCP/PEV -----

**“Voto de pesar pelo falecimento de João Manuel Barqueiro Lanzinha, de 88 anos.** -----

*Dedicou-se, desde muito jovem, à prática desportiva, tendo sido jogador, treinador e dirigente associativo de diversas coletividades na Covilhã. João Lanzinha praticou Basquetebol e Voleibol, mas foi no Futebol que se destacou de forma ímpar e de reconhecido valor. -----*

*Uma glória do Sporting Clube da Covilhã, onde iniciou a sua carreira futebolística, vestiu a camisola verde e branca entre 1951 e 1965, onde a sua meritória carreira mereceu reconhecimento não só do Sporting Clube da Covilhã, como também da Federação Portuguesa de Futebol e da Associação de Futebol de Castelo Branco, por toda a sua dedicação, competência e qualidades dentro e fora do campo. -----*

*Para além de ser um dos sócios mais antigos do Sporting Clube da Covilhã, ainda exerceu cargos na direção do clube, bem como no Clube Desportivo da Covilhã, num valoroso contributo para o Desporto no nosso concelho. -----*

*As qualidades humanas de João Lanzinha que, enquanto treinador serviu também o desporto covilhanense, marcaram de forma intemporal as muitas gerações e milhares de covilhanenses que por si foram orientados, numa profunda dedicação e altruísmo na transmissão de valores através do desporto. -----*

*Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade covilhanense, O Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta este voto de pesar. -----*

*Propondo ao Dr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que o teor deste voto de pesar, seja dado conhecimento dos familiares.” (doc.13) -----*

**“Voto de Pesar – João Manuel Barqueiro Lanzinha -----**

*Faleceu, no passado dia 20 de maio, João Manuel Barqueiro Lanzinha, covilhanense ilustre e de militância ativa. -----*

*Foi autarca, como Presidente da Assembleia de Freguesia de São Pedro (Covilhã) durante 4 anos, e membro da Assembleia Municipal da Covilhã durante 16 anos. -----*

*A sua intervenção política não o impediu de dar também o seu contributo em variadíssimas outras áreas. -----*

*Futebolista de grande qualidade, foi e sempre será uma das figuras mais emblemáticas do Sporting Clube da Covilhã. Jogou no clube entre 1951 e 1965. -----*

*Exerceu a profissão de Desenhador projetista durante 39 anos na Câmara Municipal da Covilhã. --*

*Foi também dirigente associativo e sócio fundador de várias coletividades da Covilhã: Clube Nacional de Montanhismo, Sporting Clube da Covilhã, Clube desportivo da Covilhã e Associação Campos Melo. -----*

*A Covilhã perde um grande covilhanense e fica, assim, mais pobre. -----*

*Por todo este contributo deixado à Covilhã por João Lanzinha, não podem, as bancadas do PSD e do CDS-PP neste órgão, deixar de homenagear este concidadão. -----*

**Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 27 de Junho de 2022 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (doc.14)** -----

**“Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel Barqueiro Lanzinha** -----

*Foi uma das maiores figuras do Sporting da Covilhã, não só como jogador, mas também como treinador e dirigente.* -----

*Realizou mais de 200 jogos oficiais, em treze épocas, sendo que na maioria das vezes envergou, orgulhosamente, a braçadeira de capitão de equipa e fez parte do plantel que chegou à final da Taça de Portugal e que foi campeão nacional da 2.ª divisão.* -----

*Ainda em vida foi agraciado, por tão honrosa carreira, por diversas entidades, como a Federação Portuguesa de Futebol ou a Associação de Futebol de Castelo Branco.* -----

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 27 de Junho de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. João Manuel Barqueiro Lanzinha.” (doc.15)* -----

--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Manuel Barqueiro Lanzinha** foi **aprovado por unanimidade.** -----

- Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Manuel Martins Riço, subscrito também pela bancada da CDU-PCP/PEV -----

**“Voto de pesar pelo falecimento de António Manuel Martins Riço, de 79 anos.** -----

*Foi operário fabril, delegado sindical e um grande defensor dos direitos dos trabalhadores. Foi fundador e coordenador editorial da revista “Florinda” tendo, com reconhecido talento na arte literária, usado a escrita para denunciar as injustiças sociais, laborais e outras problemáticas socioculturais.* -----

*Como sentida homenagem, transcreve-se a parte final do seu texto poético “A Teia” (1977):* -----

*...”Sobrou-nos esta estória do que passou em turbilhão -----  
nem mais sirene nem mais patrão -----  
na fábrica deste operário tecelão”.* -----

*A título de reconhecimento do valioso contributo que deu à causa pública na defesa dos direitos dos trabalhadores, apresentamos este voto de pesar.* -----

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.16)* -----

**“Voto de Pesar pelo falecimento de António Manuel Martins Nunes Riço -----**

*Operário fabril de profissão, onde também desempenhou funções de delegado sindical, destacou-se na sociedade civil como combatente antifascista, tendo escrito vários textos de intervenção e luta, em jornais e revistas locais, antes do 25 de abril de 1974. -----*

*Posteriormente continuou a colaborar com várias publicações, tendo desempenhado também funções de diretor editorial da revista Florinda. -----*

*Escreveu vários livros, com destaque para o “Revivências”, onde registrou acontecimentos relevantes da cidade da Covilhã. -----*

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 27 de Junho de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. António Manuel Martins Nunes Riço.” (doc.17) -----*

--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Manuel Martins Nunes Riço** foi **aprovado por unanimidade**. -----

– Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Ana Paula Sousa Carvalho Lopes: -----

**“Voto de pesar pelo falecimento de Ana Paula Sousa Carvalho Lopes -----**

*Cidadã conhecida de grande parte da população, pelas funções que desempenhou durante muitos anos da sua vida profissional, era estimada por todos pela sua simpatia, boa disposição e valores humanos. -----*

*Faleceu ainda jovem, fruto de doença prolongada e que enfrentou com a mesma alegria e disposição que a caracterizavam, participando em várias ações e campanhas de luta contra o Cancro. -----*

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 27 de Junho de 2022, aprove um voto de pesar pela morte da Sra. Ana Paula Sousa Carvalho Lopes. (doc.18) -----*

--- Colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Ana Paula Sousa Carvalho Lopes** foi **aprovado por unanimidade**. -----

– Voto de Louvor à Senhora Professora Doutora Elisa da Conceição Silveira Calado Pinheiro

**“Voto de Louvor à Senhora Professora Doutora Elisa Calado Pinheiro -----**

*Elisa da Conceição Silveira Calado Pinheiro, natural da freguesia de Tortosendo, licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1973), tendo-se pós-graduado em Ciências da educação pela mesma Faculdade (1974) e pelo Instituto de Ciências de la Educación da Universidade de Salamanca (1977). -----*



*Desenvolveu a sua atividade profissional no âmbito da docência, do serviço público e da investigação, nos domínios da História e Museologia. -----*

*Foi fundadora e primeira diretora do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, até agosto de 2011, tendo sido corresponsável pela musealização do Núcleo da Real Fábrica de Panos (1987-1992) e responsável pelas intervenções de reconhecimento patrimonial e de musealização dos restantes núcleos museológicos (Râmolos de Sol e Real Fábrica Veiga – Centro de Documentação/Arquivo-Histórico e Núcleo da Industrialização dos Lanifícios) (2000 a 2010). -----*

*Autora de numerosas publicações científicas nos domínios da Arqueologia e Património Industrial, Museologia e História da Indústria, coordenou diversos projetos internacionais, entre os quais o Projeto-piloto transnacional ARQUEOTEX e a Rota da Lã – TRANSLANA. -----*

*Recebeu vários prémios e distinções, entre os quais a Medalha de Prata de Mérito Municipal, concedida pela Câmara Municipal da Covilhã (2003), a distinção de Profissional do Ano, atribuída pelo Rotary Club da Covilhã (2006); e o Doutoramento Honoris Causa, outorgado pela UBI (2016). -----*

*Atualmente, é Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL. -----*

*Foi no passado dia 27 de maio, distinguida como “Personalidade do Ano”, nos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) deste ano. Este prémio reconhece na pessoa da Senhora Professora, uma personalidade que é um exemplo e uma referência na área da museologia, com especial destaque para o património industrial. -----*

*Como reconhecimento do mérito do seu percurso, e de tudo o que tem feito não só na área da museologia, mas também na defesa, na salvaguarda e na promoção e divulgação do património cultural e industrial da Covilhã e da região, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita saúde para continuar a apoiar e a incentivar, os especialistas mais jovens desta área, no estudo e na salvaguarda do nosso património de forma a que possa ser transmitido às gerações futuras. -----*

*Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento à própria.” (doc.19) -----*

**“Professora Dra. Elisa Pinheiro | Personalidade do Ano em Museologia -----**

*As bancadas do CDS e PSD propõe a esta Assembleia Municipal um voto de louvor à Sra. Professora Dra. Elisa Pinheiro, fundadora e ex-diretora do Museu de Lanifícios da UBI, anterior provedora do Município da nossa cidade, que recebeu esta não a distinção de Personalidade do Ano em Museologia. -----*

*Esta distinção, atribuída pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), confirma o reconhecimento desta sociedade à dedicação de uma vida à salvaguarda do património cultural, material e imaterial, que muito nos deve orgulhar enquanto seus concidadãos. -----*

*Queremos ainda este propósito felicitar os técnicos, direção e demais responsáveis do Museu da Covilhã pelos prémios e reconhecimentos obtidos.” (doc.20) -----*

--- Colocados à votação, o **Voto de Louvor à Senhora Professora Doutora Elisa da Conceição Silveira Calado Pinheiro** foi **aprovado por unanimidade**. -----

– Voto de Louvor à AAUBI -----

*“Voto de Louvor AAUBI -----*

*No passado dia 26 de maio, a equipa de Futsal Masculino da Associação Académica da Universidade da Beira Interior que se encontrava a disputar as Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários que se realizaram na Cidade de Leiria, sagrou-se bicampeã nacional universitária ao vencer a congénere do Minho. -----*

*Com este título a academia UBlana passou a deter novamente o maior número de títulos nesta modalidade, afirmando-se cada vez mais como uma referência a nível nacional. No passado recente, a estes dois títulos soma o título Europeu obtido em Çorum no ano de 2017, feito que apenas até então nunca teria sido alcançado por qualquer equipa portuguesa. -----*

*É de salientar que todos os jogadores desta equipa competem em equipas da região e neste dado reflete-se a importância que a complementaridade da prática desportiva federada com o desporto universitário resulta não só na obtenção de títulos, mas sobretudo na distinção e reconhecimento da cidade e região além-fronteiras, para além de todos os benefícios que o desporto nos traz ao nível da saúde física e mental. -----*

*Desta comitiva que se sagrou campeã nacional, 8 dos 13 atletas fizeram a sua formação desportiva no projeto desportivo covilhanense que resulta de uma parceria entre o Grupo Desportivo da Mata e a AAUBI, que promove a prática desportiva e o sucesso académico, promovendo o espírito UBlano e de pertença a esta instituição nos jovens que posteriormente ingressam na UBI, demonstrando pelos números a sustentabilidade desportiva e social que esta parceria garante e que o Município da Covilhã apoia desde a sua criação numa manifestação clara daquilo que é, e deve ser o desenvolvimento estratégico de uma modalidade na Covilhã relacionando a realidade das associações locais com a dinâmica universitária. -----*

*Com esta conquista, salienta-se ainda o facto que mais uma vez a AAUBI irá participar num Campeonato Europeu, desta feita em Lodz na Polónia entre os dias 16 e 23 de julho, levando consigo mais uma vez a UBI e a cidade da Covilhã além-fronteiras. -----*

*Assim e pelo feito de reconhecido mérito desportivo a nível nacional alcançado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de louvor à AAUBI pela conquista do bicampeonato nacional universitário da modalidade.” (doc.21) -----*

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor à AAUBI** foi **aprovado por unanimidade**. -----

– Voto de Congratulação ao movimento WOLL -----

“O WOOL é o mais antigo festival de arte urbana de Portugal. -----

Nos últimos 11 anos, temos vindo a observar uma nova forma de expressão artística, que conhecemos como Arte Urbana e que, na Covilhã, tem como grande dinamizador o WOOL – Festival de Arte Urbana. -----

Depois de celebrar uma década de existência no ano de 2021, o evento voltou a trazer o melhor da arte urbana nacional e internacional à Covilhã. -----

O WOOL faz já parte do Turismo Cultural, onde a Arte Urbana assume uma procura crescente, tanto nos grandes centros urbanos como nas pequenas localidades, nacional e internacionalmente. -----

Os artistas expressam a sua arte nos espaços degradados para lhes devolver uma nova dignidade. -----

Assim, os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, dia 27 de Junho de 2022 delibere: -----

- a) Aprovar um voto de congratulação ao movimento WOOL e aos seus organizadores Lara Seixo Rodrigues, Pedro Seixo Rodrigues e Elizabet Carceller. -----
- b) Que este voto de congratulação seja remetido a toda a equipa.” (doc.22) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Congratulação ao movimento WOOL** foi **aprovado por unanimidade**. -----

- Voto de Louvor à HPRD – Health Products Research and Development -----

**“Voto de Louvor à HPRD – Health Products Research and Development -----**

A **HPRD – Health Products Research and Development** é uma empresa criada em 2012, por duas irmãs farmacêuticas – Ana e Rita Palmeira de Oliveira – nascidas no Porto e que vieram para a Covilhã prosseguir a sua formação académica. -----

Com uma atividade muito baseada na transferência de conhecimento da academia para a indústria, fazem da excelência da qualidade, da confidencialidade do trabalho e uma equipa de RH altamente especializada o seu fator de diferenciação. -----

Emprega atualmente mais de 20 trabalhadores, praticamente todos doutorados ou mestres e tem uma forte componente de investigação e desenvolvimento de produto. -----

A HPRD atua no mercado com duas marcas – a Labfit e a Pharmapoli – que se complementam entre si entre a investigação e desenvolvimento de produtos e a produção industrial, sobretudo na área da dermatologia e ginecologia, onde dispõem já de diversas patentes e produtos. -----

Com um volume de negócios e exportações expressivos e com um crescimento sustentado, a HPRD viu reconhecido esse trabalho e foi recentemente reconhecida pela CCDR-C com a atribuição “Empresa Gazela” no ano de 2021. -----

Este Prémio e estes resultados são ainda mais importantes porque foram alcançados num ano em que o mundo se deparou com uma pandemia sanitária e a atividade económica sofreu grandes impactos. -----

O mérito da gestão e do projeto empresarial da HPRD - Health Products Research and Development deve ser reconhecido e louvado pela Assembleia Municipal da Covilhã como forma de justo reconhecimento e incentivo a que prossigam este trajeto de crescimento, investimento e criação de emprego no Concelho. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, propõem um **Voto de Louvor à HPRD – Health Products Research and Development**, às sócias da empresa e a todos os trabalhadores que a compõem. ---

Sendo aprovado, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem, que a Assembleia Municipal da Covilhã dê nota pública do mesmo, e este seja endereçado aos sócios da empresa e aos seus trabalhadores.” **(doc.23)** -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor à HPRD – Health Products Research and Development** foi **aprovado por unanimidade.** -----

– Voto de Louvor à WD Retail -----

**“Voto de Louvor à WD Retail** -----

A **WD Retail** é uma empresa fundada em 2015 e resulta de um sonho e da ousadia de três Covilhanenses: o Pedro Diniz, a Susana Diniz e do Hugo Nobre. -----

Atuando no mercado dos serviços, produzindo sobretudo expositores de produtos, mobiliário, comunicação e imagem, têm vindo a afirmar-se como uma referência na sua área e empregam atualmente cerca de 30 trabalhadores. -----

Com um crescimento sustentado desde a sua fundação, conseguiu a proeza de incrementar substancialmente a sua atividade no decorrer da pandemia e fatura hoje cerca de 2 milhões de euros, exportando aproximadamente 40% da sua faturação para todo o mundo. -----

Esse crescimento conduziu à necessidade de novas instalações, inauguradas no passado dia 24 de junho, dispondo agora de melhores condições para prosseguirem a sua atividade e crescimento. --

Este crescimento foi também recentemente reconhecido pela CCDR-C com a atribuição “Empresa Gazela” no ano de 2021. -----

Estes resultados são ainda mais importantes porque foram alcançados num ano em que o mundo se deparou com uma pandemia sanitária e a atividade económica sofreu grandes impactos. -----

O mérito da gestão e do projeto empresarial da WD Retail deve ser reconhecido e louvado pela Assembleia Municipal da Covilhã como forma de justo reconhecimento e incentivo a que prossigam este trajeto de crescimento, investimento e criação de emprego no Concelho. -----

Assim, a Assembleia Municipal, propõem um **Voto de Louvor à WD Retail**, aos sócios da empresa e a todos os trabalhadores que a compõem. -----

Sendo aprovado, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem, que a Assembleia Municipal da Covilhã dê nota pública do mesmo, e este seja endereçado aos sócios da empresa e aos seus trabalhadores.” **(doc.24)** -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor à HPRD – Health Products Research and Development** foi **aprovado por unanimidade.** -----

– Voto de Louvor à Mepisurfaces -----

**“Voto de Louvor à Mepisurfaces** -----

A **Mepisurfaces** é uma empresa de capitais estrangeiros, do setor industrial, na área dos polimentos e mecânica de precisão. -----

Instalou-se na Covilhã em 2013, iniciando atividade com pouco mais de uma dezena de trabalhadores. -----

A Mepisurfaces tem crescido de forma sustentada a sua operação na Covilhã e emprega atualmente mais de 350 trabalhadores. -----

Tem em curso um importante investimento, superior a 9 milhões de euros, a construção de novas instalações na Zona Industrial do Tortosendo que lhe permita continuar a crescer. -----

A Mepisurfaces exporta 100% da sua produção e faturou em 2021 mais de 9 milhões de euros. ----

Este crescimento foi recentemente reconhecido pela CCDR-C com a atribuição pelo segundo ano consecutivo do prémio “Empresa Gazela” no ano de 2021. -----

Estes resultados são ainda mais importantes porque foram alcançados em anos em que o mundo se deparou com uma pandemia sanitária e a atividade económica sofreu grandes impactos. -----

O mérito da gestão e do projeto empresarial da MEPISURFACE deve ser reconhecido e louvado pela Assembleia Municipal da Covilhã como forma de justo reconhecimento e incentivo a que prossigam este trajeto de crescimento, investimento e criação de emprego no Concelho. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, propõem um **Voto de Louvor à Mepisurfaces**, aos seus acionistas, à sua equipa de gestão e a todos os trabalhadores que a compõem. -----

Sendo aprovado, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem, que a Assembleia Municipal da Covilhã dê nota pública do mesmo, e este seja endereçado aos acionistas da empresa, à equipa de gestão e aos trabalhadores.” **(doc.25)** -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor à Mepisurfaces** foi **aprovado por unanimidade.** -----

– Voto de Louvor ao atleta João Carlos Félix Bastos -----

**“VOTO DE LOUVOR** -----

A Bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta um voto de louvor ao atleta João Carlos Félix Bastos pelos resultados alcançados nos Jogos Internacionais Special Olympics Malta. -----

João Bastos, nascido a 16 de Outubro de 1986., é natural do Canhoso e vive no Lar Residencial da APPACDM da Covilhã. É um dos atletas que representou a Special Olympics Portugal nos Jogos Internacionais Special Olympics Malta que decorreram entre 13 e 18 de Maio e onde estiveram mais de 1000 atletas representando 23 países. Nestes Jogos, João Bastos conquistou a medalha de ouro nos 100 metros livres e a medalha de prata dos 50 metros livres, tendo ainda alcançado o 4.º lugar na estafeta de 4 X 25 metros. -----

Estes factos ilustres representam para todos nós um símbolo do empenho e da perseverança merecedor da nossa mais devotada admiração. -----

O presente Voto de Louvor deverá ser enviado ao atleta e à APPACDM da Covilhã.” (doc.26) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao atleta João Carlos Félix Bastos** foi **aprovado por unanimidade**. -----

- Voto de Congratulação à Senhora Dra. Sandra Ferreira, Coordenadora do Museu da Covilhã, extensível à equipa que a acompanha -----

**“Voto de Congratulação** -----

O Museu da Covilhã com menos de um ano de existência foi distinguido no dia 27 de maio, pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), como Museu do Ano de 2022. -----

O Presidente da APOM, João Neto, referiu que o prémio foi entregue ao Museu da Covilhã principalmente pela vertente diferenciadora que oferece em relação ao acolhimento dos públicos com limitações a vários níveis, e pela qualidade do seu projeto e priorização de questões relacionadas com a acessibilidade dos seus espaços e conteúdos expositivos. -----

O patamar cimeiro que o Museu da Covilhã agora ocupa, muito orgulha e honra os Covilhanenses, pelo que desejamos que seja mantido este nível de excelência. -----

Assim, os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida, hoje, dia 27 de Junho de 2022 delibere: -----

- a) Aprovar um voto de congratulação à Exma. Senhora Dra. Sandra Ferreira, Coordenadora do Museu da Covilhã, extensível à equipa que a acompanha. -----
- b) Que este voto de congratulação seja remetido a toda a equipa.” (doc.27) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Congratulação à Senhora Dra. Sandra Ferreira, Coordenadora do Museu da Covilhã, extensível à equipa que a acompanha** foi **aprovado por unanimidade**. -----

- Voto de Louvor à Dra. Henriqueta Luísa Duarte Forte -----

**“Dra. Henriqueta Forte | Autoridade de Saúde Pública** -----

*Num período especialmente difícil, de incertezas e da necessidade de tomada de decisões baseadas na ciência, tivemos como Autoridade de Saúde Pública a Dra. Henriqueta Forte que se aposentou recentemente. -----*

*Propõe estas bancadas um voto de louvor à ação desempenhada pela Dra. Henriqueta Forte, quer enquanto profissional de saúde, quer enquanto Autoridade de Saúde Pública. -----*

*Queremos por isso reconhecer a disponibilidade e espírito de missão que empregou ao longo da sua carreira profissional. -----*

*Os Grupos Municipais do CDS-PP e PPD-PSD” -----*

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor à Senhora Dra. Henriqueta Luísa Duarte Forte** foi **aprovado por unanimidade.** -----

- Voto de Congratulação aos Presidentes da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio e da Freguesia de Peraboa -----

**“Voto de Congratulação -----**

*É consabido que em função da grande proximidade, os autarcas das freguesias desempenham um papel preponderante na resolução dos múltiplos e diversificados problemas que afetam as populações. Desse ponto de vista, não haverá eleitos mais escrutinados do que aqueles que estão ao serviço das populações no desempenho de funções nesses órgãos. -----*

*Frequentemente esses autarcas confrontam-se com dificuldades extraordinárias, umas decorrentes dos condicionalismos legais, outras resultantes da incompreensão ou insensibilidade de alguns presidentes de câmara, e que, naturalmente, condicionam o seu desempenho. -----*

*Conseguimos perceber que todos os presidentes de junta carregam aos ombros responsabilidades que não têm ou para as quais não têm competências próprias, obrigando a um esforço adicional no desempenho do seu papel enquanto face visível do poder junto dos seus fregueses. -----*

*Quando, para além das suas tarefas normais, dedicam mais uma parte do seu tempo a trabalhos de auxílio aos seus pares, não podemos ficar indiferentes e devemos realçar o papel que desempenham e congratular a sua dedicação. -----*

**Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 27 de Junho de 2022 delibere aprovar um voto de congratulação ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, Rui Amaro, e à Srª Presidente da Freguesia de Peraboa, Cristina Barata, pela sua eleição para a liderança distrital da ANAFRE, sendo este voto de congratulação remetido aos mesmos.” (doc.28) -----**

- Colocado à votação, o **Voto de Congratulação aos Presidentes da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio e da Freguesia de Peraboa** foi **aprovado por unanimidade.** -----

– Voto de Louvor ao Doutor Ricardo José Vaz Alves Monteiro “Tarantini” -----

**“Voto de Louvor a Ricardo Monteiro – “Tarantini”** -----

*Ricardo José Vaz Alves Monteiro, mais conhecido no mundo do futebol por Tarantini, é um ex-futebolista profissional português, detentor de uma carreira amplamente reconhecida a nível nacional com passagens por clubes como o Sporting da Covilhã, onde começou a ganhar destaque no seu início de carreira, Portimonense, Gondomar e o Rio Ave, clube que representou durante 13 temporadas e realizou um total de 400 jogos.* -----

*Desde tenra idade que o sonho de ser jogador de futebol sempre foi uma constante, mas ao contrário da maioria dos atletas, percebeu que a educação seria fundamental para antecipar qualquer imprevisibilidade que pudesse surgir na carreira futebolística e o caminho para construir um futuro no período pós-carreira. Desta forma, concluiu na Universidade da Beira Interior as licenciaturas em Ciências do Desporto e Educação Física e Desporto Escolar, mestrado na área do futebol e doutoramento na área do desenvolvimento e transições de carreira.* -----

*Em 2016, criou o projeto “A minha causa”, com o objetivo de consciencializar a comunidade do desporto para a necessidade de os atletas planearem o seu final de carreira, e alertar para as consequências que podem advir dessa ausência de planeamento, através da apresentação de vários estudos que demonstram a percentagem elevada de desportistas que declara falência ao fim de poucos anos após terminarem a carreira.* -----

*A conclusão e conseqüente obtenção do grau de Doutoramento na Universidade da Beira interior, torna-se um feito assinalável pois trata-se do primeiro futebolista a concluir esta fase e que representa exemplo para todos os desportistas, contribuindo para a consciencialização e incentivo dos atletas a não descurarem o ensino e a planearem o seu final de carreira, demonstrando que é possível conciliar os estudos com a atividade profissional.* -----

*Não sendo Covilhanense, parte importante da sua carreira foi feita na Covilhã, complementada paralelamente e com todo o mérito, com a carreira académica, comprovando que a Covilhã e a UBI são uma cidade e Instituição destinadas à excelência nas mais diversas áreas.* -----

*Por todos os feitos enumerados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de louvor ao atleta Ricardo Monteiro – “Tarantini”, em forma de reconhecimento pela sua perseverança e exemplo à sociedade.” (doc.29)* -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Doutor Ricardo José Vaz Alves Monteiro “Tarantini”** foi **aprovado por maioria, com a abstenção do Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

– Voto de Congratulação ao Unidos do Tortosendo -----

O Membro Municipal **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** apresentou um Voto de Congratulação ao Unidos do Tortosendo pelo honroso 3.º lugar que alcançou na Final Four da Taça Nacional de Sub-19 Femininos realizada no Tortosendo e pela organização conjunta com a



Associação de Basquetebol de Castelo Branco, Junta de Freguesia do Tortosendo e Câmara Municipal da Covilhã. -----

- Colocado à votação, o **Voto de Congratulação ao Unidos do Tortosendo** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Membro Municipal **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)** apresentou a Moção que, a seguir, se reproduz. **(doc.30)** -----

**“MOÇÃO – INFORMAR PARA MUDAR** -----

*Portugal padece de um crescente problema que pode vir a comprometer o futuro da nossa democracia: a falta de consciência política. Esta realidade repercute-se, direta ou indiretamente, na população, quer pela crescente taxa de abstenção, quer pela baixa capacidade de filtragem de informação que circula nas redes sociais. A ausência desta formação contribui para um desconhecimento geral da política e das regras da democracia, verificando-se o aproveitamento e falta de escrutínio público, dando lugar a crescentes casos de corrupção, trocas de interesses ou no aparecimento de novos movimentos populistas que apenas servem os interesses dos seus porta-vozes.* -----

*Em Portugal, os jovens estão atualmente mais insatisfeitos com a democracia e mais de 57% dos que têm entre 15 e os 24 anos não revela qualquer interesse no tema. Estes dados constam do estudo “Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens numa perspetiva comparada”, feito em 2015 com o apoio da Presidência da República.* -----

*Mas desde então, não nos parece que tenha havido mudanças significativas.* -----

*O interior é duplamente afetado por este problema, pelo decréscimo de população e consequente diminuição da sua representatividade.* -----

*O problema não vem apenas da população, mas também dos partidos e dos executivos que nada têm feito para se aproximarem das faixas etárias mais jovens.* -----

*O PSD e CDS veem como uma obrigação tentar inverter esta realidade, sendo fundamental começar pela educação dos jovens enquanto cidadãos ativos e participativos na vida política do país.* -----

*Os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP vêm apresentar duas propostas que consideramos fundamentais:* -----

**1) Integração da componente de formação política nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento:** -----

*A Integração da componente de formação política nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento, onde sejam apresentados os problemas da ordem do dia e em discussão na Assembleia da República, sejam analisados e comentados pelos alunos, com moderação do docente da disciplina, formando jovens mais conscientes e informados.* -----

*Nesta disciplina deverão ainda ser apresentados conteúdos digitais sobre a realidade da sociedade portuguesa e europeia, desenvolvidos trabalhos onde sejam apresentadas e*

*debatidas propostas e soluções políticas, incentivando e captando a atenção dos jovens e dos seus problemas.* -----

**2) Criação/Introdução de um Plano de Atividades para promover dias em que podem ser abordados e dados a conhecer temas da política nacional, distrital e concelhia:** -----

*Criação/Introdução de um Plano de Atividades para promover atividades onde podem ser abordados e dados a conhecer temas ligados à política, atividade cívica ou causas públicas (como o Dia da Europa, Dia da Liberdade, Dia da Implantação da República, Dia da Justiça, Dia da Constituição da República, Dia da Comunidade Internacional, Dia da Independência das Colónias), através de palestras, quizzes, atividades lúdicas, exposições adaptadas aos vários escalões etários dos alunos.* -----

*Combater a desinformação deve ser um tema prioritário para o desenvolvimento do país e em especial da nossa região.* -----

*Com esta proposta pretendemos, de uma forma simples e pouco dispendiosa, dar a conhecer a realidade política aos jovens covilhanenses, promovendo a consciencialização para os problemas da vida política nacional, distrital e concelhia e da importância da sua mobilização na construção de uma cidadania mais ativa.”* -----

**- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Em relação à Moção que foi apresentada, penso que é uma proposta de formação política nas escolas, do desenvolvimento de um programa de formação política nas escolas. -----

Em tese, até posso estar de acordo que, no âmbito da disciplina de Cidadania, os senhores professores que têm essa responsabilidade o possam fazer. Não vejo é a eficácia da moção aprovada numa Assembleia Municipal ou que a Câmara, levando em conta e eventualmente a aprovar na Assembleia Municipal, vá dizer às escolas ou impor às escolas que tenha que tratar desta vertente. -----

Concordando um pouco que os jovens devem saber o que é uma assembleia de freguesia, a junta de freguesia, a câmara municipal, ... deve ser uma abordagem que deve ser feita pelos professores, mas não nos podemos esquecer que essas componentes dos conteúdos têm, nas escolas, um órgão que os decide – Conselho Pedagógico. -----

Penso que “Moção” será muito forte e talvez “Recomendação” – recomendar que, através da Câmara, se faça chegar aos Conselhos Pedagógicos a abordagem destes conteúdos – tenha outro peso. -----

Quase que propunha a “Recomendação”: que se recomende que, através do representante do Município que tem nos conselhos gerais das escolas, etc., façam chegar essa sensibilização à comunidade escolar. -----

A “Moção” é mais taxativa, é mais imperativa.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** “Sem entrar muito na componente pedagógica e na parte das escolas, há aqui dois ou três pontos sobre a moção apresentada que apraz à bancada do Partido Socialista aqui referir. -----

Em primeiro, a questão apresentada sobre a participação dos jovens. É, de facto, um problema central e que todos nós, enquanto partidos, deveremos ter na intervenção, só que também é importante lembrar que esse estudo diz que a participação dos jovens existe. Não é feito é o enquadramento político que os partidos querem. A forma como os jovens estão a participar na política é diferente daquela que os partidos, há muitos anos, praticam na sua ação diária. -----

Aquilo que deve fazer, do ponto de vista de participação, é uma reflexão aos partidos de como integrar essa nova forma de fazer política que os jovens têm no dia-a-dia de hoje. -----

O segundo ponto importante que fazia referência às redes sociais, eu concordo plenamente e certamente que todos nós concordamos. Daí também todos nós, aqui presentes, devemos ter uma profunda reflexão sobre aquelas que são, muitas das vezes, os nossos poços nas redes sociais, aquelas que são as imprecisões que deveremos ter sempre presente essa responsabilidade no nosso dia-a-dia, no nosso grupo de amigos, nos nossos filhos, nos nossos primos, etc. -----

Quanto à disciplina e quanto àquilo que estamos a falar que é quase do conteúdo programático de uma disciplina, é sabido que o Partido Socialista defende a existência da disciplina de participação cívica ou educação cívica (chamem-lhe como quiserem) e que estas vão muito para além daquilo que é a política. É com algum espanto, não pela bancada do Partido Social Democrata, mas que não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para ver a nível nacional muitas vezes partidos com responsabilidade política negligenciar uma cadeira tão importante daquela que é a participação e a educação dos nossos jovens, nomeadamente não só sobre participação política como também aquilo que são as orientações sexuais, a questão do esclarecimento sobre aquilo que é a homossexualidade, etc., etc., etc. -----

Quanto aos conteúdos e quanto à Moção, são, de facto, importantes. Reconhecemos essa importância. No entanto, entendemos que devem ser apresentados noutros fóruns, nomeadamente no Conselho Municipal de Educação (área mais próxima) pelo que a bancada do Partido Socialista se irá abster sobre esta moção apresentada.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Em primeiro lugar, agradecer os comentários que acho pertinentes. Passo a explicar aquilo que concordo e aquilo que não concordo, mas sobretudo por que é que não concordo e tentar justificar para, eventualmente, alterar uma eventual abstenção.

1º Pegando nas palavras do Senhor Presidente da Assembleia, também tenho um defeito de profissão e, por isso, às vezes sou o tal um “chato” que gosta de lembrar os formalismos, as regras e os normativos da política (e não sou jurista). Relativamente a essas imprecisões, a primeira é o que é uma moção. Uma moção, quando aprovada, é uma recomendação da assembleia a: executivo, mesa ou entidades. Não tem carácter imperativo contrariamente ao que foi aqui referido. -----

2º É verdade que as escolas têm os conselhos pedagógicos e órgãos para decidir sobre aquilo que deve versar em cada unidade curricular do secundário. No entanto, sabemos que

muitos conteúdos programáticos são explicitamente e com barreiras definidos a nível nacional e foi, aliás, por esta razão que a Juventude Socialista apresentou uma proposta semelhante, defendendo o mesmo na Assembleia da República porque é aí que são definidos, pelo Ministério da Educação em particular, os conteúdos programáticos a cada ano. A Assembleia Municipal, aprovando esta Moção, está a tomar uma posição sobre aquilo que acha que também deve ser uma prioridade no ensino. Não está a impor aos diretores, não está a impor a ninguém aquilo que devem fazer. -----

Relativamente à proposta do Colega Pedro Bernardo que acho boa e discordo por uma única razão. Concordo que o fórum próprio é o Conselho Municipal de Educação, não que a Assembleia municipal não tenha o uso das suas competências para tomar uma posição sobre isto, mas idealmente obviamente o fórum, por excelência, seria o Conselho Municipal de Educação. -----

O Partido Social Democrata não tem um representante no Conselho Municipal de Educação, portanto esta Assembleia, hoje, ao aprovar esta Moção, está a recomendar ao representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação que leve este tema à discussão lá. -----

Para terminar, uma nota sobre a participação juvenil. Contrariamente ao que é dito muitas vezes, os jovens hoje não participam menos do que no passado; participam mais. A diferença é que participam em política não convencional (manifestações, assinar petições, redes sociais, etc.). Não participam é na política convencional (voto, filiação partidária, campanhas eleitorais e partidárias de rua). É nisto que os jovens não querem saber – dos partidos e das campanhas eleitorais. Mas querem saber do voluntariado, da ação social, do desporto, do associativismo, das petições, ... ---

Ao aprovar esta Moção, reiterar que o que a bancada do PSD pretende é que o representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação possa levar este tema à discussão com os diretores e também enviar esta Moção, se aprovada, à Assembleia da República, ao Ministério da Tutela (Educação) e ao Secretário de Estado que tem a pasta do ensino secundário para saberem aquilo que a Assembleia Municipal da Covilhã pensa sobre uma matéria que é da sua tutela.” -----

--- Colocada a **Moção** à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 25 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 9 abstenções (Dr. João José Casteleiro Alves e Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha do PS, CDU - PCP/PEV e os Presidentes das Juntas/Uniões de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, São Jorge da Beira e Cantar-Galo e Vila do Carvalho).** -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores: Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso).** -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** “No seguimento do esclarecimento que foi feito por parte do líder da bancada do Partido Social Democrata, e complementando aquilo que foi a Moção inicialmente apresentada, com base naquilo que foi a minha intervenção, a bancada do Partido

Socialista alterou o seu sentido de voto para voto a favor exatamente pelo esclarecimento que foi dado e daquilo que era também a nossa intenção de um documento destes ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação.” -----

## 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Depois da resposta que foi dada pelos serviços da Câmara ao requerimento apresentado pelo CDS-PP, na pessoa da Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, ficámos na esperança que finalmente houvesse uma informação escrita que cumprisse todos os critérios legais. -----

Depois, percebemos que a informação que veio do Município foi no dia 1 de abril e, afinal de contas, era mesmo mentira! A informação escrita continua a não cumprir os critérios legalmente exigidos.

Ficamos preocupados porque, da informação que foi dada pelos serviços, diz-se que a Lei é clara. O requerimento do CDS foi no sentido de pedir esclarecimentos à CCDR sobre os critérios que têm de cumprir na informação escrita. A verdade é que, apesar de ser clara, ela não é cumprida. -----

Das duas, uma: ou o Senhor Presidente da Câmara não aceita as informações que lhes são dadas; ou aquilo que vem para aqui não é aquilo que cumpre ou aquilo que manda a Lei. -----

Portanto, também deveria ser novamente exigido que se cumpra a Lei nesta matéria. -----

A segunda questão da informação escrita e financeira do Município tem a ver com uma questão que reiteradamente tem sido aqui trazida e falada ao longo dos anos: a questão das rendas sociais.

Ficámos a saber na última assembleia e com a informação das contas da Câmara que afinal o Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, nos induziu em erro dizendo que afinal de contas as coisas estavam tratadas, que estava tudo ok e tudo feito, que era uma questão de cêntimos ou de alguns euros, mas na verdade o relatório de contas da Câmara vem dizer que não tinha sido feito nada (estamos a falar em março). -----

Entretanto, parece que já apuraram quantas pessoas estiveram a cobrar a mais de rendas de habitação social e durante quanto tempo, mas ainda não sabe o valor. Mas, pela informação

prestada, facilmente conseguimos chegar à informação de que são várias centenas de milhares de euros. -----

Se fosse uma situação normal até se podia entender, mas estamos a falar de pessoas que são beneficiárias de habitação social, que têm dificuldade em pagar a renda, que está comprovada a sua impossibilidade de pagar uma renda normal e por isso beneficiam deste apoio. -----

A verdade é que não há dinheiro para isto! Nem há vontade de se fazer isto! -----

Para as empresas municipais, já vimos que basta mandar uma cartinha *olhe, afinal tivemos prejuízo mande para cá uns milhares ou umas centenas de milhares de euros* e, no dia a seguir, aparece o dinheiro e é pago! -----

Sinto-me até chocado com esta situação, que a Câmara Municipal tenha extorquido dinheiro às pessoas durante anos, a pessoas que precisam e a pessoas que não têm para pagar as suas rendas, e depois não lhes devolve o dinheiro e, ainda por cima, lhes imputa procedimentos de incumprimento a cobrar juros e tudo mais. Mais: pasmem-se que agora tivemos conhecimento que a Câmara Municipal, à revelia da própria Lei e do próprio Regulamento da Habitação Social, está a cobrar ilegalmente as despesas das partes comuns às pessoas que pagam a renda da habitação social, muitas vezes em valores superiores à própria renda. Estamos a falar de um Regulamento Municipal que foi aprovado e publicado em *Diário da República*, em 3 de março deste ano, onde se diz que a Câmara tem que pagar as despesas com as partes comuns (é competência da Câmara), salvo quando haja o direito de poder partilhar as despesas caso haja condomínios constituídos. --

Que se saiba, na Covilhã, não há condomínios constituídos. No entanto, a Câmara Municipal avança com a cobrança destes valores aos seus inquilinos. Como é que se pode qualificar isto? Isto é criminoso. Obrigar as pessoas, que são credoras de dinheiro, a pagar os aumentos de renda, a pagar as despesas das partes comuns, isto é criminoso. É violar claramente a Lei e ofender as pessoas que mais precisam. -----

Infelizmente, e depois de tantos anos, mais uma vez na informação escrita não vem cá nada sobre quanto é que se tem de pagar e quando se vai pagar. -----

Ou se toma uma atitude urgente nesta matéria ou terei que, e vou fazê-lo pessoalmente enquanto membro desta Assembleia, enviar isto para as entidades competentes, não só para a Inspeção das Finanças, mas para a Inspeção da Segurança Social e para a Procuradoria da República porque isto é criminoso. -----

Portanto, peço-vos que tomem uma atitude rápida nesta matéria.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Relativamente ao período de Intervenção do Público, deve ser o primeiro. Nada obsta na Lei que não seja o primeiro, como é nas sessões de Câmara. Todos nós temos que dar o exemplo. É preciso apresentar uma moção ou uma recomendação? O Período de Intervenção do Público pode ser o primeiro nas assembleias municipais. Acho que é um passo pequeno que podemos dar. -----

Está a ser levado a cabo um qualquer projeto na zona da Quinta Branca em larga escala com desmatção, árvores abatidas, etc. e gostaríamos de saber que projeto é este, qual é que é a área, se tem ou não tem consulta pública, do que é que se trata, porque já há vários moradores que nos

colocaram estas questões. A empresa marcou uma reunião com a Junta de Freguesia para explicar o projeto à qual não compareceu e continuamos a aguardar explicações para esta matéria. -----

Relativamente às rendas apoiadas e à questão que o Deputado que me antecedeu colocou aqui, o que estamos aqui a falar nos casos concretos é de 28 rendas X 50€ que dá 1.400€. Entrando no e-fatura de cada uma destas pessoas a quem foram cobradas rendas ilegais, verificamos que a Câmara da Covilhã emitiu, em outubro de 2019 (penso eu), as notas de crédito relativamente a estes valores e, como qualquer empresa ou como qualquer entidade que emitisse uma nota de crédito, das duas, uma: ou a partir dali o cliente não pagaria as restantes faturas, as faturas seguintes e, portanto, ficava com crédito na conta corrente; ou devolveria o dinheiro.

Portanto, emitiu em outubro de 2019 e, se estiver errado que me corrijam, estamos a falar de 28 rendas X 50€ o que dá 1.400€ e, no mesmo dia, emitiu as faturas respetivas de 14€, de 6€ ou consoante a renda que deveria ter sido aplicada. -----

Aquilo que perguntamos é: quando é que as pessoas vão efetivamente receber este dinheiro, sabendo que a Câmara encetou um processo de atualização de rendas agora há pouco tempo, em que há rendas que aumentam muito e que tiveram até que ser escalonadas, ou seja, aumentaram para o dobro daquilo que estava contemplado. Já nos anos de pandemia podíamos até ter feito isto e é imperativo que esta situação se resolva o mais rapidamente possível. -----

Foi feita a requalificação energética dos blocos 1 a 28 (habitação social). Foram colocados o revestimento, caixilharias, telhados, painéis térmicos e foram colocados também painéis fotovoltaicos. Esses painéis estão já em funcionamento? As pessoas podem usufruir já da produção própria de eletricidade para redução dos custos de energia? Em caso negativo, quando é que eles estarão em funcionamento uma vez que a medida da requalificação energética se tratava exatamente disto? -----

Conde José Calheiros: já existe este alvará de alteração do loteamento e já está contemplada a área de estacionamento. Para quando a execução da obra? -----

A outra questão é sobre os investimentos municipais nas freguesias. Quando é que vamos ter acesso àquilo que é o plano de investimentos nas freguesias? -----

Senhor Presidente da Câmara, há um conjunto de situações com os serviços da Câmara Municipal relativos a trânsito, espaços públicos, eletricidade, obras, ... coisas que dependem do Executivo e aquilo que transmitimos ao Senhor Vereador é que é necessária uma maior articulação entre a Câmara Municipal e as Freguesias. Muitas vezes damos conta que o assunto é reencaminhado, é colocado um novo Edoc, é perdido nos serviços da Câmara Municipal, questões que aguardam agendamento por parte da Câmara Municipal e não são agendadas (ficam, no fundo, quase perdidas). Portanto, são necessários, um maior alinhamento e uma maior articulação dos assuntos que as freguesias colocam à Câmara Municipal para servirmos melhor os nossos munícipes.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Gostaríamos de saber se há algum desenvolvimento no que respeita ao Posto da GNR do Tortosendo. -----

Na última assembleia municipal falei aqui sobre a questão dos passeios, desde do eixo TCT até à Zona Industrial e dos Maiorais. Os dos Maiorais já estão a ser intervencionados. Pergunto se, no

que diz respeito aos passeios do eixo TCT até à Zona Industrial, há data para o lançamento do concurso, visto que o último concurso ficou deserto. -----

Saber também, uma vez que o caminho da Estremilda está completamente cheio de buracos, se há alguma pavimentação agendada para breve, bem como no Bairro do Belo Zêzere, pois houve pequenos retoques no pavimento, mas o estado do piso está novamente a ficar deteriorado. ----

Perguntar também se já há alguma resposta ao pedido de alteração de trânsito que foi proposto pela Assembleia de Freguesia do Tortosendo, pela GNR e pela Junta de Freguesia em 14 de abril de 2021, o qual ainda não recebemos qualquer resposta. -----

Também uma resposta relativamente ao pedido do protocolo de apoio para ser a Junta de Freguesia a levar por diante o projeto de beneficiação do Bairro dos Escabelados, projeto esse que está feito pela Câmara Municipal da Covilhã. -----

Face ao crescimento da Zona Industrial do Tortosendo, saber também se está prevista a ligação da Zona Industrial na zona do Parkurbis à Estrada Nacional n.º 18 que liga a Covilhã ao Fundão. -----

Por último, no dia 31 de maio terminou o prazo para apresentação de candidaturas até 1 milhão de euros no PRR para o Programa de Intervenção nas Vias Públicas. Na medida em que há uma via pública no Tortosendo que necessita de uma intervenção, que é a Montes Hermínios, perguntar se a Câmara Municipal apresentou alguma candidatura ao PRR no sentido de levar por diante a obra.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “O Senhor Presidente da Câmara Municipal envia uma informação escrita, num total de 18 páginas, com 9 páginas de informação sobre procedimentos do setor do Urbanismo e 6 do setor da Cultura. Nas restantes, informa de duas delegações de competências e uma outra sobre a situação financeira. -----

Que apreciação se pode fazer da informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal no período de 2 de maio a 15 de junho? -----

Que na área do Urbanismo foram feitos cerca de 80 despachos com 2 indeferimentos, mas processos novos, projetos de arquitetura, foram cerca de uma dúzia. -----

Na área da Cultura, houve dezenas de iniciativas de diversas instituições que mereceram o apoio da Câmara. -----

Na delegação de competências, saliento a assinatura de uma escritura pública de um lote de terreno, denominado Lote 6, sem indicação da sua localização para além da freguesia, pelo valor de 88.880€ quando o seu valor patrimonial tributário é de 179.740€. -----

Parece ter sido uma excelente compra na perspetiva de quem o adquiriu com residência em Singapura. Contudo, na perspetiva de quem vende, sem ter estrangulamentos financeiros e uma situação financeira controlada de acordo com a informação do Senhor Presidente da Câmara em várias sessões, como é possível uma venda de algo, neste caso um lote de terreno, por metade do seu valor? Era urgente a sua alienação? Era urgente a arrecadação de verbas para fazer face a despesas inadiáveis, pagar salários ou outras obrigações? Como explica o Senhor Presidente esta alienação e o seu interesse público? -----



Pela informação que nos foi enviada, concluiu-se que a atividade da Câmara teve alguma expressão no Urbanismo e na Cultura e que nada mais aconteceu para além de uma representação em reunião da CIM e uma representação na tal escritura. É muito pouco para uma organização; é muito pouco para uma câmara municipal. Não me venha dizer hoje que fizeram o lançamento de várias obras ou que estão a acompanhar o atentado paisagístico, segundo opiniões de vários munícipes, no Miradouro do Alto dos Livros ou que lançou a obra de requalificação das vias municipais da zona Sul do Concelho ou que lançou o concurso de intervenção da Estrada do Canal em Unhais da Serra ou a construção da barragem da Ribeira das Cortes ou ainda o lançamento do novo aeroporto regional da Covilhã. Tudo isso poderá ser verdade, mas não consta da informação.

Quanto à informação da situação financeira, mudou-se o modelo de informação sem qualquer explicação. Por que se mudou? Quanto ao mapa enviado, é-nos dada a informação do passivo, mas nada nos diz quanto ao resto que é referido no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – o estado das dívidas, o saldo, as dívidas a fornecedores, as reclamações, os recursos hierárquicos, os processos judiciais pendentes – que deviam fazer parte da informação. -----

Em sessão anterior, em fevereiro, questionei quanto à taxa única de 0,30€ aplicada aos resíduos sólidos indexados ao consumo de água. Respondeu o Senhor Presidente que era uma determinação dada pela ERSAR. Tendo consultado a página da ERSAR, não encontrei nem encontro essa tal determinação. Assim, solicitava a ajuda dos serviços da Câmara ou da AdC para me enviarem a fundamentação e a decisão da ERSAR que não encontro. -----

Porém, a consulta da página da ERSAR permitiu-me conhecer a existência de um tarifário familiar a aplicar aos resíduos urbanos, saneamento e água e um tarifário social – tarifários constantes da Recomendação n.º 1/2009 da ERSAR – que a AdC não pratica, ao contrário de muitos outros sistemas municipais. Por que não se aplica na Covilhã? -----

Os tarifários para famílias numerosas estão definidos e a ERSAR diz que as entidades gestoras do serviço de águas e resíduos devem incorporar uma componente para famílias numerosas nos seus tarifários. -----

Quanto ao tarifário social, na página da ERSAR é indicado que a AdC já pratica esse tarifário social, só que penso que a AdC não promove automaticamente (pelo menos não conheço) o tarifário social com informação que deveria recolher junto da Segurança Social. Essas situações estão definidas – beneficiários com o complemento solidário para idosos, com o rendimento social de inserção, com o subsídio social de desemprego, com o 1.º escalão do abono de família, com a pensão social de invalidez. É tudo informação que a AdC pode recolher da Segurança Social. -----

Quanto ao concurso dos transportes urbanos, ascensores, elevadores, bicicletas e trotinetas que a Câmara Municipal concessionou à Transdev por mais 9 milhões, que ainda não obteve o visto do Tribunal de Contas, mas onde já se gastaram cerca de 4 milhões em concursos de adjudicações intermédias, solicito informação sobre este processo e questiono para quando prevê a conclusão deste processo. -----

Face à contestação existente no seio da Associação Nacional de Municípios quanto à transferência de competências da Administração Central, nomeadamente na área da Educação e Saúde, e levando em conta que o Município da Covilhã já tem essas competências nos últimos 3 anos, que

avaliação/balanço faz dessa transferência ao nível dos recursos financeiros alocados para pessoal, funcionamento, manutenção e conservação? O Município da Covilhã está satisfeito? Os recursos financeiros transferidos são os necessários? -----

Por último, perguntar em que ponto se encontra o processo relativo ao posto da GNR do Paul. Penso que não devemos chegar à situação da população de Caria que já fez a sua manifestação contra o encerramento do seu posto. E recordar aqui que a Assembleia de Freguesia do Paul colocou uma questão relativa aos candeeiros na avenida que não funcionam há dezenas de anos que queríamos ver resolvido esse problema porque está, de facto, a prejudicar a mobilidade quer dos idosos, quer das pessoas com dificuldades de mobilidade. Se não funcionam, temos feita a reflexão, que se retirem ou que se realize a formulação da sua recolocação noutra local. Mas, para isso, existem diferentes opções que foram colocadas à Câmara e gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara já refletiu sobre as mesmas.” -----

- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP): (doc.31)** *“Permitam-me esta intervenção para colmatar e reforçar o que tem sido reivindicado pelo SR. Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra.* -----

*Estranhamente vemos delegações de competências e obras a decorrer em algumas freguesias deste Concelho, mas no que toca à Boidobra inexplicavelmente nada parece acontecer.* -----

*É caso para questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal o que tem sido feito e para quando os investimentos e resoluções tão necessários e tão importantes para a freguesia que passo a citar:*

- *realização do projeto da Passagem de Nível da EM 507?* -----
- *requalificação do Espaço Público da Praceta Conde José Calheiros?* -----
- *Transportes da Quinta Branca;* -----
- *requalificação do Cruzamento do Eixo TCT com a EM 507?* -----
- *reparação/substituição dos Abrigos de Passageiros incluídos no Contrato de Concessão dos Transportes Urbanos?* -----
- *Parques Infantis condignos e Seguros, como o do Teixoso, por exemplo;* -----
- *requalificação dos lugares de estacionamento da Quinta do Alvito;* -----
- *obras do edifício da Junta de Freguesia;* -----

*Já sabemos que com o SR. Presidente nada pode ser quando queremos, mas sim quando o Sr. Presidente quiser. SR. Presidente, permita-me o atrevimento: Vai querer alguma coisa para a Boidobra neste mandato? Quando é que a vontade irá acontecer?”* -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** *“Antes de mais, agradecer o Voto de Louvor que foi aqui aprovado e dizer que irei, nos próximos 4 anos, honrar o cargo para o qual fui eleito e também pedir o apoio de todos porque ninguém faz nada sozinho e, com toda a certeza, pela lista que foi eleita (aprovada por unanimidade e que engloba todos os partidos) esperamos*

que os próximos 4 anos na ANAFRE sejam 4 anos de grande trabalho em prol do distrito de Castelo Branco e também em prol do concelho da Covilhã que muito me honra representar. -----

Quero também agradecer à minha colega Cristina por ter aceite pertencer e agora aproveitar para fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e agradecer-lhe também o apoio, enquanto altas funções, que deu à nossa lista. -----

Perguntar ao Senhor Presidente sobre o ponto de situação das obras de requalificação da Escola EB 1 de Vales do Rio, sobre a pintura do Jardim de Infância do Peso e a requalificação das suas casas de banho, sobre a ligação do depósito da Pedra Alta ao depósito que está atualmente a funcionar para que possamos ter água a vir diretamente das novas condutas que estão ligadas à Serra. -----

Por fim, algumas ruas precisam de intervenção na nossa freguesia e gostaríamos que pudesse verificar qual é o ponto de situação para o alcatroamento da Rua da Feiteira e da Rua do Jogo da Bola.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

Iniciou abordando as questões sobre as rendas apoiadas, respondendo que “foram analisados 558 processos de arrendatários. Desses 558 processos, 136 deles não sofreram qualquer alteração; já estão concluídos 393 processos (estão devidamente tramitados e terminados; e só 29 não foram devidamente concluídos. -----

Como sabem, as equipas da Ação Social, apesar do seu profissionalismo, dedicação e boa-vontade, têm tido várias frentes de trabalho. A partir de 2019, tivemos uma pandemia e parece que toda a gente se esqueceu que a pandemia ocupou os serviços do Município da Covilhã. Tiveram essa frente de trabalho. Agora também têm os refugiados, mas obviamente que foram fazendo o trabalho que deviam relativamente a esta matéria na medida do possível. -----

Faltam 29 processos. Deverá ser validada pelas Finanças do Município e, a muito breve trecho, terão a informação completa, para além desta que já lhes estou a adiantar. -----

Freguesia da Boidobra – As obras não se fazem quando eu quero. Quem me dera! É quando é possível. Não temos freguesias nem de primeira, nem freguesias de segunda, nem cidadãos de primeira, nem cidadãos de segunda. Fazemos aquilo que conseguimos com os constrangimentos, com as disponibilidades, com as dificuldades, com as facilidades, ... Não é nenhum capricho. Não sou homem de caprichos. -----

Passagem de nível da Estrada Municipal 507 – Acesso à Boidobra – Como sabem, essa alteração está proposta para abertura de concurso. Tem uma estimativa de 51 mil euros, mas ainda não foi ultimado o processo para que este concurso avance definitivamente. Mas vai avançar muito brevemente. -----

Também dar a informação que as Infraestruturas de Portugal desenvolveram o projeto, repartiram a despesa connosco e a Câmara faz os trabalhos na estrada e no passeio. -----

Reformulação do cruzamento do TCT com a Estrada Municipal 507 – O Serviço do Departamento de Obras está a elaborar o projeto de uma rotunda no cruzamento. É um cruzamento perigoso. Todos estamos de acordo. Já ali ocorreram acidentes. Outros poderão vir a ocorrer e não queremos causar, quer por ação, quer por omissão (neste caso), danos a ninguém. -----

Requalificação do espaço atrás dos lotes 5 e 6 na Rua José Calheiros – A Junta de Freguesia tem sido informada sobre o estado do processo. O espaço está abrangido, como já aqui foi referido, por alvará de loteamento. O espaço foi cedido ao domínio público para espaço verde, daí ter havido estas dificuldades. Os residentes pretendem que ali seja criado um parque de estacionamento, o que implica a alteração do alvará que já está feito desde do dia 20. -----

A conversão do espaço num parque de estacionamento tem de ser infraestruturada e não estamos a falar apenas e só de colocação de massa asfáltica. Temos ali uma rede de águas pluviais, iluminação pública, para além obviamente da pavimentação. -----

Este projeto está a ser ultimado e será proposta a abertura do concurso para a contratação externa da obra. -----

Candidatura das acessibilidades – O PRR destina-se a compartilhar intervenções de melhoria das condições de circulação pedonal, portanto em espaço público para cidadãos com mobilidade reduzida em percursos, ligando edifícios com serviços públicos. -----

Intervenção de requalificação da Rua Montes Hermínios – O Tortosendo não se enquadra na elegibilidade definida no Aviso... e dizer que não há qualquer candidatura de apoio financeiro para esse efeito.

No que diz respeito aos passeios na Estrada Nacional 18-4, desde a rotunda da Zona Industrial do Tortosendo até à rotunda com o TCT, foi aberto concurso para a contratação da obra, pelo valor de 112.800€ + IVA e ficou deserto como já foi referido. Contudo, com o desenvolvimento do projeto do novo Posto da GNR, o projeto deverá passar a incluir os trabalhos de criação de um cruzamento naquela zona da Estrada Nacional 18 com o arruamento interior, de acordo com exigências dos serviços da Guarda Nacional Republicana que superentende. Estas alterações são necessárias para honrarmos os compromissos que temos com a Guarda Nacional Republicana no que diz respeito a estacionamento público. -----

Antes da abertura de um novo concurso, temos que projetar e o projeto está a ser reformulado, incorporando as alterações à rede viária, resultantes das exigências da Guarda Nacional Republicana. -----

Reparação dos passeios nos Maiorais – Esta intervenção aguarda que se consiga incluí-la na programação dos trabalhos por administração direta. Nem tudo vamos poder candidatar. Temos a nossa autonomia técnica e a nossa capacidade técnica para fazer por administração direta muitas obras e, por isso mesmo, dar nota de que o que foi feito no Bairro do Belo Zêzere foi uma intervenção limitada, localizada, quase cirúrgica e que teve apenas em vista reparar as áreas que estavam mais degradadas sob o ponto de vista da gravidade em que o estado se apresentava. Esta intervenção já feita não substitui, obviamente, a pavimentação integral de todos os arruamentos e, por isso, está proposta a abertura de concurso no valor de 137 mil euros + IVA. Muito proximamente, logo que possível, vamos avançar também com esta pavimentação. -----

A Estremilda está também no topo das nossas prioridades no que diz respeito àquilo que é a nossa autonomia em termos de trabalhos por administração direta e, a seu tempo e logo que tenhamos disponibilidade, também aí avançamos. -----

Recordar que há variáveis que não dominamos. O primeiro concurso para aquisição do fornecimento contínuo de massa asfáltica ficou deserto por um ano; por seis meses, ficou deserto; por três meses, ficou deserto. Conseguimos, há relativamente pouco tempo, já este mês, que esse concurso tivesse êxito e, dando sequência a essa requisição, estamos a fazer aquilo que é possível fazer da nossa parte em termos de administração direta. -----

Postos da GNR – Às vezes costuma-se dizer que os últimos são os primeiros e vejam que aquele que não estava previsto no plano nacional, que é o de Unhais da Serra, pelos vistos vai ser o primeiro a poder avançar. A adaptação das instalações do edifício da Junta para este efeito já tem o projeto de discussão terminada e já obteve os pareceres finais favoráveis do Ministério da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana. -----

A Secretária-geral do Ministério da Administração Interna questionou o nosso Município quanto ao valor da estimativa da obra. Achou que era excessivo. Parece que se esquecem das dificuldades que todos temos hoje em dia a contratar e que os preços disparam exponencialmente em virtude da inflação. -----

Agora a bola está do lado de lá. Aguarda-se a receção da minuta do contrato interadministrativo para depois devidamente cabimentarmos e avançarmos com a obra. -----

Posto do Paul – Em 14 de abril foi remetido à Secretária-geral do Ministério da Administração Interna e à Guarda Nacional Republicana a nova versão corrigida e a correção, leia-se, decorre de alterações ao projeto que foram solicitadas para efeitos de emissão de parecer. Demos resposta às últimas questões e seguiram para lá. -----

Através de email recebi depois, na passada sexta-feira, novos pareceres com a identificação de mais alterações ao projeto. Vão ser implementadas, o que vai dar origem a uma nova versão do projeto. Estamos aqui, de alguma forma e lamentavelmente, a marcar passo. Será remetido oportunamente para emissão de parecer por parte das entidades competentes até que se receba o parecer favorável e definitivo para celebração do contrato interadministrativo e abertura do concurso da obra. -----

Posto do Tortosendo – No passado dia 3 deste mês foi remetido à Secretária-geral do Ministério da Administração Interna e à Guarda Nacional Republicana uma nova versão contemplando as alterações pretendidas ao projeto de execução para efeitos de emissão de parecer, dando resposta às últimas questões constantes dos pareceres emitidos pelos serviços técnicos da Guarda Nacional Republicana. Isto foi formulado em 18 de maio e no dia 3 de junho os nossos serviços estavam a dar a sua competente resposta neste domínio. Até que se obtenha os pareceres finais de sentido favorável, não será possível passar à fase da celebração do contrato interadministrativo e à abertura do concurso da obra. -----

Queria também dar a nota de que a requalificação do Largo dos Emigrantes, que tem uma área de aproximadamente 800 m<sup>2</sup>, também designado por Largo da Rua da Eira, e que tem vindo a ser referenciado desde 2017 através da Junta de Freguesia, abaixo-assinados, moradores, Assembleia

de Freguesia, Senhores Deputados Municipais, também não se limita à mera pavimentação. Quando são repavimentações é tudo mais rápido e muito mais fácil, não obstante os constrangimentos que já referi. É preciso ir ao encontro de constrangimentos que se encontram naquele sítio, que é a deficiente drenagem de águas pluviais, que depois tem a consequente e desagradável efeito de entrar água nas habitações se não tomarmos as devidas providências. -----

O Senhor Presidente Rui Amaro e a sua Freguesia têm sido muito, e bem, contemplados ultimamente. Terá que dar aqui um bocadinho de espaço aos seus colegas e a outras juntas de freguesia, mas aprecio sempre a sua capacidade reivindicativa. Lá está, é a teoria da manta: destapamos agora um bocadinho no Peso para taparmos noutros sítios (Boidobra e outras freguesias), sem qualquer discriminação, sem qualquer vontade que não seja de resolver problemas. -----

Painéis fotovoltaicos e produção de energia – Dar a nota de que os painéis não estão ligados aos fogos de habitação social, apenas os painéis de aquecimento e, por essa via, as águas sanitárias. Por essa via, já há eficiência energética e já há poupança. Portanto, não estão a injetar energia na rede. -----

Candeeiros da estrada do santuário no Paul – A última informação que tenho do Senhor Vereador José Miguel, por email enviado a 23 de fevereiro, é que os candeeiros foram desligados em 2011. Eu próprio desconhecia este facto. Para ficarem novamente operacionais necessitam de um investimento de cerca de 27 mil euros. É a indicação que tenho aqui. Vamos trabalhar no sentido de resolver esses problemas e iremos ao encontro desta justa reivindicação porque, obviamente, os nossos concidadãos do Paul têm o direito a circular de forma iluminada como todos os outros nossos concidadãos do Concelho da Covilhã. -----

Falou-se aqui na Unidade de Saúde Familiar. O projeto está pronto. Está concluído. Portanto, não estamos a pagar renda em vão e obtivemos um período de carência significativo e importante. Já recebemos os pareceres da ARS do Centro e aguardamos o parecer do projeto de segurança contra o risco de incêndio. De seguida, proporemos a abertura para a contratação da empreitada. Como veem nada está a ser descurado. -----

Rotunda de ligação entre a EN 18 – Como sabem, não é uma estrada camarária. Esta zona ainda não foi desclassificada. Estamos a falar da zona do Parque Industrial do Tortosendo, em frente ao Parkurbis. É da competência das Infraestruturas de Portugal. Já apresentei, a seu tempo, essa reivindicação, essa pretensão. Como sabem, e aqui entramos no tema da transferência de competências, foi uma daquelas que não aceitámos, ou seja, aceitámos apenas a versão minimalista e não a de assumir todas as vias públicas. E estão a querer esticar a corda para a resolução deste problema, mas nós não baixamos os braços e vamos continuar a trabalhar no sentido de ir ao encontro desta pretensão, que é uma pretensão justa. Aliás, quando o Parque Industrial foi construído devia ter sido logo contemplada esta alternativa de entrada que é a mais direta, a mais acessível e a mais fácil para evitar que os camiões façam grandes circuitos dentro do Parque Industrial para chegarem às empresas onde vão carregar ou descarregar. -----

No que diz respeito à questão dos parques, o Senhor Vereador das Freguesias está a reunir com todos os Senhores Presidentes de Junta. Já reuniu com a esmagadora maioria deles. Ainda não conseguiu reunir com todos, mas poucos faltam, como me transmitiu. A ideia é concluir quais são

os parques que querem eliminar; onde é que acham que deve ficar o parque mais bem situado; aquele que congrega mais crianças; e seguir depois um cronograma para a resolução deste assunto, em conformidade com uma vontade aqui expressa, perante os Senhores Deputados... ainda este ano, relativamente a essa matéria, queria ver resolvido ou começar a vê-lo resolvido até ao final do ano e mantemos essa vontade. Não que esteja concluída até ao final do ano, mas que haja o início da resolução do problema e que ele se resolva o mais depressa possível. -----

Relativamente à concessão, e porque é muito fácil fazer alguma demagogia com este assunto, não devia ser assunto de demagogia, mas antes motivo de preocupação. Estamos a viver um período inaudito, um período nunca vivido antes. Em reunião com outros colegas de vários partidos políticos, concluímos que não tivemos a vida fácil – estes do ciclo de 2013/2025. Porquê? Chegámos ao poder com a Troika no Terreiro do Paço; quando saímos dos constrangimentos e das dificuldades da Troika, caiu-nos em cima a Pandemia; quando estamos a sair da pandemia, cai-nos em cima a guerra. Não há planeamento, não há finanças, não há dinheiro que resista para trabalhar com a facilidade com que queríamos resolver os assuntos. A boa-vontade não chega! -----

Como sabem, continuam a haver dificuldades no que diz respeito aos transportes. Uma coisa é a justa reivindicação que aqui reitero de que não devemos ser discriminados relativamente às áreas metropolitanas e outra questão é reconhecermos as dificuldades que temos, estando a ser infelizmente discriminados. Não obstante das invetivas que temos feito nesse sentido para contrariar esse estado de coisas, a verdade é que todos os municípios, e o da Covilhã não é exceção, têm estas dificuldades. -----

Infelizmente, também não temos concorrências para podermos, na prática, disputar isto no mercado. O que é que propõem? Gostava era que viessem aqui dar soluções. Atirar com a pedra, isso é a coisa mais fácil do mundo! -----

Não podemos inventar companhias de transporte! Há quem fale e sei que há muitas forças políticas que defendem e propugnam a criação de um serviço de transporte municipal. Acham que se isso fosse viável não tinha sido já criado noutros municípios e que nós vínhamos inventar a roda? Os municípios não têm a vocação de explorar transportes públicos ou municípios com a nossa dimensão e com a nossa escala – Covilhã, Guarda, Castelo Branco, ... Como não temos a vocação para tratar de muitos equipamentos e isto está nos manuais da administração autárquica. Há coisas para as quais as câmaras municipais não têm vocação e não estão preparadas, até pelo pesado processo administrativo a que estão sujeitos os concursos, as aquisições, fazer estoque de peças para a manutenção de alguns equipamentos, ... É uma coisa quase impossível. -----

Não me canso de repetir que, entre o momento da tomada de decisão dos órgãos e o momento em ela é executada, decorre um período de tempo enorme em nome, também, dos princípios da transparência. -----

Transferência de Competências – Não vou fugir à questão. O processo não está a correr bem. Não está a correr conforme esperávamos. -----

Quando aceitámos as delegações de competências fizemo-lo na ótica de que nos devíamos adaptar antes que elas fossem obrigatórias. Se voltasse atrás, tomava novamente a mesma decisão. Apesar dos constrangimentos e dificuldades, não voltava atrás na decisão de antecipar a

transferência de competências onde ela é possível, designadamente no domínio da Educação, que é muito problemática e muito complicada. -----

Temos dificuldades, desde logo, no que diz respeito às refeições. Pagamos mais do que recebemos pelas refeições que fornecemos aos nossos alunos e ao pessoal docente e não docente. Temos esse constrangimento e, portanto, não está a correr bem em toda a plenitude. -----

Mas, a verdade é que está a correr bem noutros sentidos: há maior articulação; há maior proximidade com os senhores diretores; com o facto de o pessoal (assistentes operacionais) poder ser conjuntamente gerido de forma parcimoniosa com as escolas. -----

Enquanto Presidente do Município da Covilhã, entre o conjunto de lote de presidentes de câmara no Conselho Geral, não dei parecer favorável ao Orçamento do Estado no que diz respeito a estas questões (questões de transferência de competências). -----

Numa das reuniões na Comunidade Intermunicipal, a Senhora Ministra da Coesão veio-nos dar a nota de que as refeições vão ser ligeiramente aumentadas no sentido de pelo menos cobrir aquilo que estamos a pagar e havia um critério cego para a manutenção e conservação dos edifícios (estão ao nosso cargo). -----

Aquilo que fizemos, por exemplo, na Frei Heitor Pinto não é uma manutenção, nem uma conservação. São obras extraordinárias e essas correm por conta do Estado, mas a verdade é que a Câmara também teve uma forte participação nessa obra, como noutras que tiveram lugar. Havia um critério que era 20 mil euros por cada edifício. O que é injusto! Por que é que a Frei Heitor Pinto, a partir de agora, havia de receber o mesmo que as escolas que nunca foram intervencionadas? Então, o Governo produziu, e bem, um fator corretivo que é o da superfície coberta, o da antiguidade, o de os edifícios não terem sofrido obras há menos de 10 anos, etc., que faz com que outras escolas venham a receber mais do que receberiam se não houvesse este fator corretivo. -----

Há uma coisa que não está a correr bem, que é a comissão de acompanhamento ou de monitorização. É fundamental que a monitorização funcione e funcione bem para corrigir estas injustiças e estas desigualdades. O envelope financeiro das transferências tem que ser completo, seja para quem for, onde for e em que área for. -----

Estou cá é para defender os Covilhanenses em primeiro lugar. As minhas convicções ideológicas e o meu partido estão em segundo lugar.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A questão do projeto da Quinta Branca, se o Senhor Presidente não sabe nada, se calhar seria melhor darmos conta disto à fiscalização. -----

Relativamente à questão aos painéis fotovoltaicos, o Senhor Presidente respondeu que não estão ligados, mas não respondeu quando é que eles vão ser ligados. -----

Quanto aos abrigos de passageiros, não temos competência nessa matéria. Foram retirados por causa de estar no espaço da concessão. São 17 abrigos e alguns precisam de renovação. -----

Relativamente aos parques infantis, foi feito um requerimento. Já tivemos a reunião com o Senhor Vereador e continuamos a aguardar a documentação exatamente para avançar. -----



Deixe-me que lhe diga, relativamente aos transportes e às soluções, o Município já tem algumas aqui. Já há uma delegação de competências com algumas freguesias para fazer transportes casa a casa; já trouxemos aqui a possibilidade de se começar a estudar esta questão. O Município, eventualmente, também não tem a vocação para armazenar, distribuir e vender água! O Município pode não ter vocação para fazer Feiras de São Tiago! O poder público e as instituições públicas têm vocação para aquilo que quiserem!” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Relativamente aos resíduos, como está a Covilhã? Queremos ou não pertencer à linha da frente das cidades que lideram este movimento de tratamento de resíduos ou se ficamos apenas pelo *vamos trabalhar nesse sentido*? Parece-me, dos últimos estudos que têm sido publicados, que temos andado para trás!” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Apesar de estarmos ainda num patamar que não é propriamente honroso, estamos a reciclar cerca de 10,7% e isso significa que não é algo que nos orgulhe. Desejamos mais. Mas, ainda assim, somos o município da região que tem melhor performance nesse domínio. Queremos ir mais longe, trabalhando e socorrendo-nos dos meios técnicos, de conhecimentos científicos, de articulação com as entidades que trabalham nesse domínio e de campanhas de sensibilização. -----

Trouxe uma questão interessante: o da cidadania e da formação dos jovens. Também aí cabe este assunto. Muito do que tem a ver com a agressão ao meio ambiente tem muito a ver com o civismo, com a cidadania, com a consciência dos problemas. -----

Com toda a franqueza, o conhecimento que tenho é que aqueles que estão na ponta do progresso nesse domínio é no domínio de projetos-piloto.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Dizer que, quanto à obrigatoriedade da aceitação das transferências de competências, sabe perfeitamente que existem dezenas de municípios que não as aceitaram, não as receberam e as escolas não fecharam! -----

Também sabe que as transferências de competências na área da Saúde também foram 20 ou 30 municípios que as aceitaram. Só! -----

Nunca entendi por que é que o Ministério da Educação assina protocolos com o valor das refeições que, de município para município, variam. Parece que ali no Fundão a refeição fica mais cara ou mais barata do que na Covilhã! Por que é que não existe uma certa uniformização a nível do país em relação aos valores a transferir? -----

Quanto à solução dos transportes de gestão municipal, o Senhor Presidente da Câmara fez o desafio de que se apresente soluções. O Senhor Presidente da Câmara sabe a nossa posição, desde o início. Tivemos aqui uma sessão com o técnico responsável pelo projeto inicial em que fez a projeção de concessão a privados ou exploração própria. A diferença era de 8 milhões para a concessão e 9.200.000€ ou 9.300.000€ para uma previsão de uma concessão de uma exploração municipal, digamos assim – a criação dos serviços municipais de transporte. -----

Neste momento, já não são 8; já passaram para 9.300.000€ no âmbito do concurso da 2.ª fase. E, neste momento, com as dificuldades que existem com o visto do Tribunal de Contas, já

ultrapassámos completamente esses valores, que o próprio técnico indicava que ficava como custo para um serviço de transporte municipal. -----

Em relação aos candeeiros, a questão da preocupação da Assembleia de Freguesia é, de facto, uma preocupação real e penso que deveria ser levada em consideração pela Câmara porque é verdade que eles estão desligados desde 2011 e, como entendo, hoje podemos considerá-los como lixo urbano. -----

Não me explicou foi a venda do lote por metade do preço.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Dar-lhe esta nota: no domínio da Saúde, ainda não assinei o auto da transferência. Sabe porquê? Porque vi lá uma coisa que não aceito e acho que os Senhores, no meu lugar, também não aceitavam: os profissionais de saúde (Centros de Saúde), até aqui, conduziam os veículos que tinham ao seu dispor; agora queriam motorista e nós pagávamos a esse motorista. Isso nem pensar! Não é por falta de consideração, respeito e apreço pelos profissionais de saúde, mas não pode é haver esta decisão de, se é o poder central, conduzimos nós, se é o poder local, conduz a câmara. Se vier o dinheiro, nós aí colocamos um motorista ao serviço de cada um; arranjamos emprego a mais umas pessoas e ocupação a outros. -----

Dizer que o Tribunal de Contas não é o único responsável pelo atraso da questão da concessão. O dossier esteve na entidade reguladora demasiado tempo. Tudo isto decorreu em pleno período pandémico! Estou absolutamente convencido que isso terá contribuído para que a entidade reguladora tivesse mantido este processo com eles durante muito tempo e depois também pediram esclarecimentos e estes foram prestados. Aguardamos serenamente, mas impacientemente, como é natural, porque queremos poupar dinheiro e queremos proporcionar melhores condições a todos os nossos concidadãos.” -----

## 2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2021

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 3016 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra **para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP): (doc.32)** *“Sobre o perímetro empresarial municipal, tenho que começar por dizer que o que estamos aqui a discutir, são os resultados do exercício da administração das empresas municipais, porque da Câmara já vimos o que é que a casa gasta... -----*

*E tenho de começar a falar sobre a situação das administrações das empresas municipais. -----*

*A atual redação do **REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS** define que o mandato dos conselhos de administração das empresas municipais é de 3 anos, sendo que em alguns casos, nomeadamente, naqueles em que os seus estatutos ou pactos sociais não foram, certamente, atualizados, como é o caso da ADC a duração do mandato é coincidente com o mandato autárquico. (pelo menos assim foi registado com a última dança de cadeiras nas águas ocorrida em 2020.) -----*

**Portal da Justiça**  
A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas

**Publicação On-Line de Registo e de Publicação**  
em Portugal e de outras cidades



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

[Imprimir](#) [Ajuda](#) [Fechar](#)

---

NIF/NIPC	507611977
Entidade	A.D.C. - ÁGUAS DA COVILHÃ EM
Data Publicação	2020-02-20

Publica-se que em relação à entidade:  
**N.º de Matricula/NIPC: 507611977**  
**Firma: A.D.C. - ÁGUAS DA COVILHÃ EM**  
**Natureza Jurídica: EPMIR**  
**Sede: RUA RUY FALEIRO, Nº111**  
**Distrito: Castelo Branco Concelho: Covilhã Freguesia: Covilhã e Canhoso**  
**6200 - 194 COVILHÃ**

pela Apresentação AP. 2/20200219, referente à inscrição 15, foi efectuado o seguinte acto de registo:

**Insc. 15 - AP. 2/20200219 12:08:11 UTC - DESIGNAÇÃO DE ÓRGÃOS SOCIAIS**

Nomeado(s):

**ÓRGÃO DE GESTÃO/ADMINISTRAÇÃO:**

Nome/Firma: JOSE MIGUEL RIBEIRO DE OLIVEIRA  
 NIF/NIPC: 204496934  
 Cargo: Presidente  
 Residência/Sede: Rua Dr. José Mendes Matos, 11, 4.º esquerdo  
 6200 - 559 Covilhã

Nome/Firma: JOÃO CARLOS IZIDORO MARQUES  
 NIF/NIPC: 218411928  
 Cargo: Vogal  
 Residência/Sede: Rua do Alecrim, Lote B,  
 6200 - 024 Covilhã

Prazo de duração do(s) mandato(s): Para o resto do mandato coincidente com o mandato autárquico  
 Data da deliberação: 31 de Janeiro de 2020

Os documentos que serviram de base ao presente registo estão depositados em suporte electrónico.

Desenvolvimento: **IGFEJ**

Help Desk - Correio electrónico: publicacoes@irn.mj.pt

Help-Desk do serviço de certidões permanentes - Correio electrónico: certidao permanente@irn.mj.pt

**LINHA** registos  
**211 950 500**  
 PARA CONTACTOS EXTERNACIONAIS  
 (+351) 211 950 500

*No caso da ICOVI o último registo de nomeação de membros do conselho de administração data de fevereiro de 2018, sendo que a data da deliberação é de 29 de Dezembro de 2017, e onde também consta a menção de que o Prazo de duração do(s) mandato(s) é Coincidente com o prazo de duração do mandato autárquico – sendo que está já, largamente, ultrapassado o prazo legal de 3 anos... -----*

## Portal da Justiça

A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas

**Publicação On-Line de Acto Societário e de outras entidades**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

[Imprimir](#) [Ajuda](#) [Fechar](#)

NIF/NIPC	508282322
Entidade	ICOVI - INFRA-ESTRUTURAS E CONCESSÕES DA COVILHÃ, EM
Data Publicação	2018-02-06

Publica-se que em relação à entidade:  
**Nº de Matrícula/NIPC:** 508282322  
**Firma:** ICOVI - INFRA-ESTRUTURAS E CONCESSÕES DA COVILHÃ, EM  
**Natureza Jurídica:** ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL  
**Sede:** AVENIDA VIRIATO Nº 194  
 Distrito: Castelo Branco Concelho: Covilhã Freguesia: Tortosendo  
 6200 - 722 TORTOSENDO

pela Apresentação AP. 3/20180205, referente à inscrição 12, foi efectuado o seguinte acto de registo:

**Insc. 12 - AP. 3/20180205 15:03:34 UTC - DESIGNAÇÃO DE ORGÃOS SOCIAIS**

Nomeado(s):

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Nome/Firma: VITOR MANUEL PINHEIRO PEREIRA  
 NIF/NIPC: 176364463  
 Cargo: Presidente  
 Residência/Sede: Praça do Município  
 6200 - 151 Covilhã

Nome/Firma: JORGE MANUEL AFONSO GOMES  
 NIF/NIPC: 128700734  
 Cargo: Vogal  
 Residência/Sede: Rua Grupo Recreativo Refugiense, nº 87, 2º esqº.  
 6200 - 186 Covilhã

Nome/Firma: NUNO FILIPE ABREU PEDRO  
 NIF/NIPC: 215693817  
 Cargo: Vogal  
 Residência/Sede: Rua Comendador Gomes Correia, nº 34A, sub-cave  
 6200 - 362 Covilhã

Prazo de duração do(s) mandato(s): Coincidente com o prazo de duração do mandato autárquico.  
 Data da deliberação: 29 de dezembro de 2017

Os documentos que serviram de base ao presente registo estão depositados em suporte electrónico.

Desenvolvimento: **IGFEJ**

Help Desk - Correio electrónico: [publicacoes@im.mj.pt](mailto:publicacoes@im.mj.pt)

Help-Desk do serviço de certidões permanentes - Correio electrónico: [certidaopermanente@im.mj.pt](mailto:certidaopermanente@im.mj.pt)



**LINHA registos**  
**211 950 500**  
PARA CONTACTOS DO ESTRANGEIRO  
**(+351) 211 950 500**

No PARKURBIS não é diferente, mas houve recentemente uma nomeação... -----

Certo é que já passaram mais de 8 meses desde do acto eleitoral e ainda não foi dado conhecimento por esta câmara de qualquer alteração relativamente à composição dos conselhos de administração das “Águas da Covilhã”, da “Icovi” e Parkurbis. -----

De acordo com as alterações legislativas que entraram em vigor e que tutelam esta matéria, também a lei da paridade deve também ser assegurada com a nomeação paritária dos membros para todos os conselhos de administração o que, até à data, não se verificou, pelo menos na ADC e ICOVI. -----

No caso das “Águas da Covilhã”, a presidência do conselho de administração foi desempenhada nos últimos quatro anos sem alterações. -----

Na Icovi foi o senhor presidente da câmara a assegurar essas funções. -----

No “Parkurbis” desde que o Partido Socialista venceu as eleições autárquicas de 2013 que o lugar tem sido ininterruptamente ocupado pelo senhor Jorge Patrão. -----

Sendo que todas elas primam pelas suas actuações sectárias, ausência de transparência e sobretudo, na falta de informações legais e falta de estratégia na implementação das funções para que foram constituídas. -----

E tal tem um resultado evidente, que são os encargos que todas elas representam para os bolsos dos Covilhanenses, e especialmente, os prejuízos que a Parkurbis sistemática e recorrente apresenta e a ICOVI, pelo menos nos últimos dois anos tem vindo a acumular e a ser suportados por esta Câmara. -----

Aliás, este ano foram cerca de trezentos e tal mil euros, e para isto há sempre dinheiro! Para suportar os prejuízos causados pelos boys socialistas à frente das empresas municipais há sempre dinheiro... para o resto é que já não há! -----

Em face desta situação, perguntamos ao senhor presidente da câmara se já foi tomada alguma decisão quanto à renovação e/ou nomeação dos conselhos de administração das empresas municipais, quando é que podemos conhecer a composição e quais as alterações introduzidas em relação ao anterior mandato? -----

Finalmente, e em face da quase total ausência de informação (legalmente obrigatória) disponível nos sites do município e das empresas municipais, gostaríamos também de perguntar directamente, ao senhor presidente da câmara: -----

Se os estatutos das Empresas Municipais da Covilhã estão atualizados e respeitam o atual **REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS** (versão actualizada)? -----

E porque pelos documentos agora em discussão, a ÁGUAS DA SERRA também faz parte das empresas do perímetro municipal, qual vai ser o papel e atuação do município na participação que o Município da Covilhã - de acordo com os documentos oficiais da câmara (orçamento e prestação contas) - detém na ADS- ÁGUAS DA SERRA? -----

Que supostamente tem 30% desta empresa, mas nem sequer é convocada ou se faz representar nas assembleias gerais, ou pelo menos não há qualquer notícia de alguma vez a Câmara ter participado numa assembleia geral da ÁGUAS DA SERRA ou de ter alguma vez exercido qualquer direito societário, ainda que minoritário... -----

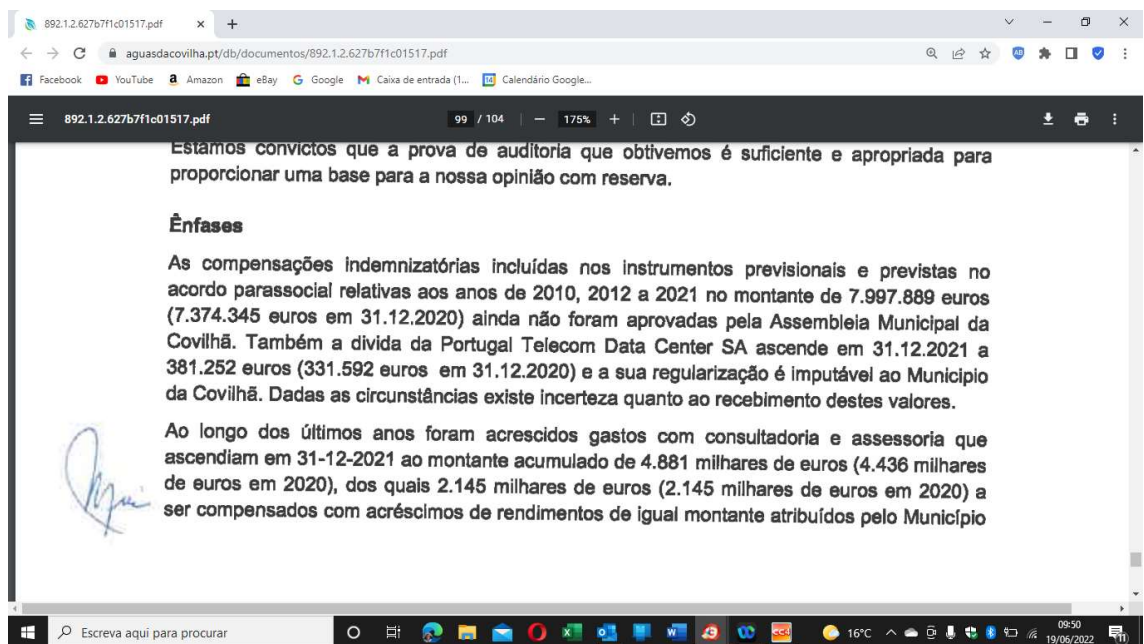
E para quem não sabe ou anda distraído, a ÁGUAS DA SERRA são é a responsável pela cobrança do saneamento básico que é um dos elementos com mais peso na fatura da água que todos os Covilhanenses pagamos.

Portanto é premente saber se esta Câmara alguma vez foi a uma Assembleia desta empresa ÁGUAS DA SERRA, e saber o que é que lá fez e disse... -----

*Porque estamos fartos de ouvir a camara a dizer que não sabemos o que temos nem como temos, mas a verdade é que o município detém pelo menos 30% da sociedade e não se exerce nem sequer os direitos minoritários que tem direito e dever de exercer.* -----

*No que respeita concretamente às Contas ADC, não posso deixar de citar e “ênfatar” – porque é uma ênfase do Revisor Oficial de Contas que consta da respetiva Certificação legal de contas aprovadas do ano de 2021 (pág. 99/100)* -----

<https://www.aquasdacovilha.pt/db/documentos/892.1.2.627b7f1c01517.pdf> -----



*Ora bem, temos isto escrito por uma pessoa responsável, O ROC da ADC, e consta do relatório de contas 2021 que foi aprovado pela empresa...* -----

*Depois temos um caso paradoxal:* -----

*Na ADC existe um administrador que aprova as contas a dizer que a Câmara lhes deve (este ano aumentou novamente) quase 8 milhões de euros!* -----

*E na câmara existe um vereador que aprova as contas da câmara onde nem sequer há menção dessa dívida!!* -----

*O estranho Caso do Dr Jekyll e Mr Hyde das contas municipais!* -----

*Temos o administrador da ADC, José Miguel Oliveira (dr. Jekyll) aprova e aceita sem qualquer reserva que a câmara lhes deve quase 8 milhões de euros...* -----

*E depois temos o Vereador José Miguel Oliveira (Mr Hyde) aprova as contas da câmara onde se escondem os 8 milhões € dessa mesma dívida...* -----

*Quem tem razão? Em que contas podemos confiar??* -----

*Um verdadeiro caso de estudo!!!* -----

*Depois existem quase 5 milhões de euros de despesas com consultoria e assessorias dos quais 2,145m€ são para ser compensados/pagos pelo Município. -----*

*Sem qualquer documentação de suporte! -----*

*Onde e quem se beneficiou deste dinheiro gasto encapotadamente por esta câmara? -----*

*Quem ordenou esta despesa? -----*

*Requer-se formalmente que seja ordenado à ADC e à Câmara que esclareçam e justifiquem estes enfâses denunciados pelo ROC da ADC. -----*

*Isto tem de ser denunciado e averiguado pelas entidades competentes! -----*

*A PARKURBIS continua como é...sem nada. Sem cativar empresas, em fazer aquilo para que foi constituída, nada... -----*

*No entanto, o seu administrador continua a receber o seu fausto salário... -----*

*Na ICOVI... -----*

*Pelo 2 ano consecutivo há prejuízos na icovi? -----*

*Uma empresa que só pode dar lucro, porque é fornecedora da água em alta, porque é detentora da maior parte do património municipal, não o consegue rentabilizar? -----*

*Não se consegue rentabilizar o património municipal que está sob administração da ICOVI -----*

*Que administração é esta? -----*

*É preciso mudarem de óculos para poderem ver melhor o que têm nas mãos? -----*

*Fraca administração que nem sequer consegue arranjar óculos decentes para poderem ver o potencial que têm nas mãos... -----*

*Esta situação não pode continuar. Não se podem arriscar mais prejuízos nesta empresa -----*

*É imperioso exigir a demissão da administração da ICOVI. -----*

*Ou caso se confirme aquilo que se vai afirmando à boca pequena, demitam-se os verdadeiros mandantes deste crime contra o património municipal, porque é disso que se trata quando se dão ordens e orientações para esta administração ruínosa! -----*

*No resto das contas consolidadas, pelos resultados e sobretudo pelos relatórios de atividades, é uma evidência que o município da Covilhã tem uma “armada empresarial” de topo, com navios de excelência e bem apetrechados, mas dirigidos por simples marinheiros atávicos, sem visão nem outra ambição que não seja a da sua própria sobrevivência e sustento!” -----*

**- Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Apresenta-nos a Câmara Municipal da Covilhã as Contas Consolidadas do grupo Município da Covilhã sem esta Assembleia Municipal ter apreciado as contas das empresas que dele fazem parte. -----

Conhecemos o relatório e contas da Câmara Municipal. Fizemos a sua apreciação e tomámos uma posição sobre o mesmo. -----

Porém, não nos foram apresentadas as contas da AdC, da associação do Parkurbis, da Icovi e da Município, empresas municipais onde a Câmara Municipal tem responsabilidades de gestão e o controlo das mesmas, conforme relatório. -----

Temos agora a Consolidação das Contas com uma descrição sumária das atividades desenvolvidas por cada elemento do grupo em 2021 e os objetivos para 2022. -----

Para a Consolidação das Contas constata-se, a partir da página 57, um conjunto de operações, de anulações, inscrições e contrapartidas num total de 42 operações que permitiram os devidos acertos para as contas consolidadas. -----

Para além do acréscimo do património num valor superior a 10 milhões de euros, resultante da aceitação da transferência de competências na área da Educação, é de salientar um passivo global de 58 milhões de euros e um resultado líquido negativo de 4 milhões de euros. Ainda assim, melhor do que no ano transato que foi de 10 milhões de euros negativos. -----

Da conformidade das contas, tratou a empresa que as auditou e que concluiu que satisfazem as disposições legais e que respeita o Sistema de Normalização Contabilística. -----

Compete a esta Assembleia uma análise de carácter político, uma análise quanto às opções e orientações do grupo municipal. -----

Pela nossa parte, discordamos deste tipo de organização no Município da Covilhã e de todas as opções que conduziram à sua constituição pela gestão PSD. Este modelo permitiu a privatização de 49% do capital social da AdC, com a qual discordámos e continuamos a discordar. Este modelo permitiu também abrir as portas à privatização de serviços na gestão da água, da recolha dos resíduos e da limpeza urbana. Este modelo permitiu ainda parcerias público-privadas, onde o privado está presente para remunerar o seu investimento. Este modelo permite ainda o recrutamento de pessoal sem concurso e despesas com administradores não eleitos, refúgio seguro de nomeações que têm como único critério a posse do cartão do partido no poder. Este modelo traduz-se em serviços municipais mais caros para os Covilhanenses (veja-se o caso da fatura da água) e um sorvedouro de recursos financeiros municipais para suporte da sua estrutura administrativa. -----

Este modelo foge ao escrutínio dos eleitos na Câmara e na Assembleia Municipal (veja-se a declaração de voto dos Senhores Vereadores da Oposição e desta Assembleia Municipal, apesar de se ter solicitado a apresentação das contas individualizadas das empresas municipais). Este modelo permite ainda esta questão que foi aqui colocada anteriormente que é a não explicação, há anos, desta questão da participação na ADS de 30%, mas que depois não se efetiva. -----

Este modelo permite que uma empresa, supostamente que não deveria - que é, no fundo, o início do grupo em termos daquilo que é o abastecimento de água - dar prejuízo para que depois uma seguinte na cadeia que tem 49% do privado tenha depois lucro. Portanto, é uma coisa que não se percebe. -----

O Senhor Presidente da Câmara dizia há pouco que os entes públicos não tinham a vocação para a questão dos transportes públicos. Terá o Município da Covilhã e esta gestão vocação para gerir tudo isto? -----



Não pode esta Assembleia cumprir com as suas competências de acompanhamento e de fiscalização referidas na alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 se a Câmara Municipal não apresentar relatórios e contas e planos e orçamentos das empresas do perímetro municipal. Exige, para além do cumprimento da Lei, a transparência, o rigor e o respeito pela competência dos órgãos. -----

Dizer ainda que acho que deveria ser apanágio da Câmara Municipal chegar aqui e apresentar as contas.” -----

Referiu que achava que o Senhor Presidente da Câmara ou “algum membro do Executivo, por seu intermédio”, deveria chegar aqui e apresentar as contas das empresas municipais e que só depois se deveria dar a palavra aos membros municipais para fazerem as suas intervenções. “Era o mínimo que se poderia esperar.” -----

- **Dr. Vasco Júlio Morão Teixeira Lino (Movimento “Covilhã Tem Força”):** Referiu que foi “completamente induzido em erro pela redação do email. Para mim, teriam sido retirados da Ordem de Trabalhos estes dois pontos e, em boa verdade, não apreciei as contas nessa convicção. Embora tivesse detetado alguns aspetos que seguramente levantariam várias questões, em boa verdade, não as apreciei e aí não me resta mais do que dar a mão à palmatória e abster-me-ei na votação.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD): (doc.33)** “Solicita-nos o Senhor Presidente da Câmara que nos pronunciemos sobre as Contas Consolidadas de 2021, do Município da Covilhã. -----

*Este documento das contas consolidadas é enganador e pouco transparente.* -----

*É enganador porque é apresentado sem dar conhecimento das contas individuais das principais empresas locais que estão incorporadas no perímetro de consolidação municipal – situação obrigatória ao abrigo do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (RJAELPL).* -----

- Onde está o Relatório & Contas de 2021 da ICOVI e o respetivo relatório do ROC? -----

- Onde está o Relatório & Contas de 2021 da ADC e o respetivo relatório do ROC? -----

- Onde está o Relatório & Contas de 2021 da PARKURBIS e respetivo relatório do ROC? -----

- Onde está o Relatório & Contas de 2021 da Associação PARKURBIS e respetivo relatório do ROC? -----

*Como pode este órgão se pronunciar sobre a situação financeira do grupo municipal da Covilhã sem estas peças fundamentais na compreensão das relações entre empresas municipais e terceiros?* -----

*Dando como exemplo, os diversos movimentos de consolidação que necessariamente foram efetuados. Sem as contas individuais das empresas municipais não é possível avaliar o resultado desses movimentos de consolidação.* -----

*Esta forma de atuação revela opacidade sobre as relações destas empresas.* -----

Se alguém conseguir apreciar Contas Consolidadas, sem as contas individuais de cada uma das empresas municipais, significa que não sabe do que está a falar. -----

As contas das empresas municipais estão encerradas desde 31 de março de 2022, há quase 3 meses! Não se entende porque não foram remetidas as contas individuais, em observância do já referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, para uma análise rigorosa e atempada das contas consolidadas e para que este órgão possa desempenhar as suas funções legais de acompanhamento e controlo das referidas empresas. -----

Assim, referimos que, nos termos do n.º 2 do supracitado artigo 42.º, **a violação do dever legal de informação** de forma completa e atempada, previsto no n.º 1, **implica a dissolução dos respetivos órgãos das empresas locais.** -----

Qualquer afirmação de que “está tudo bem” no universo das empresas municipais é contrariado, sistematicamente, por documentos como o anuário financeiro, em que ano após ano, é apresentado mostrando resultados líquidos negativos. -----

Por outro lado, nos termos da NCP 26, as Demonstrações Orçamentais Consolidadas (que no documento apresentado se encontra na página 27) são as demonstrações orçamentais do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação **como se de uma única entidade se tratasse.** -----

As demonstrações orçamentais consolidadas, que constituem um complemento, e não um substituto, das demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações internas, que vêm especificados na própria norma, para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos das entidades que compõem o perímetro de consolidação. -----

No entanto, as **Demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas** (página 27) **são única e exclusivamente as demonstrações individuais do município da Covilhã!** -----

Ou seja, por outras palavras, existe uma incoerência entre as Demonstrações orçamentais consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, traduzidas pela diferença entre o «Saldo para a Gerência seguinte» (7 282 801,69 €) e o valor apresentado na rubrica do balanço «Caixa e depósitos» (9 107 433,90 €). -----

Relativamente ao mapa Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza também nos sugere que haja incoerências e erros de informação, pois vejamos: -----

Sendo que uma **Obrigação orçamental** é um compromisso orçamental que se constitui em contas a pagar e um **Direito** liquidações de receita que se constitui em contas a receber do qual se espera influxos de caixa futuros. -----

- O mapa que apresentam tem como valor total de Direitos 1.154.086,75 € e de Obrigações 330.545,53 €. -----
- Analisando o ativo e o passivo do Balanço, verificamos que temos contas a pagar e contas a receber de largos milhões de euros. -----

Acresce: -----

A sociedade **Parkurbis** é uma Entidade Pública Reclassificada – EPR, estando assim integrada no Orçamento do Estado e, deste modo, sujeita ao conjunto de regras e procedimentos que disciplinam a sua elaboração e execução, em moldes muito semelhantes aos Serviços e Fundos Autónomos - SFA. -----

As entidades públicas reclassificadas (EPR), passando a integrar o perímetro das Administrações Públicas, deverão passar a utilizar também a contabilidade orçamental. -----

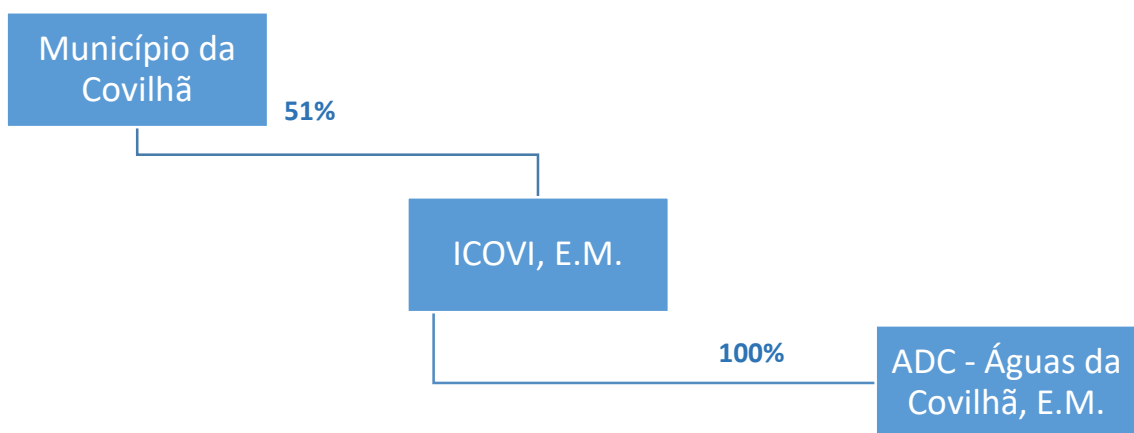
A elaboração do orçamento e dos documentos de prestação deverá ter em conta esta especificidade, implicando assim a utilização do classificador económico em vigor para o setor em que a EPR se enquadra, neste caso deverá utilizar o classificador económico previsto no SNC-AP. --

Perguntamos onde está esse orçamento elaborado nos termos do SNC-AP? O que é que o atual órgão executivo do Município, enquanto maior acionista e no exercício do seu poder de controlo, providenciou relativamente a este assunto? -----

Não só a Lei n.º 8/2012 se aplica às EPR mas também o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, que operacionaliza a LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), e inerentemente a obrigatoriedade da prestação de informação que dela decorre. -----

Assim chamamos a atenção que, de acordo com o artigo 11º da LCPA, a violação do previsto na LCPA incorre em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, para os titulares de cargos políticos, dirigente, gestores e responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação da presente lei. -----

A empresa ADC – Águas da Covilhã é uma empresa local, controlada pelo Município da Covilhã de forma indireta (via ICOVI): -----



Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08, a ADC – Águas da Covilhã, E.M. deveria ter sido dissolvida ou totalmente alienada ao Município da Covilhã ou a terceiros. Durante estes três anos de mandato, e encontrando-se ainda esta situação a violar a Lei

*n.º 50/2012, quais os planos previstos pelo atual órgão executivo para a empresa ADC? Quais as perspectivas?” -----*

*“Por fim, deixar um número que deve ser preocupante: a Icovi tinha, em 2011, gastos com o pessoal de 61 mil euros; em 2021, 425 mil euros. -----*

*Tinha, em 2011, mais de 1 milhão de euros de lucro; em 2021, tem 257 mil euros negativos.” -----*

*- Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS): iniciou esclarecendo que “os relatórios de contas e de certificação das empresas estão disponíveis nos seus sites na internet para consulta geral de todos os cidadãos.” -----*

*(doc.34) “Através da análise aos documentos que nos foram facultados e que dizem respeito à prestação de contas consolidadas do ano de 2021, referente ao exercício financeiro realizado, há vários elementos que na ótica do Grupo Parlamentar do Partido Socialista merecem ser destacados: -----*

- 1. Na rubrica Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos podemos observar um saldo positivo de 11M de euros; -----*
- 2. Todas as empresas e entidades que pertencem ao grupo do Município Covilhã tem um EBITDA positivo; -----*
- 3. Na caixa e seus equivalentes, observamos um valor de 9M de euros; -----*
- 4. O total do passivo diminui em cerca de 5M de euros; -----*
- 5. Os financiamentos obtidos diminuem também eles em 5M de euros; -----*

*Fica evidente através destes dados, que o Município tem capacidade para gerar recursos através das suas atividades operacionais, indicando potencial de geração de caixa e é também uma demonstração de produtividade, o que representa a gestão responsável e eficaz que o executivo do Partido Socialista tem feito ao longo dos últimos anos. -----*

*Independentemente de o Resultado Líquido ser negativo, tanto nos Resultados Consolidados como em algumas das entidades do perímetro de consolidação, estes não se traduzem num gasto efetivo de verbas, mas resultam das amortizações e depreciações dos activos cujo valor foi fixado noutros mandatos, muitas vezes de forma artificial, e apenas com a intenção de permitir aumentar o limite de endividamento, como todos tão bem sabemos. Uma análise atenta ao EBITDA que é positivo em 11 Milhões de Euros e posteriormente às depreciações e amortizações que representam 14 M de Euros explica os resultados negativos globalmente e entidade a entidade. -----*

*No que diz respeito ao passivo vemos uma diminuição nos financiamentos obtidos de 5 M de Euros, uma marca deste executivo e do Partido Socialista – fazer e Pagar. Fazer, pagar e pagar o que outros fizeram! -----*

*O valor de Caixa e seus Equivalentes apresentado para o fim do período permite afirmar que temos, portanto, uma Câmara que tem capacidade para cumprir as suas obrigações, uma Câmara de contas certas e que num exercício eficaz e responsável, consegue continuar a investir no concelho sem comprometer a saúde financeira do Município e o futuro dos Covilhanenses!” -----*

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “Refutar, com toda a clareza, a primeira das afirmações a dizer que o documento é enganador e pouco transparente. É desrespeitar o trabalho dos técnicos que as elaboraram e que as fazem de forma competente, isenta e objetiva. -----

Em segunda linha, é também não respeitar o trabalho feito pelo auditor externo ou, então, quando leem de forma truncada aquilo que mais à frente vou rebater relativamente à alegada dívida, na prática deviam ler a conclusão que fez com que este documento aqui viesse. Não poderia nunca vir este documento ao Executivo nem à Assembleia Municipal se não tivesse sido devidamente auditado e revisto e demonstrasse conformidade com a Lei. Se houvesse irregularidades, o auditor externo teria que as participar e não vos participou nenhuma. -----

Diz o parecer do Revisor Oficial de Contas: *“Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que, as demonstrações financeiras consolidadas suprarreferidas e o Relatório consolidado de gestão, estão preparados de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação pelo Órgão Executivo e pela Assembleia Municipal do Município da Covilhã.”* Portanto, qualquer outra coisa que venham para aqui dizer é deturpar aquilo que é objetivo e aquilo que o auditor diz. -----

Conforme decorre do parecer do Revisor, isto está em conformidade, não existe qualquer irregularidade, estando as contas consolidadas em conformidade. -----

A dívida – Em primeiro lugar, dar uma nota que já a referi em conferência de imprensa que é uma realidade: o Município não deve ao Município! Isto são fluxos financeiros entre as empresas e a própria Câmara Municipal. -----

Já agora, esta consultoria, sabem de onde ela vem? Vem daquele acordo parassocial que eu, na condição de Vereador da Oposição, votei contra e disse por que é que votava contra (e está em ata). É uma consultoria encapotada. Isto tem origens remotas no tempo. Esta consultoria é com o privado e é o que estamos, todos os Covilhanenses, a pagar ao privado porque alguém consentiu que o negócio fosse feito desta maneira. Que ninguém tente colar à minha pessoa um negócio que não celebri! Não fui eu que vendi as Águas da Covilhã aos privados! Isso é deturpar a verdade histórica. -----

Mais relevante é que, quando analisamos as contas consolidadas, é preciso perceber que são movimentos intragrupos e esses movimentos acabam por demonstrar que estamos a falar de braços armados da Câmara, não obstante a presença do privado com a sua parte de leão que tem nas Águas da Covilhã, para não falar depois também nas Águas da Serra que, como sabem, nunca foi registada contrariamente àquilo que foi aqui dito. Ficou a constar do contrato, também celebrado na mesma altura, que nas Águas da Serra tínhamos uma participação de 30%. Mas, como os lucros foram antecipados, não temos lá nada! E o que estou a fazer? Estou a fazer aquilo que disse, e os Covilhanenses concordaram votando maioritariamente na lista a que eu presidia quando concorri da última vez a este Município, que é resgatar a concessão e está em curso o trabalho conducente a isso. Estamos a tentar a via consensual. Se a via consensual não resultar, é o tribunal, que já o fez noutros pontos do país com sucesso. É isso que está a ser feito para que os Covilhanenses não continuem a ser espoliados pagando uma fatura elevadíssima em termos de saneamento. Estes valores não são dívidas. Tecnicamente são provisões e acréscimos de proveitos.

O PARKURBIS – Falam sempre no Parkurbis. É uma espécie de obsessão, desvalorizando o Parkurbis e valorizando o vencimento do respetivo administrador. Mas ninguém diz que há uma dívida que está lá e que está a ser paga e, como esta não é uma empresa vocacionada para o lucro, temos que pagar a dívida e não venham dizer que é para pagar o vencimento. -----

Depois fico de alguma forma estupefacto quando oiço afirmações *isto era melhor a Câmara agarrar no Parkurbis e administrá-la ela diretamente*. Eu pergunto: o que é que se alterou para que digamos à nossa Universidade *olhe não os queremos cá como parceiros?* O que é que se alterou para dizermos ao IAPMEI *não os queremos cá como parceiros?* O que é que se alterou para dizermos à Fundação Luso-Americana *não os queremos cá como parceiros?* -----

Depois falam em anuários, em análises... esquecem-se que as empresas municipais são braços armados da Câmara. Se me disserem que a AdC não deveria lá ter um privado, eu também não queria o privado, mas é a realidade que temos e é assim que temos que trabalhar. -----

Depois, vêm com a norma de contabilidade pública 26, fazendo com que ela diga uma coisa que não diz, dando uma reviravolta quando, na prática, na página 7 onde se refere, e passo a citar, *“conforme decorre da faqs 18 emitida pela Comissão Nacional de Normalização Contabilística, as entidades incluídas no perímetro de consolidação orçamental são diferentes das que constam do perímetro de consolidação financeira.”* Aqui está! São coisas distintas e temos que tratar distinto o que é distinto. O perímetro de consolidação da norma contabilística pública 26 é clarinho nesse domínio! Portanto, no que se refere ao Município da Covilhã, as demonstrações orçamentais consolidadas são diferentes das financeiras até porque têm uma contabilidade diferente: uma tem o SNC-AP e a outra não. -----

Vieram aqui com outra deturpação: obrigação orçamental. Uma obrigação orçamental constitui-se em contas a pagar, mas nem todas as contas a pagar são obrigações orçamentais. Dou um exemplo para que fique mais claro: uma verba cobrada para entregar a terceiros é uma conta a pagar, mas não é uma obrigação orçamental. -----

Uma liquidação de receita é uma conta a receber, mas nem todas as contas a receber são liquidação de receita. Um exemplo: um acordo celebrado relativo ao pagamento de uma receita com efeitos diferidos em anos seguintes, só no ano do seu recebimento é que se procede à liquidação da receita e vai à conta a receber. -----

Concluindo, acho que o imperativo é reconhecer que a atual gestão autárquica devolveu credibilidade financeira e orçamental ao Município da Covilhã, coisa que ele não tinha. Passámos a pagar a tempo e horas; já diminuámos o passivo geral em 98 milhões de euros. Essa é a realidade e, ao mesmo tempo, fazemos obra (Teatro Municipal, Centro de Inovação e Empreendedorismo, Centro de Inclusão Social, miradouros, intervenção nos bairros sociais da Alâmpada, da Biquinha, do Tortosendo, as estradas que estamos a requalificar e que fomos requalificando ao longo dos anos, aumentámos o apoio às freguesias e às, associações, ...). -----

-

Termino como comecei: apesar da Troika, apesar da pandemia, apesar da guerra e da inflação, cá estamos nós governando e decidindo. Foi o que fizemos. Não fizemos tudo perfeito, mas fizemo-lo bem.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Dar um ligeiro esclarecimento porque foi dito uma coisa que eu não disse. -----

Em parte nenhuma daquilo que eu falei sobre a norma de contabilidade pública 26, eu disse que as demonstrações orçamentais eram as demonstrações financeiras. -----

Relativamente aos documentos individuais das empresas municipais, fomos consultar o site e eles, de facto, não estão lá. Temos fotografias dos sites em que não estão as contas.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Prestação de Contas Consolidadas 2021** foi a mesma **apreciada e votada por maioria, com 24 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Orjais, Peso e Vales do Rio), 10 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP e PCP) e 02 abstenções (MPT-PPM-A e Presidente da União de Freguesias de Barco e Coutada).** -----

**Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD) e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Sobral de São Miguel, Unhais da Serra e Covilhã e Canhoso.** -----

**O Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP): (doc.35)** “*Declara-se que se votou contra estas contas consolidadas do município da Covilhã pelas seguintes razões:* -----

- 1- *O que foi referido na minha intervenção, tal como na do sr Presidente, foi a leituraipsis verbis do que consta do relatório do Revisor Oficial de Contas que está disponível na página da Águas da Covilhã, e cuja gravidade está demonstrada e carece de ser averiguada.* -----
- 2- *Independentemente dos documentos de prestação contas estarem disponibilizados nas respetivas páginas das empresas municipais, a verdade é que é obrigação desta assembleia municipal exigir que estes relatórios sejam enviados diretamente a cada um dos membros desta assembleia municipal e não se pode mandar consultá-los. Estes elementos, os relatórios de contas individuais, têm de vir e acompanhar a prestação de contas consolidadas.* -----

*Dizer-se como se diz aos membros desta assembleia, vão consultar, é, meu entender, para além de uma irregularidade, uma enorme falta de respeito pelos membros desta Assembleia* -----

- 3- *Ficamos a saber, pela intervenção do sr. Presidente de Câmara, que desistiu de impugnar o acordo parassocial da ADC, que, há alguns anos, tinha anunciado publicamente que ia fazer, a bem ou a mal...* -----

*Porque, afinal de contas, assume e interioriza todas estas movimentações financeiras que estão demonstradas como normais e que sr presidente justifica como uma atuação de um braço armado do município... -----*

*e peço desculpa, mas considero que classificar as empresas municipais como de “braço armado” do município é manifestamente infeliz e uma falta de respeito pelas empresas municipais, porque é uma expressão que está associada ao terrorismo e penso que as empresas municipais, não obstante os graves indícios que existem, não merecem ser associadas a qualquer noção de terrorismo financeiro do município, pelo que sendo uma expressão, manifestamente infeliz, deveria ser retirada e corrigida nessa medida. -----*

*Concluindo, se estas contas revelam a prática que está a ser cumprida por esta câmara há oito anos é porque, ao contrario do que diz, aceita este estado de coisas e atuação como inevitável, e por isso continua a fazer mal e por isso, não concordando com tais práticas, se tem de votar contra estas contas consolidadas.” -----*

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do PSD votou contra o documento da Prestação de Contas Consolidadas pelas razões antes enunciadas pelo meu colega Jorge Vaz. Acho que acresce, porque já tinha sido falado antes, que não há resposta ao requerimento apresentado pela bancada sobre os relatórios trimestrais que as empresas municipais estão obrigadas a enviar ao Executivo, que não são os mesmos que foram projetados aqui, não entrando sequer na discussão, e incorreu aqui em incumprimento legal.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou o uso da palavra para dizer ao Membro Municipal Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), em defesa da honra, que “não admito a nenhum dos Senhores Deputados que me diga que expressões hei de utilizar porque não ofendi ninguém. -----

Bem sei que alguns não têm um vocabulário tão rico, nem uma imaginação suficientemente consentânea com estas expressões que se utilizam e que são recorrentes na linguagem política, financeira, ... sei que não é a sua praia, nem a sua área. -----

Dar nota que, quem sabe um bocadinho de direito, sabe que não podíamos trazer aqui este documento e o Senhor algum dia vai perceber por que é que este documento não vai à Assembleia Municipal, nem à Câmara.” -----

### **2.3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com na alínea c), o n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3018 de 2022.06.20 e seus anexos. -----



- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra **para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Dá-me ideia, nos meus poucos conhecimentos de contabilidade, que esta não é uma alteração modificativa, mas sim permutativa porque não modifica o orçamento, mas permuta os valores de um lado para o outro. Portanto, de alguma forma, erradamente e mencionado na ata e no documento está como alteração modificativa e é sim permutativa. -----

Depois, não deixamos de verificar e de estranhar, de alguma forma, que seja a 8.ª declaração e não a 7.ª como o Dr. Vasco Lino mencionou, mas é a 8.ª alteração em seis meses e, portanto, traz-nos alguma preocupação relativamente à elaboração do orçamento em si mesmo. -----

Mais. Esta permutação de valores deixa-nos ainda mais preocupados porque isto não é mais do que um desinvestimento nas freguesias, transferindo o valor que estava previsto ser investido nas freguesias para uma artéria da cidade da Covilhã.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Concordando com aquilo que foi dito, esta é, de facto, uma alteração orçamental permutativa. Foi assim que foi aprovada na Câmara Municipal e, portanto, não é uma alteração modificativa porque se retira 100 mil euros de uma rubrica de “conservação da rede viária e caminhos municipais” para criarem uma nova rubrica “requalificação das acessibilidades na Alameda Pêro da Covilhã”. -----

Se nós conhecemos a rede viária do Concelho da Covilhã e sobretudo os caminhos municipais, que estão num estado deplorável, é no mínimo ofensivo das pessoas que vivem nas freguesias e que são usufrutuárias destes caminhos dizer-lhes que afinal de contas o pouco valor que já lá estava ainda vai ser retirado quase metade para se aplicar numa artéria da cidade da Covilhã e apenas na cidade. -----

Pessoalmente, e sabendo do mau estado dos acessos da Alameda Pêro da Covilhã e da necessidade da sua intervenção, não se pode concordar com esta retirada de metade do orçamento previsto para os caminhos municipais e exigia-se efetivamente não uma alteração permutativa, mas verdadeiramente um orçamento retificativo com mais dinheiro do que aquele que há (basta ver o que já se pagou para as empresas municipais) e para reforçar estes investimentos essenciais para todas as populações do nosso Concelho.” -----

- **Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Venho aqui apresentar uma visão e uma análise diferente deste documento e evidenciar que nesta alteração modificativa do orçamento conseguimos constatar mais uma vez o planeamento estratégico do Município, o dinamismo elevado que tem

permitido uma elevada capacidade de obtenção de financiamento através de programas a fundos nacionais e europeus porque, corrijam-me se estiver enganado, esta observação evidente recai naquela nova rubrica precisamente aqui referida que permite candidaturas a fundos europeus para a requalificação das acessibilidades da Alameda Pêro da Covilhã que não tinha possibilidades de ser executada com verbas resultantes de candidaturas a fundos e agora passa a ter 100 mil euros para esse fim já este ano, o que não invalida a utilização dessas mesmas verbas em intervenções nas freguesias do Concelho da Covilhã. -----

Tendo em conta isto, o grupo parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente esta alteração modificativa do orçamento. É mais uma prova de confiança na gestão que o Executivo tem levado a cabo ao longo dos últimos mandatos e que já valeu, à Câmara Municipal inclusive, o lugar no Top 10 dos municípios a nível nacional com maior taxa de sucesso no aproveitamento de candidaturas, precisamente de fundos comunitários.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Das oito modificações, todas vieram à Assembleia Municipal mesmo que sejam permutativas? Não vieram. Então, não têm que vir. Tem que vir porque é a inclusão de uma nova rubrica que não existia. -----

Peço aos 15 presidentes de junta que ainda cá estão que tenham isto em consideração e que os documentos são efetivamente para ler. É criada, de facto, uma nova subrubrica. Houve alterações permutativas que não vieram cá. Darem a explicação que tem que cá vir à Assembleia Municipal comigo não pega. Vem cá por alguma razão, até porque num sítio escreve-se permutativa e noutros sítios escreve-se modificativa e quero esclarecer isto desde já. Na Ordem de Trabalhos está modificativa; nos documentos está permutativa. É o quê afinal? -----

Aquilo que acontece é que a criação desta rubrica “requalificação das acessibilidades da Alameda Pêro da Covilhã”, fazendo que em 2022 se criam 100 mil euros e se tira a uma rubrica geral de “conservação da rede viária e caminhos municipais”, está a retirar 700 mil euros a uma rubrica que se chama “pavimentação de arruamentos nas freguesias”. Isto não pode ser de ânimo leve! Porquê? Se a gente precisa de 100 mil euros este ano, então para se fazer a candidatura que se faça. Mas por que é que se retiram 400 mil euros em 2023 para as freguesias? E por que é que se retiram 300 mil euros em 2024 para as freguesias? São precisos?! Então, a requalificação na Pêro da Covilhã quanto custa afinal de contas? 800 mil euros? Mais o dinheiro que é financiado? Ou, afinal de contas, é tudo dinheiro do Município? Afinal de contas, há alguma candidatura? Então, se há uma candidatura em quanto fica a requalificação? Em quanto é financiada? É a 50% e custa 1.600.000€? -----

O que precisamos, mais uma vez, é que há um ponto na Ordem de Trabalhos e o Senhor Presidente ou delegava no Dr. Júlio Costa ou no Vereador responsável pelas finanças que vá ali e explique o que é que está aqui, que é para não criar dúvidas.

A propósito de um projeto comunitário em que precisamos de lá pôr a comparticipação do Município de 100 mil euros, estamos a tirar 700 mil euros a uma rubrica que se chama “pavimentação de arruamentos nas freguesias” em detrimento da cidade da Covilhã. Digam lá se não é assim ou se estou muito enganado e se estou aqui a cometer uma grande injustiça.” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “Em primeiro lugar, quero recordar que, apesar de os Senhores Deputados e eu reconhecer que nem todos têm a informação financeira, mas aqueles que a têm, não se podem esquecer que o Orçamento é uma previsão. Não é um documento inflexível. Não é um documento imutável. Não é um documento petrificado. Não fica imortalizado como a obra de um pintor que fica para o todo e sempre. É orientador e tem de ser alterado em função das necessidades. -----

Por definição, um orçamento é um documento previsional. E, quando digo que é uma modificação permutativa, estou a falar português. -----

Vejam este absurdo: retirar valores às freguesias. Esta obra, querem ver que é feita em Marte! As obras não são feitas nas freguesias? Esta é uma obra que é feita numa freguesia! -----

É muito fácil compreender isto. Estamos a transferir dinheiro de um projeto genérico para um projeto específico que está candidatado a fundos comunitários. E os projetos candidatados a fundos comunitários ora se têm que reforçar ora pode sofrer uma alteração em que se retira (normalmente é reforço) e também as candidaturas a fundos comunitários não são inflexíveis e têm que se adaptar às circunstâncias, daí o entrar ou o sair de dinheiro e haver esta permuta modificativa. -----

Outra coisa: confundem isso com retificações. A seu tempo, será objeto de retificação em função da candidatura aprovada.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Para o Senhor Presidente da Câmara 800 mil euros é uma coisinha! -----

Essa questão da retificação era noutra nomenclatura. Isso já não está escrito na Lei. Existem alterações modificativas e alterações permutativas. -----

Não havia 100 mil euros noutra rubrica qualquer que não fosse rubrica de freguesias e ainda por cima em arruamentos? -----

As perguntas ficaram por responder. Quanto é que custa a intervenção? O projeto candidatado foi de quanto? Qual é que é a participação desse fundo? Qual é que é o fundo?” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “Afinal, o Senhor quer ou não quer obras na sua freguesia? Parece que não quer! Se votar contra isto, está a dizer que não quer a obra na sua freguesia! E vamos ter que dizer aos seus fregueses que o Senhor não quer votar favoravelmente uma coisa que é a favor da sua freguesia!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **8.ª Alteração Permutativa do Orçamento 2022 – Despesas/ GOP/ PPI**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 25 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 04 votos contra (PCP e MPT-PPM-A) e 07 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP)**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Sobral de São Miguel, Unhais da Serra e Covilhã e Canhoso.** -----

**O Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Abstivemo-nos nesta matéria porquanto em termos técnicos, como muito bem foi dito, existem alterações modificativas ou permutativas. Não existem alterações cumulativas como o Senhor Presidente da Câmara aqui quis fazer crer às pessoas. Portanto, não há alterações permutativas modificativas. -----

Não podemos votar favoravelmente esta proposta, não tanto pela obra em si - que se reconhece a necessidade na Alameda Pêro da Covilhã -, mas não podemos concordar com esta visão redutora e completamente centralizadora das obras municipais serem feitas na sede de Concelho com um sinal claro que vai abandonar ainda mais os caminhos e as vias municipais, nomeadamente no resto das freguesias. -----

Isso é uma visão com o qual nós nunca podemos pactuar.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Ficámos a saber que para o Senhor Presidente da Câmara 800 mil euros é uma minudência. -----

Ficámos também a saber que, para o Senhor Presidente da Câmara, um orçamento é apenas um instrumento que aqui traz para cumprir calendário até porque, muitas vezes, quando pedimos determinada coisa diz que *não pode ser este ano porque não estava contemplado no orçamento*. -----

O que aqui ficou patente foi que o Senhor Presidente não respondeu às perguntas concretas, que foram desviados 700 mil euros de uma rubrica que diz “pavimentações nas freguesias” para 2023 e 2024 e ficámos sem saber o valor da obra da Alameda Pêro da Covilhã. -----

Se o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã quiser fazer a política que estava a querer insinuar - que por causa de eu me declarar sobre esta situação e de ver o todo e não ver só a árvore -, se quiser fazer esse tipo de política e dizer aos fregueses da Boidobra que o Senhor Presidente da Junta não quer lá obra, faça essa política. Para essa lama eu não vou e por isso votámos contra.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: “Votámos favoravelmente esta alteração confiando, na parte da Câmara Municipal e no Senhor Presidente, que as obras que se encontram por realizar no Peso e Vales do Rio, apesar da EM 513 já estar alcatroada, sejam feitas da mesma forma com estas verbas ou com outras que o Senhor Presidente resolva modificar porque como disse, e muito bem, o Orçamento pode ser modificado e esperamos que, se for necessário, o modifique.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, em defesa da honra, respondeu ao Senhor Presidente da Junta da Boidobra, relativamente à expressão utilizada “lama”, que “o Senhor se quiser mexer na *lama* atire-se para lá o Senhor e não atire para lá os outros!” -----

#### **2.4 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE PERABOA - DESPESAS DE GESTÃO E FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO DA EB/JI PERABOA – ANO LETIVO 2021/2022 (RETIFICAÇÃO)**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3019 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Membro Municipal **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)** que iniciou dizendo: “Na informação de 4 de março de 2022 da Divisão da Educação, Ação Social e Saúde, com a referência I-CMC-2022/418, passo a citar: -----

*“Proposta Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Peraboa, para pagamento das despesas correntes do funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa – Ano letivo 2021/2022.” -----*

É proposto a celebração de contrato de delegação de competências pelo valor global de 300 euros. Esta proposta veio à Assembleia Municipal a 9 de maio de 2022 e foi aprovada por unanimidade.

Hoje, a mesma proposta volta à Assembleia Municipal para retificação. Esta retificação é exclusivamente para alterar o valor global de 300 euros para o valor mensal de 300 euros. -----

Senhor Presidente da Câmara, um erro todos nós cometemos, mas esta proposta ainda cá voltará para fazer mais uma retificação! É que o número de contribuinte da Junta de Freguesia também não está correto! Pela segunda vez!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Retificação do valor do Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa - Despesas de gestão e funcionamento do refeitório da EB/JI Peraboa – Ano Letivo 2021/2022**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 37 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, PCP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 1 abstenção (MPT-PPM-A)**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.**

## 2.5 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE TEIXOSO E SARZEDO - REFEIÇÕES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3021 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “O presente protocolo vem demonstrar, uma vez mais, que as juntas de freguesia têm de avançar com dinheiro que não têm para financiar despesas da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, ainda que haja delegação de competências. -----

Como é possível estarmos no final do ano letivo 2021/2022 e só agora se estar a proceder à assinatura de um protocolo para pagar as refeições que já foram fornecidas? Dinheiro que a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo já disponibilizou e agora tem de fazer a demonstração da despesa para reaver esse dinheiro. Tal processo moroso e burocrático asfixia a tesouraria de qualquer junta de freguesia. -----

Este protocolo deveria ter sido assinado antes do início do ano letivo, ou seja, agora já devíamos estar a assinar o protocolo para o ano letivo de 2022/2023. -----

Senhor Presidente da Câmara, um erro todos nós cometemos. Já o referi na intervenção do ponto anterior, mas vários erros no mesmo documento dá uma grande trapalhada. Neste protocolo também o NIF da União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo não está correto. Falta de atenção por certo! -----

E já agora: como assina um protocolo com a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo e inclui o Jardim de Infância e Escola Básica do Canhoso no mesmo protocolo?! Houve alteração dos limites da freguesia sem vir a esta Assembleia?!” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** sugeriu que em todos protocolos fosse incluída uma cláusula onde constasse “as datas das deliberações quer da Assembleia Municipal quer das Assembleias de Freguesia que acaba por ser o que confere valor jurídico a cada um dos protocolos. -----

A segunda sugestão vem também na sequência de evitar constrangimentos nas tesourarias das juntas de freguesia e que podia ser a utilização de uma metodologia de financiamento destes protocolos como já é utilizada, por exemplo, nos projetos de financiamento comunitário em que havia uma percentagem de valor adiantado na assinatura do protocolo, que teria um período de tempo para ser justificado com as respetivas faturas e recibos (comprovativos de pagamento), até de valor superior ao próprio adiantamento, e depois mais um ou dois pagamentos até ao fecho total do valor do protocolo.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Refeições**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.** -----

## 2.6 - PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE PAUL – OBRAS DE CALCETAMENTO NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3023 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Paul – obras de calcetamento no Santuário de Nossa Senhora das Dores**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “A bancada do grupo municipal do Partido Social Democrata votou a favor porque são investimentos que desenvolvem as comunidades locais do Concelho da Covilhã e que vemos com bons olhos para o desenvolvimento das nossas terras e acreditamos que possam contribuir para um futuro melhor para elas.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “A bancada do CDS votou favoravelmente estes protocolos de apoio porque quem acompanha a vida nas freguesias sabe das necessidades que existem na concretização destas obras, mas também na convicção e esperança de que a Câmara Municipal irá honrar pontual e tempestivamente todos os compromissos assumidos desta maneira, por forma a não criar mais contingências nos orçamentos das juntas de freguesia.” -----

## 2.7 – PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA – CENTRO INTERPRETATIVO DO AZEITE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3027 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Centro Interpretativo do Azeite***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

***Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.*** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. -----

## 2.8 – PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO – CENTRO INTERPRETATIVO DO BRULHÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3029 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Centro Interpretativo do Brulhão***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----



***Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.*** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. -----

#### **2.9 – PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE FORMOSO E ALDEIA DE SOUTO – AQUISIÇÃO DE TRATOR**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3030 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto – Aquisição de Trator***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

***Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.*** -----

#### **2.10 – PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DO TEIXOSO E SARZEDO - INTERVENÇÕES A REALIZAR NAS INSTALAÇÕES DA PISCINA DO TEIXOSO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3031 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo - Intervenções a realizar nas instalações da Piscina do Teixoso**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. -----

#### 2.11 – PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DO TEIXOSO E SARZEDO – CONSTRUÇÃO DE PARQUE INFANTIL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3035 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo – Construção de Parque Infantil**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Votamos favoravelmente com a salvaguarda que falta a página 1 da minuta no documento anexo e, portanto, não sabemos o que lá está escrito nessa página.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. -----

## 2.12 PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DO DOMINGUIZO – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3033 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Os Deputados da bancada do grupo parlamentar do PSD e do CDS leem os documentos com muita atenção e, de facto, encontrar um erro num é normal (só não erra quem não faz), agora quase todos eles com os NIF’s errados, por favor! Acho que não dá uma boa imagem aos serviços municipais! -----

Relativamente ao 2.12, realmente no contrato com o Dominguiço também o NIF está errado e trata-se, pelo o que entendi, da aquisição de um imóvel com o valor que está contemplado neste protocolo. -----

O que gostava de saber era: que imóvel é e para que efeito é?” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** “O Presidente da Câmara gostava de ter tempo para poder verificar os NIB’s, os números de contribuinte e o nome correto, exato, definitivo e rigoroso de todos os documentos, mas como sabem é humanamente impossível. Tal como também é humanamente compreensível que os serviços tenham os seus pequenos lapsos. -----

Agradeço-vos muito as vossas preocupações por estes pormenores, mas o que gostava era que colocassem questões que fossem questões de fundo. Quando os meus ilustres Deputadas e Deputados Municipais têm, como principal modo de intervenção, o número de contribuinte ou o nome que se vê que é um lapso de escrita, isso diz tudo do conteúdo, da densidade, da oportunidade, da profundidade com que a oposição está a debater os assuntos. -----

Este edifício tem, por finalidade, instalar o Posto Médico lá da terra. O vosso colega de Assembleia está confrontado com um problema que é o de pagar uma renda quando tem a possibilidade de

comprar um edifício por um preço razoável e plausível e é um investimento que a Freguesia e o Município faz a bem da saúde dos habitantes da Freguesia do Dominguizo. Portanto, é um dinheiro muito bem empregue.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Senhor Presidente da Câmara, acho que estamos a confundir a estrada da beira com a beira da estrada porque há dois pontos: -----

1º Não está nas competências, nem em qualquer jurisprudência que cabe ao senhor presidente de câmara, opinar sobre a pertinência ou não das questões de um membro da assembleia municipal que fiscaliza o senhor presidente de câmara e não o presidente de câmara a eles; -----

2º Se quiséssemos ser destrutivos, chegávamos aqui e dizíamos *isto está tudo mal*. Não. Vimos votar a favor destas propostas. -----

Se quiséssemos ser maus, perguntávamos *será que o Senhor Presidente no seu último mandato quer deixar mais obra na terra onde nasceu do que nas outras?* Não. Não fizemos isso porque acho que é injusto, porque acho que não é correto. -----

Acho que fica mal ao Senhor Presidente dirigir-se com esses comentários aos membros do órgão.

O NIF estar errado não é assim uma coisa tão menor porque imagino, quando o Senhor Presidente paga a renda da casa, que não transfere o dinheiro para mim, mas sim para o senhorio. Essa é uma questão que me parece importante. -----

Votaremos a favor de todas estas propostas.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Perguntar ao Senhor Presidente por que é que ainda não consta aqui o protocolo da requalificação da sede da Junta de Freguesia da Boidobra.” -

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** “Apesar do ponto não estar em discussão, dizer que assim que tiver disponibilidade financeira, do ponto de vista daquilo que é a nossa intenção de resolver esse problema sério e importante, está para breve.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se estes lapsos dos NIF’s já estavam quando os documentos foram à reunião de Câmara e se alguém levantou ou não alguma questão. Não tinham analisado os documentos?” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Encontramos estes lapsos. Não sei se alguém teve acesso aos documentos antes de serem enviados para a Assembleia Municipal, mas nós, como membros do órgão, só tivemos (e penso que o Deputado Nuno Pedro também) quando recebemos todos.”

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo – Aquisição de Imóvel**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

***Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.*** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. -----

### **2.13 - PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE ORJAIS – REABILITAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 3034 de 2022.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Orjais – Reabilitação da Sede da Junta de Freguesia***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

***Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, o Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva e os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.*** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. ---

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Declaração de Voto com o mesmo teor da do ponto 2.6. -----

### **2.14 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de maio de 2022,

foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2607 de 2022.05.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Temos vindo a assistir, ao longo da vida municipal nesta gestão socialista, à criação sucessiva de conselhos municipais. Sempre votámos favoravelmente e iremos votar favoravelmente na esperança de que eles sejam efetivamente constituídos e as funções sejam exercidas com o intuito de influenciar positivamente a ação das políticas municipais. -----

Porém, até hoje, a verdade é que não vi uma única proposta, sugestão, intenção de qualquer conselho municipal ser plasmada em nenhuma proposta da Câmara Municipal da Covilhã! E isto preocupa-me e acho que deve preocupar o Executivo Municipal no sentido de saber que importância está a dar ao trabalho das pessoas que participam nestes conselhos municipais. -----

A segunda questão, que tem a ver com as eleições dos representantes desta Assembleia Municipal. Por aquilo que conheço da atividade da Assembleia Municipal e nomeadamente do expediente que nos é remetido, não tenho memória de alguma vez algum membro ou representante eleito nesta Assembleia para algum destes conselhos municipais ter prestado contas ou de terem enviado qualquer informação à Assembleia sobre a atividade do órgão em que está em representação da Assembleia Municipal. -----

Portanto, agradecia o reforçar da ideia de que os membros que são eleitos para estes órgãos municipais estão em representação de toda a Assembleia e toda a Assembleia tem direito a saber quantas vezes é que o órgão reuniu, o que é que lá foi tratado e como é que o representante votou ou participou. -----

Agradeço que quem for eleito hoje tenha essa consciência e fazer esse report ao órgão que o elegeu.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS):** “Em defesa da honra, porque já começam a ser demasiadas as faltas de comunicações que as bancadas da oposição apresentam sistematicamente nesta Assembleia, o que está a ser agora aqui apontado e acusado tem, por completo, ausência de fundamento naquilo que é a realidade. -----

Na última Assembleia Municipal, a minha pessoa, enquanto membro eleito por esta Assembleia no Conselho Municipal do Desporto, em período de Antes da Ordem de Trabalhos, apresentei aquilo que foi feito, aquilo que está a ser desenvolvido no Conselho Municipal do Desporto. -----

Esta é uma realidade e isto é algo que acontece. Estarmos aqui a levantar questões inexistentes e se alguém quiser que alguém venha a esta Assembleia apresentar contas que assim o faça, mas convoquem-nas e que estejam cá.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Em relação a essas situações, posso dizer que o antigo Presidente da Junta de Freguesia do Barco e Coutada, o Prof. Luís, foi várias vezes à Assembleia Municipal a explicar e a dar conhecimento sobre o cargo que ocupou. -----

Eu, enquanto membro de uma IPSS, também faço questão de perguntar às IPSS's se precisam de alguma coisa e a dar conhecimento das reuniões em que participo. -----

É evidente que nem todos fazem isso, mas não podemos dizer que não vem nenhum.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Perante a indignidade da intervenção e lamento do Senhor Deputado, o que o Senhor Deputado aqui fez foi uma profunda desconsideração pelo trabalho desta Assembleia, pelo trabalho do Executivo Municipal e pela sua Vereação e, mais do que isso, pelas pessoas que estão dedicadas a trabalhar nestes conselhos municipais. -----

O Senhor Deputado deveria saber que aquilo que hoje é feito é a validação desta Assembleia de uma lista que é de acordo com o Regulamento do Conselho Municipal de Educação, onde a larguíssima maioria aqui eleitos são indicados pelas escolas, pelos encarregados de educação, ... por uma infinidade de gente e instituições que nada têm a ver com o Partido Socialista nem com o Executivo Municipal. -----

O que veio fazer aqui hoje foi apoucar, enxovalhar o trabalho que esta gente genuinamente e generosamente coloca ao serviço da nossa comunidade. -----

Sinto-me pessoalmente envergonhado e - acho que também em nome da bancada do Partido Socialista - acho que este é um momento de vergonha para toda a Assembleia para com estas pessoas. -----

Não é verdade, como aqui já ouviu indignadamente alguns membros de conselhos municipais dizerem que o seu trabalho é valorizado, respeitado e é considerado no âmbito do Executivo Municipal. No caso concreto do Conselho Municipal de Educação, se o Senhor Deputado tivesse o cuidado de se informar de qual é a sua atividade, saberia porventura que o plano educativo municipal é validado, discutido e trabalhado neste órgão; saberia que o trabalho que lá se faz é um trabalho sério, dedicado em prol das crianças e da educação do nosso Concelho.” -----

- **João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A minha honra não foi ofendida, mas a minha consideração foi. -----

Quando fiz a minha intervenção, acho que até o Senhor Presidente da Assembleia concordou comigo que, em termos de informação escrita e informação ao órgão que nos seja transmitida, não houve.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Há aqui alguns Deputados que já pertenceram a uma série de comissões e parece-me profundamente injusto aquilo que o Senhor Deputado João Bernardo está a referir. -----

Há uma série de comissários que fizeram aqui a apresentação dos resultados ou do trabalho desenvolvido nas respetivas comissões que fazem parte e que são representantes desta Assembleia e que prestam efetivamente contas. Portanto, parece-me um bocadinho injusto.” ---

--- **Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – Constituição do Conselho Municipal de Educação**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Tortosendo, Unhais da Serra, Sobral de São Miguel, Covilhã e Canhoso.** -

## 2.15 - REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23 /2019, de 30 de janeiro e para eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Município, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, Capítulo II do Regulamento, através do ofício n.º 2869 de 2022.06.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Fez a mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS)**: A mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: A mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: A mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Queria só fazer uma proposta de alteração à deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Saúde, corrigindo onde se lê “Lei n.º 23/2019” para “Decreto-Lei n.º 23/2019”, que é a norma legal correta.” -----

--- **Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – Regulamento do Conselho Municipal de Saúde da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- Na sequência da aprovação do presente Regulamento, e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, Capítulo II, foi presente à Mesa uma lista do Partido Socialista a propor a Senhora Dra. Daniela Sofia Pereira Correia. -----



- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de Votos a favor	35
- Número de Votos Brancos	04

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu, como representante no Concelho Municipal de Saúde da Covilhã, a Senhora **Dra. Daniela Sofia Pereira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Verdelhos**. -----

## 2.16 - REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para eleição de um Membro da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, Capítulo II do Regulamento, através do ofício n.º 2867 de 2022.06.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Fez a mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS)**: A mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: A mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: A mesma intervenção do ponto 2.14. -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**: “É com tremenda satisfação que assistimos ao conhecimento por parte do atual Executivo de uma sugestão provinda dos partidos da oposição. De facto, e não obstante da falta de entusiasmo na criação do Conselho Municipal da Cultura da Covilhã aquando das eleições autárquicas de 2017, esta iniciativa merece o nosso elogio e louvor. -----

Já a *Constituição da República Portuguesa* equipara o peso e o valor da Cultura aos da Educação, ao congregar o direito a ambas no mesmo artigo. Efetivamente, o acesso dos cidadãos à fruição e

criação cultural promove uma parte imprescindível da educação que à Covilhã diz tanto respeito, tanto pelos milhares de estudantes que acolhe, como pela distinta realidade e diversidade cultural existente por todo o Concelho. -----

A criação do Conselho Municipal da Cultura da Covilhã é, sem qualquer dúvida, fundamental para a promoção de políticas municipais no âmbito da Cultura junto da sociedade civil. -----

Além disso, a existência de órgãos consultivos, como o que se aqui apresenta, promotor de escrutínio, é uma ferramenta essencial no regime democrático e que se pretende cada vez mais colaborativo entre o poder público e a comunidade. -----

Neste sentido de promoção, de acompanhamento, avaliação e de elaboração e reiterando a pertinência do órgão, lamentamos a resposta tardia a uma necessidade ancestral da cidade e Concelho da Covilhã.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “Os conselhos municipais são o que são e têm o papel que têm (que não é muito, mas que podem ajudar a definir políticas – neste caso, culturais). -----

Quanto a este Regulamento, causa-me espécie como é que no seu artigo 6.º (que diz respeito à sua composição) não está, quanto a mim talvez por esquecimento, um representante da Biblioteca ou até das bibliotecas que existem no Concelho e como é que não estão aqui também representadas as “Formas Efémeras”. -----

Podem dizer que no ponto 2 deste mesmo artigo é dito que pode haver três pessoas que são nomeadas por esta composição deste Conselho e dois de elevado destaque cultural na cidade. Apesar de ser importante isso, não é a mesma coisa e, se calhar, retira lugar a essas personalidades que com certeza existem no nosso município e que seria importante participarem neste Conselho.

Queria também deixar à futura pessoa que iremos eleger para o Conselho Municipal da Cultura e que tem a ver com aquilo que é, de facto, o papel do Conselho Municipal da Cultura. Prende-se com aquilo que se chama a “Agenda Cultural”, que felizmente temos muitos eventos, falta é articulá-los. Falta, de facto, construir uma agenda para que as pessoas e todas as pessoas, para que o direito à Cultura se possa realmente cumprir. -----

Neste momento, apesar da grande oferta, é um facto que não conseguimos usufruir da Cultura de um modo como poderíamos se houvesse uma agenda que realmente respeitasse a tipologia de espetáculo, que respeitasse o público ou os diversos públicos. -----

Fica aqui esta salvaguarda e esta intenção, que o representante desta Assembleia faça isso. -----

Uma coisa importante: infelizmente, hoje as nossas estruturas artísticas e culturais precisam de financiamento. Não conseguem subsistir por si próprias. Concorrem ao financiamento da DGARTES e, para concorrerem a esse financiamento, precisam de apresentar projetos de qualidade, projetos bem feitos, bem fundamentados, bem justificados e, para tal, também necessitam de documentos que são passados pela Câmara Municipal, nomeadamente as chamadas “declarações de financiamento”. Seria importante que a Câmara Municipal da Covilhã pudesse fornecer a estas estruturas, que frequentemente recorrem à DGARTES, este tipo de

documentação para que os projetos apresentados possam ter a qualidade e a densidade necessárias para poderem ser financiados.” -----

- **Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Estamos perante mais um passo em frente no que diz respeito ao desenvolvimento da Cultura na nossa cidade. -----

O caminho é longo e não se faz sozinho pelo que ouvir todos aqueles e aquelas que diariamente dinamizam e dão vida a uma área tão importante como é a da Cultura é fundamental para nos afirmar e promover a nossa identidade coletiva. -----

O grupo do Partido Socialista olha também para a criação deste Conselho Municipal de Cultura como mais um sinal de abertura, por parte do município, à cidade e às suas instituições, promovendo a troca de ideias e contribui na construção do Plano Municipal para a Cultura, à semelhança do que fez com a Juventude e, mais recentemente, também com o Desporto. -----

Nos últimos anos, é inegável o aumento das atividades culturais que aconteceram no nosso Concelho com o contributo direto e também indireto da Câmara Municipal da Covilhã, seja através de organizações próprias ou de apoio às instituições e coletividades organizadoras. A prova disso é a “Agenda Cultural” mensal que o Município disponibiliza, através das suas redes sociais e site, divulgando também e promovendo todas as iniciativas que decorrem no nosso Concelho na medida do que é possível – um calendário que ultimamente tem conseguido mais abrangência, fruto da abertura do nosso Teatro Municipal e com a qualidade reconhecida dos vários artistas nacionais e internacionais que têm colocado a cidade no mapa cultural do país. -----

No entanto, na criação deste Regulamento, que visa orientar a ação do Conselho Municipal de Cultura, está bem patente também a importância que é atribuída aos agentes culturais locais. Com esta abertura que lhes será dada para participarem ativamente na construção do presente e futuro da Cultura do Concelho da Covilhã, algo que até aos dias de hoje nunca foi sequer equacionado, o Partido Socialista vota favoravelmente este Regulamento.” -----

--- ***Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – Regulamento do Conselho Municipal de Cultura da Covilhã, foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

--- Na sequência da aprovação do presente Regulamento, e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, Capítulo II, foi presente à Mesa uma lista do Partido Socialista a propor a Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de Votos a favor	35
- Número de Votos Brancos	04

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como sua representante, no Concelho Municipal de Cultura da Covilhã, a Senhora **Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha**. -----

## 2.17 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Obrigado Senhor Presidente por ter, e bem, incluído na Ordem de Trabalhos este ponto como resultado do requerimento potestativo que o PSD fez e obrigado também por ter pugnado pela resposta ao requerimento, que já é o segundo – já foi feito no ano anterior e no mandato anterior também para ser entregue este relatório no prazo normal e que não foi feito. -----

A primeira particularidade é que Portugal é um dos países, de entre uma grande minoria, que tem uma legislação que prevê o Estatuto do Direito de Oposição ao nível local e que não deriva apenas da legislação nacional. Inclusive há outros países que copiaram literalmente quase a legislação portuguesa. -----

O segundo é uma primeira congratulação à Câmara por elaborar o relatório de forma discriminada e olhou, e bem, para relatórios feitos por outras câmaras municipais e selecionou aqueles que são os melhores para fazer a adaptação do *template*. -----

O primeiro problema que quero levantar e, com isso, também propor soluções, tem que ver com aquilo que é feito pela generalidade das câmaras em Portugal, que não é bem feito e que também está espelhado neste relatório, e fica a sugestão para o próximo que é: é uma mera descrição da Lei; não menciona em concreto as iniciativas que são feitas; a linguagem é pouco clara, é vaga e pouco concreta. -----

Um exemplo: foram informados os titulares do direito de oposição sobre diversos assuntos. Quais? Pelo menos dar exemplos. -----

Outro exemplo: foram convidados para, no âmbito do direito de participação, a estarem presentes nos eventos do Município que, pela sua natureza, assim o justifique. Não temos qualquer classificação ou explicação como se operacionaliza essa natureza que assim o justifique e pelo menos um ou dois exemplos. É bom para percebermos o que é um evento cuja natureza assim o justifica e um evento cuja natureza não se justifica. -----

Tem um erro que, para mim, é o principal e crasso, ilegal, que é os titulares do direito de oposição. Menciona que os titulares do direito de oposição são os membros do executivo sem pelouros, os partidos políticos representados nos órgãos e os partidos políticos representados na Assembleia Municipal que não têm representação no Município e os grupos de cidadãos eleitores. Isto está bem, mas não menciona e não consta aqui (esta é uma falha legal) os partidos políticos com

representação na Assembleia da República, mas que não têm qualquer representação a nível local que, pela lei portuguesa, também são titulares do direito de oposição. O que me leva para o segundo erro legal que também se espalha na estrutura do relatório. -----

A estrutura do relatório está dividida, além dos direitos, em cumprimento dos direitos de oposição na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Este é um erro, em primeiro lugar, porque o cumprimento do direito de oposição, além dos direitos menores dentro dos órgãos, é um cumprimento do direito de informação, de participação, de depor, etc., aos partidos políticos, às coligações de partidos e aos grupos de cidadãos eleitores. Portanto, fora do âmbito destes órgãos. O direito de informação não é só, conforme diz, enviar as atas e as informações relevantes para os membros da Assembleia Municipal. É obrigatório que a Câmara Municipal envie para os órgãos locais dos partidos políticos que tenham pelo menos representação na Assembleia da República e isso não foi feito, depreendendo daquilo que aqui está dito e, isso sim, é um grande erro. -----

Outro que acho que é o segundo principal erro (e sugiro alteração), e que aqui carece de total ilegalidade, tem que ver com o prazo. Foi datado e assinado pelo Senhor Presidente da Câmara a 25 de março. Estes relatórios têm que ser publicitados até ao último dia de março de cada ano depois de enviados aos titulares para se pronunciarem eventualmente sobre ele. O PSD recebeu este relatório em abril, portanto depois do prazo, e diz no relatório qualquer coisa como “decorrido o prazo de audiência dos interessados, nenhum dos titulares exerceu o direito de pronúncia”. Isto é mentira, porque o PSD não recebeu o relatório. Parte-se do pressuposto que foi enviado eventualmente, presumo eu, para os Vereadores e que estes não responderam. Os titulares do direito de oposição, volto a dizer, são os partidos, as coligações e os grupos de cidadãos eleitores e o PSD recebeu já depois do prazo final. Mesmo que o tivesse recebido aquando da assinatura do Presidente da Câmara, tinha 5 dias para se pronunciar sobre eventual alteração.

Este objeto de discussão pública que hoje aqui temos corresponde a um direito de contraditório e o relatório peca por pena de ineficácia por também não estar, como é obrigatório na Lei, publicado no site da Câmara Municipal, no Diário ou no Boletim Municipal. Portanto, o documento que aqui temos, na prática, não existe por pena de ineficácia. -----

Relativamente aos direitos em concreto: -----

- Direito de informação: só contempla as duas sessões ordinárias deste mandato. Está incorreto. O relatório é sobre o ano inteiro, portanto, tem que contemplar também as sessões da Assembleia Municipal do mandato anterior. -----

As informações foram dadas, segundo a Câmara Municipal, por aqueles solicitados. A Lei é clara, não é preciso solicitar nada. O acesso aos documentos administrativos deve ser enviado e o principal responsável por garantir o cumprimento deste direito é o Presidente da Câmara Municipal periodicamente aos titulares do direito de oposição sem que estes o tenham que requerer e, da parte do PSD, o único email que recebemos da Câmara até hoje foi com este relatório. Portanto, não foi passada essa informação. -----

Sobre os pedidos de informação, diz que alguns já foram respondidos dentro dos órgãos e não nos partidos e não diz quais e também não diz o cumprimento ou não, como sabemos não tem sido nalguns casos, dos 10 dias do CPA. -----

- Direito de consulta prévia: mais uma vez fala da Câmara e da Assembleia. Não fala extra-órgãos, que é esse o grande direito. Foram disponibilizadas as ordens de trabalho, as atas e a documentação. Isto não é o cumprimento de um direito de informação ou de consulta prévia. Isto é uma obrigatoriedade que decorre da lei geral para o funcionamento dos órgãos. Um direito de consulta prévia é, por exemplo, o orçamento e grandes opções do plano que está mencionado, se não estou em erro, só num dos órgãos e esquece-se de mencionar que convoca os partidos para uma reunião às 11 da manhã para os ouvir sobre as prioridades para o orçamento e grandes opções do plano (O PSD levou 5 propostas e foram aceites 2) e às 5 da tarde do mesmo dia o documento apresentado na reunião das 11 da manhã é enviado para a reunião de Câmara. Portanto, foi um cumprimento meramente formal. Não foi um cumprimento substantivo deste direito para que possam realmente ser acolhidas as propostas da oposição. -----
- Direito de participação: só neste caso é que foram endereçados convites, mas não foram endereçados aos titulares. Foram endereçados aos membros do órgão. -----  
Não fala do direito de intervenção, que é um dos três direitos que decorre do direito de participação e diz algo como “*moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos*” que podiam ter feito nos órgãos. Isto são direitos dos eleitos locais. Não são direitos dos titulares do direito de oposição. Portanto, temos aqui mais um erro e não fala também do terceiro direito genérico que decorre do direito de participação, que é o da oposição dispor de condições para o exercício das funções. Obviamente este é genérico e depende das condições financeiras de cada município. O Porto queixa-se regularmente que em Lisboa há gabinetes de assessoria aos deputados municipais e aos vereadores; Cascais não tem isso e Oeiras tem, pelo menos, dois funcionários alocados a trabalhar só para a oposição como é feito, por exemplo, em outros municípios do país. Não estou a dizer que deem isso à oposição. -----
- Direito de presença e participação (o quarto mencionado): este direito não existe *per si*. É um direito que decorre do direito de participação do terceiro, portanto não pode estar mencionado como um direito autónomo. -----

Menciona a publicação do relatório na página 3, o que não aconteceu e que leva à ineficácia e à sua não-existência formal. -----

Por fim, não diz nada sobre: -----

- o direito a meios de comunicação institucionais próprios da oposição. A oposição, pela lei, tem direito à publicitação das suas iniciativas e opiniões no site do Município, num espaço próprio para a oposição, e no boletim municipal não diz, da parte da Câmara Municipal, o que foi feito para o cumprimento desse direito, embora uma *ferry play* seria e a oposição também não o tem pedido, mas isso não impede que a Câmara não exerça a sua competência. -----

Por último, e para terminar, diz na página 8 que ninguém exerceu o direito de pronúncia. Isto é mentira, é grave e leva a que o relatório formalmente sofra de ineficácia. -----

Senhor Presidente da Câmara, não venho aqui fazer uma crítica contundente sobre isto, embora tenha identificado estas questões que me parecem graves, mas venho aqui pedir que tome esta intervenção como uma sugestão. Temos uma ampla literatura com recomendações sobre o que deve ser feito sobre o cumprimento deste direito e os relatórios de avaliação da observância destes direitos que a grande maioria das câmaras municipais não cumpre. Não é só do PS, também alguns do PSD e de outros partidos, e isto está mal. A Covilhã deve e pode dar um exemplo. -----

Faço votos pessoais, e a bancada do PSD coletivamente também, para que a Câmara, como noutras matérias que aqui foram mencionadas em que a Covilhã foi distinguida, seja distinguida também por quem trabalha nestas matérias e nesta matéria em causa.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu ter sido “uma excelente intervenção com substância, com conhecimento de causa, com fundamento e com análise. Reconheço que tem muita razão nalgumas coisas que diz (em quase todas) e o que há é uniformizar e adequar esse documento à realidade da Lei e a esses princípios doutrinários que evoca e que explicita de uma forma muito clara.” -----

### **2.18 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ – CORREÇÃO MATERIAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de junho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2871 de 2022.06.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)**, que referiu ser “interessante verificar (uma coincidência obviamente) que, mais uma vez, está o UOPG 5 sob os holofotes, o que significa, para nos dar razão, porque há alguns anos votámos contra isto, que “*o que nasce torto tarde ou nunca se endireita*”. É o caso. Parece que não maneiras de se “endireitar”.” -----

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Foi feita uma inscrição para o Período de Intervenção do Público, porém, aquando momento para intervir, o município já não se encontrava presente. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte e uma horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,